

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

Maria Aparecida Martins dos Santos

**DO BARRACO DE LONA PRETA AO LENÇO VERMELHO: O PROCESSO
DA LUTA PELA TERRA POR MEIO DA MEMÓRIA DAS MULHERES NO
PONTAL DO PARANAPANEMA**

Presidente Prudente - São Paulo

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

Maria Aparecida Martins dos Santos

**DO BARRACO DE LONA PRETA AO LENÇO VERMELHO: O PROCESSO
DA LUTA PELA TERRA POR MEIO DA MEMÓRIA DAS MULHERES NO
PONTAL DO PARANAPANEMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Presidente Prudente - São Paulo

2023

S237b

Santos, Maria Aparecida Martins dos
Do barraco de lona preta ao lenço vermelho: o processo da luta pela terra
por meio da memória das mulheres no Pontal do Paranapanema/ Maria
Aparecida Martins dos Santos. --Presidente Prudente, 2023
128 p. : il., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Carlos Alberto Feliciano

1. Gênero. 2. Território. 3. Luta pela Terra. 4. Pontal do
Paranapanema.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Do barraco de lona preta ao lenço vermelho: o processo da luta pela terra por meio da memória das mulheres no Pontal do Paranapanema

AUTORA: MARIA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente



Documento assinado digitalmente

CARLOS ALBERTO FELICIANO

Data: 04/03/2024 16:38:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Presidente Prudente, 11 de maio de 2023

Dedicatória

Ciranda

El Efecto

*É debaixo da terra
No silêncio do chão
Onde não é superfície
O olho não enxerga não
É no fundo do peito
Junto do coração
Onde não é superfície
O olho não enxerga não
Mas ela tá lá...
Na espreita ela espera, a dor
Mais bonita mais singela, a flor
Venha chuva clarear
Faz a terra estremecer
Tira ela pra dançar

Germinar eu quero ver
E já vai chegar, e já vai chegar
Então o olho verá...
Árvore que dá o fruto
Num processo tão bonito
Do fruto nasce a semente
E assim se repete o ciclo
Ciclo onde o dinheiro é nada
Lá quem manda é o mistério
Voz de fora mercenária
Inventa a semente estéril
Diz que a vida é linha reta
E que não para de subir
Quem perde o bonde do progresso
Não terá espaço aqui (...)*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

EPÍGRAFE

*Diz que a vida é linha reta E
que não para de subir
Quem perde o bonde do progresso
Não terá espaço aqui (...)*

RESUMO

Nosso objetivo inicial era compreender a produção de alimentos agroecológicos pelas mãos das mulheres camponesas, visando uma metodologia participante para analisar a rotina de trabalho delas, desmistificando o ideário da sociedade em que se estruturam as relações de opressão de gênero, classe, raça e orientação sexual. Neste sentido, pretendíamos demonstrar que as mulheres são extremamente importantes para a reprodução do campesinato, porém, vivem nas condições de invisibilidade e opressão. Em consonância com nossas intencionalidades em contribuir com o conhecimento geográfico através das temáticas de gênero e campesinato, ficamos à mercê das mudanças que nós éramos postas frente à pandemia, já que os trabalhos de campo naquele momento eram impossíveis. Neste sentido, pensando em metodologias excepcionais ancoradas nos temas, nos propusemos a compreender como foram os processos de luta pela terra no Pontal por meio de relatos das mulheres que em muitos trabalhos científicos e na história foram silenciadas e invisibilizadas. É importante considerarmos que existe uma realidade e que essa realidade não é a mesma para todos os indivíduos, existe uma heterogeneidade dentro de um processo ou uma dimensão específica da sociedade na qual se compreende o todo.

Palavras-chaves: Gênero, território, memória, luta pela terra.

RESUMEN

Nuestro objetivo inicial fue comprender la producción de alimentos agroecológicos por parte de las mujeres campesinas, buscando una metodología participativa para analizar su rutina de trabajo, desmitificando las ideas de sociedad que estructuran las relaciones de opresión de género, clase, raza y orientación sexual. En este sentido, pretendimos demostrar que las mujeres son sumamente importantes para la reproducción del campesinado, sin embargo, viven en condiciones de invisibilidad y opresión. En línea con nuestras intenciones de contribuir al conocimiento geográfico a través de las temáticas de género y campesinado, estuvimos a merced de los cambios que se nos presentaron ante la pandemia, ya que el trabajo de campo en ese momento era imposible. En ese sentido, pensando en metodologías excepcionales ancladas en los temas, nos propusimos comprender cómo los procesos de lucha por la tierra en Pontal fueron contados por mujeres que, en muchos trabajos científicos y en la historia, fueron silenciadas e invisibilizadas. Es importante considerar que hay una realidad y que esa realidad no es igual para todos los individuos, hay heterogeneidad dentro de un proceso o una dimensión específica de la sociedad en la que se entiende el todo.

Palabras clave: Género, territorio, memoria, lucha por la tierra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ornamentação do Encontro do Setor de Gênero MST Pontal (2019).....	14
Figura 2 - Ação da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra - 8 de Março (2021)	15
Figura 3 - Mulher assentada participando da ação da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra - 8 de março (2021).....	16
Figura 4 - Mulher assentada realizando atividades da sua rotina de trabalho	17
Figura 5 - Mapa da localização dos assentamentos onde moram as mulheres da pesquisa	18
Figura 6 - Metodologia de cartografando as memórias	19
Figura 7 - Acampamento do MST no Pontal do Paranapanema (1990)	41
Figura 8 - Notícia de um jornal regional sobre a ocupação de terras (1990)	42
Figura 9 - Notícia de um jornal regional sobre a ocupação de terras (1990)	42
Figura 10 - Produção de alimentos no Assentamento Bom Pastor, Sandovalina (2022)	43
Figura 11 - Mulheres assentadas de Sandovalina na produção de alimentos saudáveis (2022).....	44
Figura 12 - Notícia sobre o I Encontro Regional das Mulheres Assentadas (2000).....	47
Figura 13 - Notícia sobre ocupação de terras organizada por mulheres (1995).....	48
Figura 14 - Notícia sobre ocupação de terras organizada por mulheres (1995).....	49
Figura 15 - Notícia sobre prisão política de Deolinda Alves em Teodoro Sampaio (1995).....	51
Figura 16 - Mulheres acampadas em protesto aos companheiros presos.....	52
Figura 17 - Prisão de líderes do MST (1995).....	53
Figura 18 - Cartografando as travessias e memórias na Luta pela Terra – Rejiane Silva	63
Figura 19 - 1997: Marcha Nacional do MST (Sorocaba, São Paulo).....	69
Figura 20 - 1997: Primeiro emprego na COCAMP e Acampamento em Eneida (SP)...	71
Figura 21 - 1999: ITERRA finalização do curso e assembleia de curso.....	72
Figura 22 - 2000: Ocupação de terra em Teodoro Sampaio (a construção dos barracos de lona)	73
Figura 23 - 2005: entrada no lote e construção do barraco (município de Teodoro Sampaio, assentamento Fusquinha).....	74
Figura 24 - Memória da “Pretinha”, primeira vaca de leite	75
Figura 25 - 2003: Romaria da Terra.....	76

Figura 26 - 2003: Primeiro Encontro da Juventude do Campo e da Cidade	77
Figura 27 - 2005: Construção da casa.....	78
Figura 28 - 2007: Congresso Nacional do MST.....	79
Figura 29 - Ação de luta das mulheres camponesas (2016).....	84

LISTA DE ABREVIATÖES

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEASA	Central de Abastecimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPI	Equipamento de Proteção Individual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MMA	Movimento de Mulheres Agriculturas
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMAPUESP	Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SAF	Sistemas Agroflorestais
UPRASP	União das Produtoras Rurais do Assentamento São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	13
As travessias e memórias metodológicas da pesquisa	13
CAPÍTULO 2	22
A trajetória da pesquisa na Geografia: contribuições e conceitos.....	22
2.1 A categoria de território.....	22
2.2 A categoria de Gênero	26
2.3 O conceito de jornada de trabalho e divisão técnica e sexual do trabalho no campo	29
2.4 A compreensão da Geografia Agrária: Questão agrária e campesinato	36
CAPÍTULO 3	40
Sobre a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a memória das mulheres	40
3.1 Sobre a formação territorial do Pontal do Paranapanema.....	40
3.2 As simbologias da luta pela terra: resistências e enfrentamentos.....	45
3.3 Costurando o lenço vermelho: A luta pela terra na voz e memória das mulheres camponesas	54
3.4 A luta dentro da luta: qual lugar da mulher na luta?.....	58
CAPÍTULO 4	81
“Mulheres pela vida semeando resistência, contra a fome e as violências: Por qual território elas lutam?	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

A Geografia é a ciência que se propõe a estudar o espaço geográfico, sendo este o palco de todas as relações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade. Não há como separar a Geografia em caixinhas e a entender apenas em repartições, por exemplo, entender a Geografia Física por si só, sem compreender concomitante as relações humanas.

Entretanto, há necessidade de compreender as especificidades de determinadas dimensões do espaço geográfico para a apreensão do todo. É neste sentido que surge esta dissertação de mestrado que busca compreender a realidade e as contradições dos processos da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo) desde a década de 1990 pela memória e trajetória das mulheres.

Nosso objetivo passou por algumas modificações desde sua origem até sua finalização, mudanças que dizem respeito às dificuldades oriundas da pandemia causada pela *Covid-19*, porém, o enfoque em uma Geografia de Gênero e Feminista nunca desapareceu de nossos olhos.

Nosso objetivo inicial era compreender a produção de alimentos agroecológicos pelas mãos das mulheres camponesas, visando a uma metodologia participante para analisar a rotina de trabalho delas, desmistificando o ideário da sociedade em que se estruturam as relações de opressão de gênero, classe, raça e orientação sexual. Neste sentido, pretendíamos demonstrar que as mulheres são extremamente importantes para a reprodução do campesinato, porém, vivem em condições de invisibilidade e opressão.

Em consonância com nossas intencionalidades em contribuir com o conhecimento geográfico através das temáticas de gênero e campesinato ficamos à mercê das mudanças a que nós éramos postas frente à pandemia, já que os trabalhos de campo naquele momento eram impossíveis. Neste sentido, pensando em metodologias excepcionais ancoradas nos temas, nos propusemos a compreender como foram os processos de luta pela terra no Pontal por meio de relatos das mulheres que em muitos trabalhos científicos e na história foram silenciadas e invisibilizadas. É importante considerarmos que existe uma realidade e que essa realidade não é a mesma para todos os indivíduos, existe uma heterogeneidade dentro de um processo ou uma dimensão específica da sociedade na qual se compreende o todo.

Para entendermos esse processo da luta pela terra é necessário compreendermos a contextualização do território do Pontal do Paranapanema para que assim possamos entender em qual contexto essas mulheres estão e foram inseridas no processo de luta pela terra. A região do Pontal se localiza no estado de São Paulo e tem sua origem carregada por intensos e violentos conflitos por terra, uma vez que seu território é compreendido pelo embate de povos indígenas e os primeiros invasores/colonizadores, seguido das grilagens de terras (falsificação de documentos para titulação de terras) e da intervenção do Estado que procurava retomar as terras (terras devolutas). Com isso, iremos nos atentar aos conflitos e luta pela terra fomentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve sua entrada na região no início da década de 1990. Ou seja, iremos retratar com essa dissertação o conflito de classe entre o campesinato, os grileiros e o agronegócio e, além disso, o conflito de gênero, entre as mulheres e as diversas opressões que as acorrentam.

A partir disso, para melhor compreensão, iremos explorar adiante o que chamamos da **luta dentro da luta**. Inicialmente, pode parecer deslocado e sem sentido, mas nossa pesquisa permitiu com que analisássemos as transversalidades da luta das mulheres camponesas na região do Pontal do Paranapanema e que existe uma luta de classe e uma luta de gênero.

Dentro do que foi dito até este momento, nosso objetivo com a dissertação é compreender e analisar os processos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema com enfoque específico na questão de gênero e território. Para materializar nossos resultados de pesquisa, realizamos a metodologia que chamamos de Cartografia da Memória, com isso trabalhamos com dois aspectos que representam a historicidade da luta pela terra a memória (contada através da entrevista) e as fotografias/figuras (que simbolizam um retrato daquilo que já passou). É claro que buscamos fortalecer nossa metodologia em referências teóricas do que foi e é a luta pela terra na região do Pontal, pois a memória é individual e marcada por percepções, ideologias e sentimentos que muitas vezes são diferentes do coletivo, mas isso não descaracteriza a trajetória e muito menos a importância dessas mulheres na configuração do território para as famílias camponesas.

Nossa metodologia da Cartografia da Memória se baseia em realizar uma representação cronológica e cartográfica da trajetória percorrida por elas durante os processos de luta pela terra, além disso, também utilizamos fontes de jornais para que essas informações fiquem ainda mais completas. Posto isso, realizamos entrevista,

diálogos e observações com cinco mulheres assentadas na região do Pontal do Paranapanema.

A temática desta dissertação abarca os estudos que vêm sendo desenvolvidos nos âmbitos dos grupos de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Núcleo de Estudos em Agroecologia no Pontal do Paranapanema (NEAPO) os quais têm buscado estudar as práticas agroecológicas e a questão de gênero nas diversas realidades no Brasil e na América Latina.

A temática que dirige esta dissertação é resultado de pesquisas realizadas coletivamente com os grupos de pesquisa e individuais que foram sendo feitos durante a e iniciação científica desenvolvida no período de graduação que teve como resultado o trabalho de monografia¹. Nosso objetivo naquele momento foi entender as relações de trabalho e produção no cultivo de pepinos na região do Pontal. O resultado concreto da pesquisa foi que as mulheres são invisibilizadas nas relações do trabalho produtivo e, mesmo realizando as mesmas atividades laborais que os homens, este não é reconhecido. Já o trabalho reprodutivo, o cuidado da casa e da família, é visto como responsabilidade da mulher, nem sendo visto como trabalho. Com isso, as mulheres desempenham múltiplas jornadas de trabalho e são oprimidas pelo capitalismo e opressões de gênero e raça.

Essas inquietações vistas na realidade nos fizeram querer entender o porquê aquilo acontecia e a vasta produção científica apontava as mesmas condições em diferentes realidades e territórios o que comprova que nossa sociedade está estruturada nessas opressões e a ascensão do capitalismo tornou essas relações ainda mais severas. E isso também comprova que precisamos construir uma ciência que seja aliada a realidade e que produza instrumentos que sejam passíveis de vislumbrar uma sociedade diferente.

A organização dos capítulos se dá da seguinte forma: **O Capítulo 1: As travessias e memórias metodológicas da pesquisa**, onde nos propusemos a fazer uma reflexão teórica e metodológica de como nossa pesquisa foi construída, buscando dimensionar quais foram as etapas que realizamos para atingir nossos objetivos.

No **Capítulo 2: A trajetória da pesquisa na Geografia: contribuições e conceitos**, iremos abordar os conceitos e categorias geográficas que são consultados

¹ A monografia teve como título “Veneno e trabalho na roça: a intensificação da jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de pepinos no assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)”, defendida no ano de 2018, pelo curso de Bacharelado em Geografia do Departamento de Geografia da FCT/UNESP.

para as análises de nossos objetivos, nele traçamos como nossa pesquisa de Gênero e Território é de extrema importância para a construção do conhecimento geográfico, abarcando um estudo novo para futuras consultas sobre as temáticas.

No **Capítulo 3: Sobre a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a memória das mulheres**, traçamos um breve contexto da configuração da região do Pontal, dando um enfoque específico nas lutas que foram protagonizadas pelas mulheres camponesas. O capítulo trará em si as memórias vivas das mulheres, como relatos, fotografias e notícias de jornais que materializam nossos objetivos.

Por fim, o **Capítulo 4: Mulheres pela vida semeando resistência, contra a fome e as violências: Por qual território elas lutam?** traz uma reflexão de que território as mulheres camponesas querem e almejam utilizando o último lema da jornada da mulheres. Neste sentido, buscamos demonstrar que o território que as mulheres buscam construir em suas práticas é livre de todas as formas de opressão e violências causados e fomentados pelo capitalismo, patriarcado, machismo e racismo. Assim, nossa dissertação se propõe e objetiva compreender como ocorreu e ocorre a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema pela a memória viva das mulheres camponesas.

“Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui de sua vida” (Vieira Junior, 2019). Deixamos um pequeno trecho da obra *Torto Arado*, que nos permitiu muitas reflexões para a escrita da nossa dissertação. A narrativa contada pelo autor gira em volta da vida das irmãs Bibiana e Belonísia, mulheres negras e pertencentes a uma comunidade quilombola que vivenciam cotidianamente como concentração fundiária, exploração da força de trabalho, opressão de gênero, racismo e a violência no campo. As páginas do livro têm uma leveza em nos prender e compreender temáticas tão importantes sem fixar na dureza das reflexões mais teóricas, embora elas sejam indispensáveis.

Com essa reflexão e indicação de leitura iniciamos a escrita do nosso trabalho e desejamos a todas e todos, uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

As travessias e memórias metodológicas da pesquisa

Julgamos importante um bom detalhamento dos trabalhos de campo, pois são eles que nos permitem fazer o movimento entre a pesquisa. Como já pontuamos, a pandemia foi um elemento prejudicial para as pesquisas, sobretudo, as que demandavam trabalhos de campo, e só foi possível realizá-las com muita cautela com o avanço do esquema vacinal.

O primeiro trabalho de campo que tivemos a oportunidade de realizar foi antes do nosso ingresso ao programa de pós-graduação, quando ainda estávamos elaborando o projeto, com a preocupação de entender quais eram as inquietações das mulheres para que assim pudéssemos fechar um projeto que tivesse um movimento entre o interesse nosso e dos sujeitos de pesquisa. Essa reunião foi realizada em dezembro de 2019, com a presença das dirigentes do MST e nossa participação. As pautas latentes na discussão do encontro foram violência doméstica e a produção de alimentos, inicialmente por nossa aproximação ao tema nos propusemos a ter como objetivo a produção de alimentos das mulheres camponesas da região do Pontal do Paranapanema. Fomos muito bem recepcionadas e as mulheres ficam animadas com essa iniciativa.

No início de 2020, nós e outra companheira de pesquisa tivemos a ideia de apresentar um edital que permitiria um financiamento para a execução de alguma atividade para grupo de mulheres organizadas em movimentos sociais e, mais uma vez, fizemos aproximação com as mulheres do MST com a proposta de concorrer ao edital (figura 01). Participamos de reunião e mantemos um contato muito bacana com elas. Infelizmente, a pandemia esfriou essas relações e o edital não foi aprovado.

Figura 1 - Ornamentação do Encontro do Setor de Gênero MST Pontal (2019)



Foto: Pesquisa de Campo (Mirante do Paranapanema), dezembro de 2019.

Depois desse período de uma aproximação mais incisiva, as incertezas postas pela pandemia perpetuaram ao longo dos meses nos fazendo adaptar a pesquisa na nova realidade, repercutindo negativamente em nossa metodologia. Acreditamos que muitas pesquisadoras e pesquisadores terão um extenso diário de campo para contar sobre suas experiências no contexto de pandemia e isto deve ou pelo menos deveria fazer parte da reflexão metodológica.

Em março de 2021, estivemos envolvidos em uma ação realizada pelas mulheres para marcar e simbolizar as lutas do 8 de março. Em um primeiro momento, no sábado que antecedeu a ação, as ajudamos na confecção do material visual que seria exposto durante o ato. No dia 8 de março, as mulheres organizadas e articuladas à Jornada de Luta das Mulheres fizeram uma ação reivindicando terra e fazendo uma denúncia das terras devolutas na região do Pontal do Paranapanema, as faixas traziam lemas como “Mulheres pela vida, semeando resistência, contra fome e as violências” e a

palavra de ordem “Terra devoluta é terra de quem luta” (figura 02).

Figura 2 - Ação da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra - 8 de Março (2021)



Foto: Pesquisa de Campo (Mirante do Paranapanema), março de 2021.

O primeiro momento da ação foi o plantio de árvores (figura 3) na entrada do assentamento Irã Dorothy, localizado no município de Mirante do Paranapanema. Ficamos ali por cerca de uma hora, as mulheres fizeram o grito de ordem, fincaram bandeiras do MST e as faixas confeccionadas e depois teve um fala de encerramento para demarcar a importância do dia e das pautas de luta.

O dia 8 de março é muito importante e significativo para as mulheres trabalhadoras e camponesas do MST. Para elas, essa data histórica marca a luta delas em defesa dos direitos humanos e o fim das violências e opressões de gênero, classe e raça.

A luta das mulheres não se desvincula da luta maior da classe trabalhadora por uma transformação social. É por isso, e também em defesa de nosso território, de nossas vidas, que as Mulheres Sem Terra, desde a década de 1980, se organizam na luta. Compreendemos que a Reforma Agrária Popular é parte do processo de transformação da sociedade. Lutar, existir, resistir! É que nos inspira o legado das mulheres trabalhadoras, nos animando a construir coletivamente, como nossos corpos, poesia e rebeldia, o nosso grande Encontro

Nacional das Mulheres em 2019. Sem Feminismo, não há socialismo! (MST, 2019).

A luta de mulheres inspira outras mulheres, isto não dizemos de forma romantizada, a luta não é romântica e nem bonita, ela é árdua e sofrida, mas as ancestrais inspiram as mais novas dos dias de hoje, as mulheres organizadas quebram correntes das opressões e do capitalismo. É com esse sentimento que as mulheres camponesas se organizam hoje no campo e o 8 de março é tão importante e simbólico para elas, ficando evidente nas nossas observações de campo.

Figura 3 - Mulher assentada participando da ação da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra - 8 de março (2021)



Fonte: Pesquisa de Campo (Mirante do Paranapanema), março de 2021.

O segundo momento da ação foi realizado em frente ao Departamento Fundiário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) de Mirante, onde fomos recebidos por funcionários para uma análise do mapa da situação jurídica de terras da região. Em reflexão, essa ação é bastante importante para demonstrar o quanto as mulheres estão à frente das lutas pela terra e pela reprodução nela.

Nos dias 20 a 23 de novembro de 2021, fizemos campo na região do Pontal do Paranapanema para realizar entrevistas e atualizar informações que já tínhamos (figura 4). O tema que guiou nossa ida ao campo foi **“memória viva da luta e pela**

sobrevivência na terra das mulheres”, para isso visitamos cinco mulheres assentadas territorializadas nos assentamentos Rodeio (Presidente Bernardes), Fusquinha (Teodoro Sampaio), Assentamento Paulo Freire (Mirante do Paranapanema) e Bom Pastor (Sandovalina).

Figura 4 - Mulher assentada realizando atividades da sua rotina de trabalho

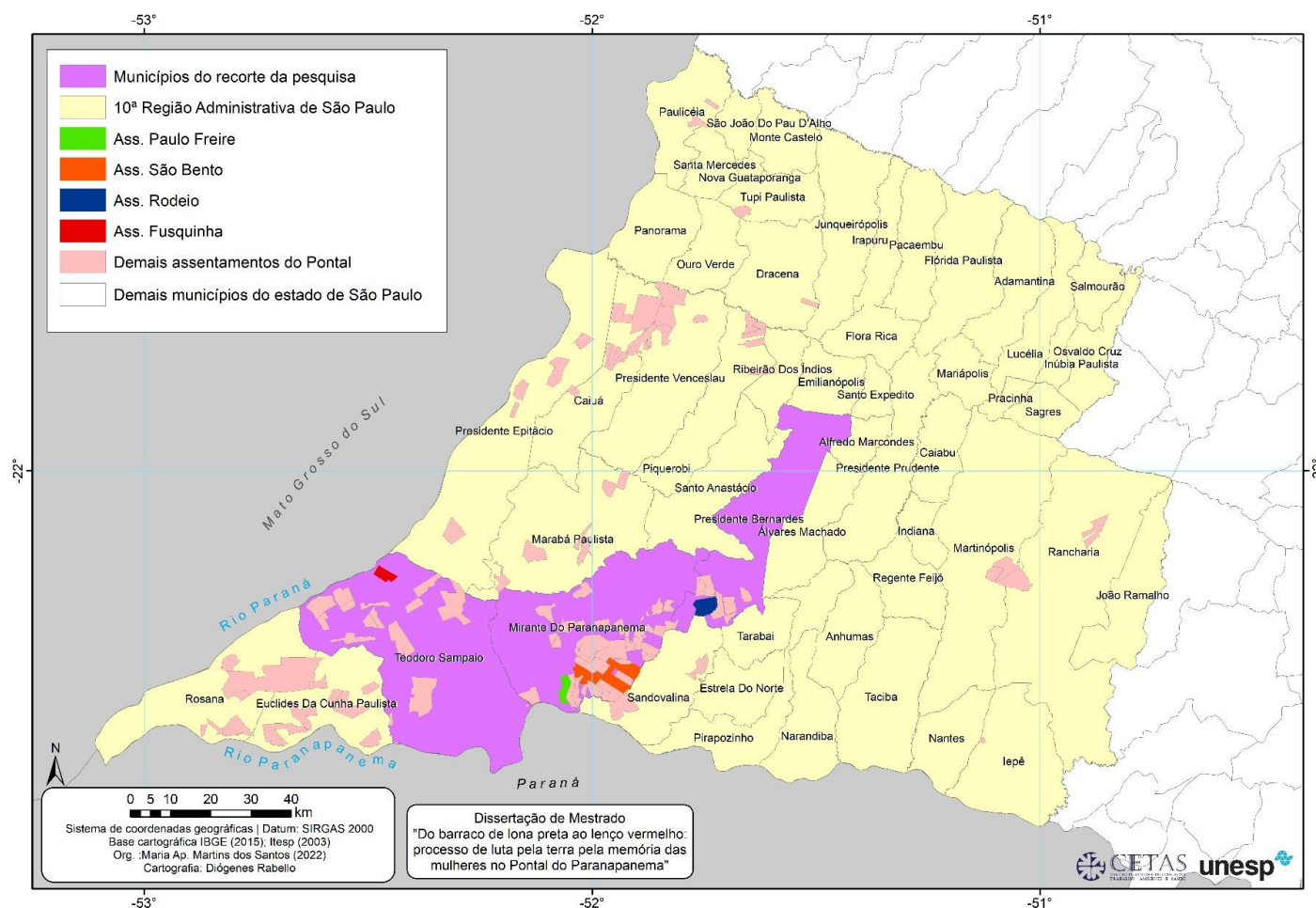


Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), março de 2021.

Durante os dias de campo, observamos e acompanhamos as mulheres em suas rotinas de trabalho e a partir daí íamos criando diálogos através do nosso roteiro de entrevistas para ir entendendo e analisando nossos objetivos de pesquisa. Essa maneira de realizar o campo foi muito enriquecedora, pois conseguimos elencar elementos importantes que não havíamos refletidos antes.

As visitas foram realizadas com diferentes mulheres, porém, pelo tanto de modificações que foram sendo realizadas por conta dos percalços da trajetória de pesquisa, aplicamos apenas com uma a nossa principal metodologia, o que não a desqualifica, porque as informações que tivemos foram enriquecedoras e completas. Abaixo, sistematizamos cartograficamente (figura 05) onde foram realizadas as entrevistas.

Figura 5 - Mapa da localização dos assentamentos onde moram as mulheres da pesquisa



Fonte: DATACEETAS, 2023.

A metodologia dos campos acompanhados de entrevista nesse primeiro momento contribuiu para refletirmos sobre os elementos fundamentais para a metodologia que chamamos de **Cartografia das Memórias**, evidenciando a memória e trajetórias das mulheres na luta pela terra. Para isso, tivemos elementos importantes nos relatos dos primeiros campos, tais como: luta pela terra, opressão de gênero, violência, resistência e enfrentamento. Temas esses que já estão presentes em nossas reflexões teóricas e que agora fazem uma relação significativa com a memória (figura 06).

Quando retornamos com esses elementos, nos permitimos deixar a entrevista e o momento da recuperação da memória mais leve, trabalhando esses temas sem deixar o ambiente “pesado”. No primeiro momento, pedimos às entrevistadas que trouxessem fotografias, simbologias, retratos que materializassem suas trajetórias na década de 1990 e isso fez com que assuntos e relatos que não foram abordados em entrevista anterior viessem a ser ditos.

Figura 6 - Metodologia de cartografando as memórias



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022.

Esse momento da metodologia foi enriquecedor e fundamental para materializar a trajetória das mulheres na luta pela terra e a luta dentro da luta, como já pontuamos nesse texto, e deixar as memórias viverem utilizando uma pergunta norteadora e as lembranças que as fotografias e as simbologias trazem. Essa ferramenta metodológica é tão importante e necessária que se tornou crucial para atingirmos nossos objetivos.

Neste sentido, trabalhar com a memória de mulheres que vivenciaram e vivenciam a luta é

[...] recuperar o passado individual e coletivo, por meio da memória como metodologia de análise, configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam passado, presente e futuro (Silva, 2014, p.3).

Com isso temos que considerar que estudar a memória é ressaltar sua subjetividade, é um estudo do sujeito e sua relação com o meio social, levando em conta os sentidos, os sentimentos, e a sensibilidade individual e coletiva (Dores, 1995, p. 113).

A metodologia da cartografia da memória nos permite compreender e ouvir histórias de sujeitos que vivenciaram um acontecimento social, coletivo, econômico e político, bem como, a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema. Embora a memória seja individual, é preciso que nós enquanto pesquisadoras e pesquisadores a coloque no contexto que foi acometido, analisando o individual com o coletivo.

Ao propormos a metodologia da cartografia da memória dissolvemos duas metodologias qualitativas, a memória e a cartografia social. A compreensão das técnicas da cartografia social é quem vai permitir a realização do mapeamento. Batista (2014) entende a mesma como um processo contínuo que agrega não só a apreensão da realidade, mas também como um instrumento de transformação. Acrescenta ainda que uma cartografia considerada camponesa “permite reconhecer as estratégias de luta espacial bem como apropriar-se de uma linguagem que considera o processo de diferenciação espacial, produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro no século XXI” (Batista, 2014, p. 63).

A partir dessas duas metodologias dissolvidas, acreditamos que a cartografia da memória representa e sustenta nossos objetivos com a dissertação. Dessa forma, concordamos com Brandão e Borges (2007), quando compreendem que nessas técnicas de pesquisa devem existir o compromisso social, político e ideológico da

investigador/pesquisadora com os sujeitos, com suas comunidades, com suas causas sociais, ao que se resume sobre a pesquisa participante. Além disso, acrescentam que:

E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular. (Brandão; Borges, 2007, p.6).

São com esses pressupostos metodológicos que nos baseamos para construirmos essa dissertação, com isso, conseguimos compreender que as significativas atuações das mulheres nos acampamentos estão na história da formação territorial do Pontal do Paranapanema. A ocupação no fórum de Pirapozinho, a ocupação da fazenda São Domingos, a marcha das mulheres até a catedral e sendo recebidas por Dom José, a simbologia do lenço vermelho, a rosa branca, as mulheres à frente da luta enquanto seus companheiros estavam presos. Contar isso nessas linhas nos faz compreender a potência dessas mulheres na formação do Pontal e em todas as conquistas realizadas pela classe trabalhadora para sua reprodução social.

CAPÍTULO 2

A trajetória da pesquisa na Geografia: contribuições e conceitos

Neste segundo capítulo, iremos dar enfoque nos conceitos e categorias da ciência geográfica que foram estruturantes para nossa pesquisa. Como pontuamos acima, a Geografia está centrada em estudar o espaço em sua totalidade, porém, são necessários estudos específicos dessa totalidade para compreensão das diferentes dimensões da realidade. Tendo essa perspectiva de que o espaço geográfico em sua totalidade não é hegemônico, objetivamos com a dissertação demonstrar que o conhecimento geográfico também não é, assim, precisamos estar atentos a uma ciência que seja alinhada com os sujeitos estudados.

Com isso, a centralidade deste trabalho no que tange a Geografia perpassa por duas categorias fundamentais, Gênero e Território. Essas duas categorias são as bases que estruturam esta dissertação, porém, existem outros conceitos que alinhados às categorias concluem nossos objetivos, que são eles: Divisão Sexual do Trabalho, Jornada de Trabalho, Campesinato e Questão Agrária.

Neste sentido, o primeiro tópico deste capítulo irá abordar como essas categorias e conceitos se cruzam e relacionam diretamente com a realidade das mulheres que foram combativas na luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema. Além disso, abordaremos como nossa pesquisa possui importância e relevância para a construção do conhecimento geográfico.

2.1 A categoria de território

O território na Geografia possui uma elaboração bastante complexa, pois pode ser lido sob várias óticas da ciência se caracterizando como um conceito interdisciplinar. São diferentes as contribuições que a categoria/conceito de território possui e se engana quem acredita que território é usado apenas na Geografia, as diferentes áreas da ciência se sustentam do território para explicar seus conhecimentos, bem como Rogério Haesbaert (2004) aponta:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada um com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (Haesbaert, 2004, p. 37).

O exercício de compreender o conceito de território é muito complexo, pois os diversos especialistas no tema, ao mesmo tempo que se completam também se contradizem. Na geografia, por exemplo, o território é visto como categoria central, entretanto, até “chegar” a essa centralidade, o conceito passou por muitos desdobramentos e leituras sob influência das escolas do pensamento geográfico, o acúmulo do conhecimento científico, o contexto político, social e econômico e a relação espaço-tempo.

As contribuições do geógrafo clássico Friedrich Ratzel (1844-1904) estão entre as primeiras a considerar e compreender a importância do território, entendendo-o através do vínculo entre Estado e Solo. O Estado deveria ser percebido como um organismo mantém com o solo uma relação necessária para existência humana (Castro, 2010).

Essa concepção também está pautada nas relações de poder, sobretudo oriundas do Estado, para exploração dos territórios. A teoria de Ratzel, no entanto, com seu caráter mais biológico e unidimensional, muitas vezes, não consegue responder às dinâmicas da sociedade e suas relações na atualidade. Por isso, é insuficiente para as análises de nossa pesquisa que dizem respeito às formas de reprodução dos sujeitos e os debates sobre a luta pela terra.

Durante algum tempo, a categoria de território permaneceu com essas definições mais restritas, todavia, com a renovação da geografia, a partir dos anos de 1950, os geógrafos recolocaram o conceito na centralidade da ciência geográfica com enfoque nas discussões mais críticas. Mas, é efetivamente a partir da década de 1970,

que o conceito vai se desenvolvendo e apresentando definições mais completas para compreender a realidade, organização e a reprodução dos territórios.

Além disso, Saquet (2015) salienta que a crítica marxista tem muita influência na leitura de território na geografia da atualidade, não reduzindo o conceito apenas à simplicidade de um objeto material compreendendo a complexidade que existe nas relações e interações sociais e nas diferentes escalas de formação dos territórios.

Ainda nas palavras desse autor, é nesse período de transição que as diferentes abordagens consideram o território e a territorialidade e as suas múltiplas dimensões sociais como fundamentais para a compreensão e constituição do real.

As novas abordagens que surgem a partir de uma leitura mais crítica da ciência geográfica caracteriza avanços importantes para a compreensão do território, pois ao considerar as dimensões constituídas pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais é possível visualizar a identidade dos sujeitos e como eles produzem territórios.

Convém salientar que ainda hoje, em muitos casos, território é entendido apenas como espaço de governança, isto é, o território de administração política de uma cidade, um estado, um país, e outros recortes mais geopolíticos. Mas nossas pesquisas e leituras nos permitem dizer que vai além disso, o território é produzido e se reproduz por diferentes classes sociais e por relações de poder. Corroboramos com essas leituras sobre território a partir de nossa pesquisa sobre o território das mulheres camponesas evidenciando, na prática, como se estabelecem as múltiplas relações.

Essas contribuições nos levam à reflexão de que essa redução do conceito viola outros territórios, dentre eles os constituídos e produzidos pelas mulheres camponesas. Por isso, afirmamos a necessidade de se analisar os territórios, seja na ciência, seja na formulação de políticas públicas, considerando todas as interações sociais.

Outro aspecto importante a considerar é que nem sempre um território é organizado apenas por sujeitos, muitas vezes essa produção do território se dá através do capital, do Estado, das instituições e outros organismos. Vale ressaltar que a disputa territorial é também uma disputa contra o sistema opressor e violento do capital. Com isso, entenderemos também o processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, se existe luta, é porque existem conflitos e existem diferentes sujeitos disputando um território específico.

Além desse debate acadêmico que construímos até aqui, existe a definição de território que não está nos livros ou dicionários, está na prática da materialização de

territórios pelas comunidades do campo e da cidade. As mulheres camponesas têm as definições do que é território com a sua vivência diária e a conexão de suas ancestralidades que, muitas vezes, a ciência não vai se interessar em explicar. Mas a pesquisa científica comprometida com a transformação da realidade através da emancipação dos sujeitos irá fazer interpretações se apropriando do melhor método que corresponde a tal objetivo.

Com isso, entendermos o que é território para o campesinato é expressamente importante para o que dissertamos sobre Gênero e Território. Neste sentido, o território para criação e recriação do campesinato é por meio da conquista da terra, através da Reforma Agrária Popular. Mas o caminho para conquista da terra não é fácil, são anos de luta e conflitos diretos com o Estado e o capitalismo que se estende até os dias de hoje.

No Brasil, a principal forma de luta pela terra são as ocupações de movimentos sociais organizados. Para Girardi (2009, s/p):

As áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas tenham sido desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186(27) da Constituição Federal. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça.

No Brasil, historicamente, a formação territorial, principalmente após a colonização, se dá através da concentração e grilagem de terras, configuração que se perpetua até os dias de hoje. O que tange a Reforma Agrária é a democratização da terra para cumprir sua função social², revisando e redistribuindo terras, ou seja, uma reestruturação fundiária para o acesso de terras concentradas nas mãos do agronegócio para que as famílias possam se reproduzir no território. Neste sentido:

A reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil. Em nossa análise da luta pela terra tomamos o período de 1988 até 2006, quando ela foi intensificada. Nos sucessivos governos deste período, as ações de reforma agrária no Brasil têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses. Partimos do princípio de que uma reforma agrária completa no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura

² O artigo 186 estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social, que compreende as dimensões ambiental, trabalhista e de bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.

fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção (Girardi, 2009 s/p).

A formação territorial do Pontal do Paranapanema também possui estas características que salientamos acima, a luta pela terra na região se configura no início da década de 1990, principalmente com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Até esse momento, conseguimos expressar que o debate sobre território é bastante amplo e não se restringe apenas ao que demostramos aqui. O entendimento do conceito de território não é consensual e está e estará em constante transformação e disputa, entretanto, basta aos pesquisadores e pesquisadoras – em geografia – dar enfoque ao olhar geográfico, isto é, o enfoque na espacialidade para entender a produção dos espaços e territórios.

2.2 A categoria de Gênero

A categoria de gênero tem um espaço recente e combativo na Geografia. Diferentes autores e autoras ainda possuem um certo preconceito com a Geografia de Gênero ou Geografia Feminista, muito porque nossa ciência, mesmo que ultrapassando e quebrando as barreiras, possui características muito colonizadoras e padronizadas. É uma reflexão básica que podemos fazer: quem são nossas referências? Quantas delas são mulheres e/ou pessoas negras ou LGBTQIA+? Inserir essas pessoas e temáticas que se estudam práticas descolonizadoras em nossas referências é um conflito constante, principalmente porque temos que seguir regras e padrões. E ir contra isso é não estar fazendo ciência? Podemos acreditar que na maioria das vezes sim.

Algumas geógrafas brasileiras, entre elas, Silva (2003), apreende estudos importantes a esta pauta que colocamos:

Ao contemplar a perspectiva da construção social do pensamento científico, considera-se que são os sujeitos sociais os criadores de teorias e, portanto, elas estão atreladas a um determinado contexto histórico e a recursos de interpretação disponíveis aos pesquisadores. Tanto os instrumentos técnicos como o referencial teórico disponível constituem-se em tais recursos e, portanto, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas. Ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina. Geógrafas como Bondi e Domosh argumentam a importância de se considerar a história da construção

do conhecimento para compreender a emergência de certos conceitos enquanto ferramentas teóricas. Além disso, afirmam que a produção do conhecimento geográfico está ligada ao androcentrismo e, assim, justificam a relativa dificuldade de se instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina (Silva, 2003, p. 32-33).

Essas diversas pesquisas científicas têm demonstrado estudos valorosos e que vão na linha contrária do padrão que nós somos colocados e isso é revolucionário e também percorre o viés que dizemos acima, de que a pesquisa não é homogênea, ela não é linear e possui diferentes contradições, principalmente nas Ciências Humanas. E, com isso, acreditamos e demonstramos com a pesquisa a importância da categoria de Gênero, considerando uma Geografia de Gênero e Feminista.

A geógrafa Veleda da Silva (1998, p. 105) tem importantes contribuições quando afirma que “o conhecimento das totalidades deste espaço geográfico passa pela apreensão de uma realidade que se modifica constantemente e para conhecê-las precisamos fazer recortes”. Ou seja, essas repartições são necessárias para a compreensão da realidade e de uma totalidade dentro do espaço geográfico, que possui diferentes processos sejam eles biológicos, físicos, econômicos, humanos e sociais, e, além disso, é importante considerar a questão do espaço-tempo. E autora ainda acrescenta que é possível “iluminar a teoria geográfica com as matrizes feministas”.

Para Scott (1990, p. 16), gênero “é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder”. Em resumo, o conceito de gênero é definido como uma dimensão socialmente construída do que é feminino é o que é masculino, para compreendê-lo dentro da ótica geográfica é necessário relacioná-lo com outras dimensões, sobretudo, as relações de poder. Cabe aqui uma aproximação ao conceito de território que também carrega consigo essas relações de poder e conflitos. Nas palavras da Veleda da Silva (1998, p. 107), “o conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação e dominação”.

Com tudo, primeiramente temos uma definição de gênero na qual corroboramos e neste segundo momento precisamos entender o que seria uma Geografia de Gênero e/ou o gênero estudo através das dimensões da Geografia.

A Geografia de Gênero tem início na década de 1970, desta maneira:

Muito embora, hoje, se tenha uma diversidade de temas e enfoques sobre a mulher na Geografia, no início, os estudos se caracterizavam

pela busca de uma identidade própria que exigiu o estabelecimento de bases conceituais e metodológicas precisas para o desenvolvimento das pesquisas. [...] Estes estudos, que demonstravam suas origens políticas, identificavam questões da desigualdade do status da mulher na sociedade e na disciplina. Na realidade, estes trabalhos buscavam ‘fazer visível’ a mulher, seus papéis, seus trabalhos, suas experiências, ou seja, documentá-la em toda sua diversidade (Francisco, 2011, p.28).

Neste sentido, é importante considerarmos que a Geografia de Gênero surge com a perspectiva de estudar as condições das mulheres nas diferentes particularidades da Geografia, e, além disso, é importante considerar que ela está enraizada com as diferentes correntes feministas. É uma relação entre as correntes do pensamento geográfico e do feminismo e estas relacionadas buscam compreender as dimensões da sociedade visando a um projeto de transformação social. Assim, é necessário pontuar que:

[...] la geografía del género -o la geografía feminista, como también se la denomina- se ha desarrollado en numerosas áreas de nuestra disciplina y ha utilizado diversos paradigmas. La geografía neopositivista y neoweberiana ha aportado, en todo caso, la constatación de la desigualdad de la mujer en el acceso a los servicios sociales (PALM & PRED, 1974). La geografía humanística ha puesto el acento en la comprensión del *Lebenswelt* de cada individuo, lo que supone la necesidad de explorar la experiencia propia y la subjetividad de las mujeres y de los espacios que les son propios (BERMAN, 1984). Para la geografía radical, las relaciones de género se incluyen en el marco más amplio de las relaciones sociales y se tiende a explicar la subordinación de la mujer sobre una base materialista -la de su capacidad reproductora, que no puede comprenderse desgajada de los procesos de producción y reproducción social (MCDOWELL, 1986). Y quizás sea éste el paradigma que más fácilmente acepte la incorporación del análisis de género a su propio sistema conceptual. [...] Así pues, el análisis de género tiene capacidad potencial para aportar nuevos enfoques y nuevos conceptos a la geografía humana y a la geografía social, sobre todo desde la perspectiva de una geografía comprometida, es decir, comprometida con el cambio social (Ramon, 1989, p. 9).

Sendo assim, nosso trabalho se ampara na perspectiva geográfica e do feminismo que é capaz de compreender a realidade das mulheres do Pontal do Paranapanema, sendo capaz de contribuir com a transformação social. Para Veleza da Silva (1998, p. 108):

[...] a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. Trata-se, então, de

explicitar as desigualdades. A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Entendo que o estudo da população, por exemplo, ainda é uma abstração – mesmo considerando as classes que a compõem – se não consideramos que esta é composta por pessoas que situam-se também na sociedade quanto ao gênero. Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e das diferenças territoriais nas relações de gênero.

Contudo, essas contribuições teóricas são essenciais para compreensão e abstração da realidade que estudamos, partimos de uma Geografia de Gênero e Feminista comprometida em estudar as mulheres e todas as suas relações estruturantes no espaço geográfico. Para a geógrafa Paula (2020, p. 94):

A Geografia de Gênero surge, então, como uma subárea que examina as formas em que os processos econômicos, políticos e ambientais criam, reproduzem e transformam, não apenas os lugares, mas também as relações sociais entre homens e mulheres que neles vivem, além de estudar como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço.

Diante a isto, consideremos que o Gênero, sobretudo, uma Geografia de Gênero e Feminista, com as contribuições que corroboramos, nos permite compreender os resultados de nossa pesquisa e a realidade das mulheres camponesas que tiveram importantes contribuições na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Como bem colocamos, inicialmente iríamos conceituar as categorias Território e Gênero, pois entendemos com fundamentais e estruturantes para nossa pesquisa. A partir deste momento, iremos abordar conceitos que são essenciais para compreendermos as relações que decorrem da realidade.

2.3 O conceito de jornada de trabalho e divisão técnica e sexual do trabalho no campo

A bibliografia nos aponta que o trabalho em sua condição conceitual é complexo e possui diversas significações de acordo com seu grau de abstração, portanto, para entendermos jornada e divisão técnica e sexual do trabalho, precisamos compreender mesmo que brevemente o conceito de trabalho. Neste sentido, o trabalho é:

[...] o estatuto ontológico do ser social, o que nos diferencia dos outros animais, pois através dele projetamos o que fazer (teleologia)³, antes mesmo que seu produto exista de fato. Deste modo o trabalho é para nós a categoria ontológica central baseando-nos em Marx (Heck, 2017, p. 39).

Com estes pressupostos, podemos partir da ideia de que trabalho é, antes de tudo, “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 1985, p. 326). O trabalho é para sociedade com uma necessidade natural eterna. Essa significação de trabalho pode ser traduzida como categoria histórico-ontológica⁴, o trabalho, nesta perspectiva, diz respeito ao princípio construtivo do próprio ser social tratando-se do trabalho em geral, observando em seus elementos imutáveis.

O trabalho enquanto categoria histórico-ontológica, portanto, diz respeito ao processo geral entre o homem e a Natureza, que Marx explica como sendo externa, essa relação significando o objeto e seus meios de trabalho e também a relação interna que seria a saúde física e mental do homem constituído pela natureza.

[...] que permite que ele exerça uma atividade orientada a um fim; tendo em vista que o homem é um animal social, a vida física e mental do homem implica, por conseguinte, um processo metabólico entre o homem e si mesmo, isto é, o homem e outros homens; e o homem consigo mesmo – o que expõe, deste modo, o caráter sociometabólico do trabalho como atividade vital [...]. Deste modo, a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, o local de trabalho propriamente dito, mas implica também o território da própria atividade vital ou processo entre o homem e a Natureza [...] (Alves, 2014, p. 10).

Diante disso, os elementos de produção, sejam eles a matéria natural apropriada (natureza) ou a própria vida física e mental do homem, não são apenas do território interiorizado da produção, eles também permitem a reprodução social, explicando o trabalho enquanto categoria histórico-ontológica na perspectiva da construção e realização do próprio ser social.

Outra significação da categoria trabalho seria a *sócio-histórica* que trata das características particulares assumidas pelo trabalho. Ela assume formas sociais, segundo os modos de produção determinados historicamente ou, até mesmo, modos de cooperação social e/ou apropriação da atividade vital do trabalho (Alves, 2014). Podemos dizer que esta categoria se divide em: o *pré-capitalista* (trabalho primitivo,

³ Requer capacidade de abstração, portanto, mediações simbólicas como a linguagem (Alves, 2014).

⁴ Karl Marx em “O Capital”, apud Alves (2014).

antigo e feudal); as *formas societais* (plural *mundos do trabalho*) de trabalho – múltiplas atividades prático-instrumentais que visam à luta pela sobrevivência humana – e o *trabalho capitalista* singular (singular *mundo do trabalho*).

Ao que diz respeito aos marcos teóricos, o trabalho sofreu ao longo da história transformações no sentido da desrealização e estranhamento, que se deve à sociedade do capital vigorizada por meio de seus mecanismos próprios de dominação/controle sobre o trabalho e a sua condição como “coisa”⁵ ou sua redução à condição de mercadoria vendável (Marx, 1985).

No que diz respeito ao trabalho na sociedade pré-capitalista, Alves (2014) compreende que não existia precisamente *um mundo do trabalho*, mas, sim *múltiplos mundos do trabalho* (no plural), ou seja, sociais múltiplas e heteróclitas⁶.

É apenas com o capitalismo que se constitui efetivamente o *mundo do trabalho* propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do *trabalho abstrato*. Foi com o trabalho capitalista e com o modo de produção capitalista, que ocorreu a unidade das atividades de luta pela existência, surgindo o *trabalho abstrato*, forma social hegemônica do trabalho social que envolve todas as demais atividades prático-instrumentais no processo sistêmico de acumulação do valor (Alves, 2014, p. 14, grifos nossos).

Assim, nas sociedades primitivas *a priori* as atividades vitais do trabalho eram exclusivamente predatórias. As principais atividades desenvolvidas que se imaginam com um trabalho social e coletivo eram: caça e coleta, pesca e a extração mineral. Os homens que as realizavam eram considerados como pescadores e/ou coletores e as técnicas as quais utilizavam supunham ferramentas rudimentares e pré-históricas.

Mais tarde surge o trabalho social envolvendo a agricultura, que estabelece novas relações do homem e sua dimensão social e do homem com a Natureza. Com o desenvolvimento do trabalho na agricultura, surgem as primeiras civilizações urbanas. Por meio do desenvolvimento das técnicas de trabalho, aparece a produção de utensílios: o *trabalho artesanal*. No período da Antiguidade, no trabalho do artesão, o processo de trabalho era considerado livre e autônomo, ou seja, o artesão pré-capitalista possuía a capacidade de transformar a Natureza; ele “dominava o processo de trabalho e seus elementos” (Alves, 2014).

⁵ O processo de trabalho aparece em um primeiro momento como o processo de trabalho capitalista; e depois, apenas como mera produção do capital (ALVES, 2014).

⁶ Tudo aquilo que contrária às regras da arte. Diz-se do que é excêntrico, fora do comum. Composto por elementos distintos e variados fora do comum.

O trabalho do camponês desde a Antiguidade possuía um caráter de trabalho coletivo, ou melhor, a família camponesa trabalhava em conjunto ou em grupos e desempenhava atividades na terra, como plantio, irrigação e colheita, de maneira que o trabalho do camponês é composto pelo trabalho vivo do homem (força de trabalho), meios de trabalho (técnicas e/ou ferramentas) e, por fim, o objetivo de trabalho, neste caso, para o camponês, o objeto de trabalho é a própria terra (Alves, 2014). Porém, historicamente, com o desenvolvimento do capitalismo no campo busca abolir completamente ou parcialmente o controle e o domínio dos camponeses no processo de trabalho. É necessário valorizar que, embora o capitalismo busque estratégias para garantir sua monopolização no campo, as famílias camponesas continuam resistindo a este modo de produção destrutivo.

Neste sentido, o trabalho na agricultura, com raízes na mão de obra da família camponesa, expressa condições de libertação e de emancipação, sendo a terra a base da propriedade do trabalho familiar camponês (Sousa; Conceição, 2010). “Um dos princípios desse modelo seria o resgate dos valores que os camponeses construíram ao longo da sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si” (Siliprandi, 2015, p. 294).

Cada membro da família possui um significado na unidade produtiva nesse caso, dentro da própria família há uma divisão técnica do trabalho produtivo entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho, determinado expressamente pelas relações de gêneros, enquanto o trabalho reprodutivo é de incumbência muitas vezes exclusiva da(s) mulher(es) da família. Dessa forma, podemos dizer que:

A organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, uma relação de continuidade entre o consumo e produção, absorvendo mulheres, homens, crianças e idosos, com base principalmente na divisão sexual do trabalho. A centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída (Santos, 2016, p. 334).

Nessa perspectiva, a mulher foi submetida prioritariamente a realizar o trabalho reprodutivo, ou seja, o cuidado com o lar, com a família e o trabalho doméstico são, em geral, dever da mulher. Contudo, esse trabalho é invisibilizado e diminuído à obrigatoriedade. Federici (2019) faz uma importante reflexão sobre o trabalho doméstico quando diz que:

A diferença em relação ao **trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina.** O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. **O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração.** Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo que as mulheres lutem contra ele [...] (Federici, 2019, p. 43, grifos nossos).

Dessa maneira, podemos considerar que o capitalismo se aproveitou da condição de imposição do trabalho reprodutivo à mulher e o transformou em um ato de amor, sendo que o “nosso papel como mulher é sermos servas felizes e amorosas” (Federeci, 2019, p. 44). Portanto, o trabalho doméstico é uma das faces da função de reprodutora, resultando em relações opressoras (Lôbo, 1981) que vem sendo reafirmado pelo capitalismo.

Além do trabalho doméstico, também foi imposto às mulheres o cuidado com a família, pois elas “foram obrigadas no curso de uma primeira etapa do desenvolvimento capitalista a assumir certas tarefas, valorizadas no conceito do papel de esposas” (Lôbo, 1981, p. 43). A autora ainda acrescenta que, por serem as responsáveis por conceberem biologicamente os filhos, assimilou-se algo natural e impuseram uma atribuição social considerando as duas como se fossem naturais. Se analisarmos a história, durante a vida, as mulheres deveriam se preparar para o casamento, maternidade e o cuidado com o lar simplesmente pelo ato de amor.

Neste sentido, historicamente se construiu o espaço da produção, ou seja, o trabalho produtivo como atividade de responsabilidade dos homens, todavia as mulheres também estão empenhadas no trabalho e na comercialização, porém, com a mesma característica de invisibilidade do trabalho reprodutivo, com essa leitura, Esteve (2017) nos aponta que:

As mulheres camponesas, durante séculos, têm sido responsáveis pelas tarefas domésticas: cuidado das pessoas, alimentação de suas famílias, criação de gado, cultivo de subsistência e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, se encarregando do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário, e ocupando uma esfera privada e invisibilizada (Esteve, 2017, p. 81).

Dessa forma, o trabalho que as mulheres realizam nessas esferas é reconhecido apenas como uma ajuda, sendo uma extensão do trabalho doméstico (não remunerado e nem considerado trabalho) e apoio aos maridos/pais/filhos/irmãos.

No trabalho produtivo, há uma diferenciação das relações no campo e na cidade. Na cidade, majoritariamente as mulheres são assalariadas ou realizam trabalhos informais e, para isso, precisam sair de casa para trabalhar. No campo, como o trabalho produtivo em grande parte das vezes é realizado dentro do lote pela família, elas trabalham em casa. Mas a condição de trabalho da mulher no campo é um pouco mais complexa, como a divisão técnica e sexual é realizada pela família, cada membro possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família há uma divisão técnica do trabalho produtivo entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho, enquanto o trabalho reprodutivo é de incumbência da(s) mulher(es) da família. Podemos assim dizer que:

A organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, uma relação de continuidade entre o consumo e produção, absorvendo mulheres, homens, crianças e idosos, com base principalmente na divisão sexual do trabalho. A centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída (Santos, 2016, p. 334).

Dessa forma, o trabalho que as mulheres realizam nessas esferas é reconhecido apenas como uma ajuda, sendo uma extensão do trabalho doméstico (não remunerado e nem considerado trabalho) e apoio aos maridos/pais/filhos/irmãos. Corroboramos com Garcia (2004) na afirmação que diz:

Uma das marcas destacadas do imperialismo cultural burguês, masculino e branco, atende à divisão sexual do trabalho, que implica uma divisão social, sexual e territorial do mesmo, identificando a esfera produtiva como o domínio espacial masculino e a reprodutiva como lugar feminino. Se bem que a classe trabalhadora compartilha esferas, o “domínio” de cada gênero sobre elas reproduz a estrutura da racionalidade burguesa. [...] O capitalismo apropriou-se de forma diferente da primeira divisão real do trabalho, a sua divisão sexual fortalecendo, como destacávamos, a opressão sobre a metade da classe trabalhadora (Garcia, 2004, p.113).

Temos, com a divisão sexual do trabalho, a exposição da mulher à condição de subordinação pela autoridade da figura masculina, mesmo que na maioria das vezes ela

trabalhe nas mesmas condições e proporções que os homens, realizando as mesmas atividades (Brumer, 2004).

Santos (2016) demonstra que:

A mulher participa não só da esfera reprodutiva realizando a manutenção da reprodução física, material e espiritual da família camponesa, mas está presente também na esfera produtiva, através de tarefas vistas em geral, como *ajuda* ao trabalho desenvolvido pelo homem, um trabalho considerado *mais leve* (Santos, 2016, p. 334).

Dessa forma, podemos caracterizar a dupla jornada de trabalho da mulher, pois além de assumir atividades na produção, ela também continua encarregada do trabalho doméstico. A dupla jornada de trabalho pode ser caracterizada como:

As atividades domésticas, de cuidado com os filhos e outros familiares, de produção e comercialização, de cuidado de si e de descanso, realizadas por elas na vida cotidiana, geralmente superam as 24 horas do dia. Isso significa que há uma sobreposição dessas atividades: ao mesmo tempo em que o feijão está cozinhando, ela está ajudando o filho a fazer a lição, e pensando que vai chover e as roupas estão penduradas no varal. E essa disponibilidade permanente das mulheres para as necessidades das pessoas da família, uma atenção constante para tudo, muitas vezes gera nelas um sentimento de impotência (Sof, 2016, p. 11).

Além da invisibilidade do trabalho da mulher, é possível evidenciar que a mesma é um sujeito privado, consequência da atribuição do trabalho reprodutivo a ela, enquanto os homens são sujeitos públicos que estabelecem relações muito mais incisivas com a comunidade, o trabalho assalariado, participação política etc. (Esteve, 2017).

Nesse conjunto de análises, é importante considerarmos que:

Fica estabelecida uma clara hierarquia entre trabalhos de primeira e “labores” de segunda. São impostas tarefas específicas, valorizadas e não valorizadas, visíveis e invisíveis, dependendo do nosso sexo. A alimentação, o cozinhar em casa, as compras de comida, as pequenas hortas para o autoconsumo fazem parte desses trabalhos e cuidados, que não são valorizados ou vistos, mas que são essenciais (Esteve, 2017, p. 92).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que historicamente foram construídas atribuições dos papéis e que nos mesmos espaços de trabalho homens e mulheres possuem responsabilidades diferentes que atendem ao interesse do grupo social dominante, ficando mais evidente esses pressupostos teóricos quando avançarmos com nossa pesquisa nos capítulos posteriores.

2.4 A compreensão da Geografia Agrária: Questão agrária e campesinato

Na Geografia Agrária, a questão agrária passa a ser abordada no final da década de 1960 principalmente com o surgimento da Geografia Crítica (Girardi, 2009). A perspectiva geográfica tende a compreender o avanço do capitalismo no campo. Porém, definir questão agrária diz respeito a qual centralidade busca compreender da realidade agrária. Portanto, Stédile (2012) nos aponta:

[...] o conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (Stédile, 2012, p. 17).

No Brasil, os estudos sobre questão agrária são muito recentes. Oliveira (2001) é um dos importantes percussores na discussão da questão agrária e geografia agrária na Geografia Brasileira. De acordo com este autor, para entender a agricultura brasileira é necessário compreender algumas correntes teóricas.

A primeira delas seria a teoria clássica. Os precursores e contemporâneos dessa corrente defendem que há uma generalização das relações capitalistas, ao mesmo tempo em que diverge o processo de inserção ao trabalho assalariado. Os mesmos teóricos defendem que a cada vez que o camponês se integra ao mercado capitalista perde suas características que o definem enquanto classe, sendo que em certo momento eles simplesmente desapareceriam tornando-se pequenos capitalistas ou trabalhadores assalariados. Outra vertente nesta corrente de pensamento é que a total inserção do capital no campo aconteceria através da modernização do latifúndio (em outras leituras, modernização conservadora), cabendo aos camponeses se adaptarem ao novo modelo de produção, vendendo sua força de trabalho para as empresas que se beneficiaram no processo ao qual já citamos (Feliciano, 2009).

Outra corrente de pensadores defende que no campo ainda existe a permanência das relações feudais ao que diz respeito sobre a agricultura. Basicamente a existência de camponês em sua condição de subordinação ao capital agroindustrial daria base para essa afirmação, ou seja, o capitalismo, se difundido no campo, quebraria as estruturas políticas tradicionais de dominação (Oliveira, 1995). Em tese, essa afirmação teria como fundamento que o camponês, ao perder seus vínculos tradicionais, se tornaria um produtor individual independente, inserindo-se e dependendo cada vez mais do mercado capitalista até o momento que surgiria a necessidade de ele recorrer ao trabalho assalariado.

A terceira corrente é fundamental para entender o capitalismo na agricultura brasileira, entendendo “que há um crescimento tanto do campesinato, como do latifúndio, pois parte do pressuposto de que o próprio capital cria e recria relações especificamente não capitalistas” (Feliciano, 2009, p. 59). Para Oliveira (1994), a contradição da reprodução capitalista se estabelece a partir do momento em que o capital redefine as antigas relações de produção, ao mesmo tempo em que as subordinam à sua lógica. O capital produz relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Há de se pensar em exemplos para explicar o que acabamos de mencionar, dessa forma, quando falamos de relações capitalistas, vemos as relações de assalariamento no campo, ao mesmo tempo em que relações não capitalistas se entendem por produção camponesa, por exemplo.

Entender as relações e contradições capitalistas no campo é fundamental para compreender a realidade que estudamos, temos duas classes disputando um mesmo território para se reproduzir. Para nós, quando utilizamos campesinato e/ou camponesa, estamos nos referindo às trabalhadoras e aos trabalhadores do campo que lutam pela terra e para se reproduzir nela, isso fica evidente posteriormente quando tratamos esse processo na região do Pontal do Paranapanema.

Tendo isso, podemos dizer que a Geografia Agrária fornece teorias e metodologias para compreensão da questão agrária e dos sujeitos envolvidos nesse processo, neste sentido:

A questão agrária demarca a centralidade da história entendida como disputas, contradições, complexas relações sociais de demarcação sobre o que se entende por vida, terra, ser social e sociabilidade para cada um dos grupos que, ante a guerra, exercem suas distintas formas de poder ao longo da história. A partir do caráter histórico material, a questão agrária demarca as relações sociais de poder-contrapoder e a

conformação das regras político-jurídicas-morais a partir da perspectiva dominante sobre o exercício concreto do poder sobre todos. Explicitada a partir de uma condicionalidade histórica, a relação entre os seres sociais, os demais seres vivos e a natureza, a questão agrária ganha uma dimensão que não começa no capitalismo, mas ganha neste novas formas de um conteúdo centrado na propriedade privada da terra. E, portanto, da condicionalidade da liberdade desconectada à posse, uso, possibilidades de sobrevivência para além da compra-venda. Delimitar o caráter histórico da questão agrária para além da era do capital, significa colocar em evidência como cada sociedade define seu modo de produzir vida a partir dos tipos de relações sociais estabelecidos e dos diferentes processos de estágio e compreensão da técnica e da tecnologia. Ou seja, a terra para muitos povos, ontem e hoje, não é entendida - como desenhou ao longo dos últimos quinhentos anos as ideias dominantes hegemônicas com uma ideia de desenvolvimento concebida na Europa e tomada na América Latina - como meio de produção, instrumento de produção, reserva de valor, guerra de domínios cada vez mais privados. A terra, elementos substantivo de produção e reprodução social, também era/é entendida como espaço comum, de bem viver. A terra concebida como território comum e cheio de vidas independente da ação humana sobre ela. Processo de cosmovisão que, no espaço-tempo, permitia que os sujeitos formassem suas linguagens, suas regras, suas dimensões políticas, a partir de outra concepção de espaço-tempo (Girardi, 2009, *s/p*).

Entendendo a questão agrária, compreendemos o conceito de campesinato dentro da Geografia. Segundo Marques (2008), na década de 1950 durante o auge das Ligas Camponesas, os primeiros estudos sobre campesinato começam a ser realizados dentro da ciência geográfica. Para Martins (1986), o campesinato mesmo inserido no sistema capitalista é um sujeito que resiste a esse sistema enquanto ser social. Com isso, queremos dizer que é preciso compreender o campesinato dentro do contexto social, político e econômico existente, que no caso é o capitalismo, e com a Geografia Agrária possuímos as metodologias necessárias para isso.

Esses pressupostos são muito importantes para analisarmos, através da Geografia, a realidade do Pontal do Paranapanema e afirmamos a necessidade e a preocupação de fazer o exercício entre teoria e realidade, estudar gênero e território no Pontal não implica que as mesmas dinâmicas ocorram no Nordeste, por exemplo, ou nas comunidades ribeirinhas. A teoria permite a compreensão, mas só a realidade permite a abstração, pesquisar nas ciências humanas é percorrer um caminho que não é linear, é um diálogo constante entre a realidade e a teoria, é um caminho repleto de contradições, é descobrir, é aprender e também ensinar.

Em suma, fica evidente que os conceitos e categorias que foram cruciais para nossa pesquisa não podem ser analisados separadamente, eles se completam e se

relacionam, bem como os processos que ocorrem na realidade das mulheres camponesas no Pontal do Paranapanema. O espaço geográfico em sua totalidade não pode ser considerado hegemônico e nem mesmo ser separado em caixinhas e achar que elas não se completam com outras dimensões. Quando nos propusemos a entender Gênero e Território, sabíamos que nossa realidade não se bastaria apenas a estas duas categorias, visto que existem outras dimensionalidades que se cruzam.

CAPÍTULO 3

Sobre a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a memória das mulheres

3.1 Sobre a formação territorial do Pontal do Paranapanema

A luta pela terra no Brasil é consequência da estrutura agrária, com base na concentração de terras que tem origem desde a invasão portuguesa no território que era ocupado pelos povos tradicionais da época. A colonização portuguesa deu início ao que se perpetua até os dias de hoje, terra nas mãos do capital e violência contra quem precisa e a defende. Essa estrutura explora pessoas e destrói a terra, já que seu modelo de produção se baseia na produção de monoculturas e no uso intensivo de venenos. Neste sentido:

Para entender o processo histórico da questão agrária do Brasil, reporta-se aos anos de 1500, marcados pela chegada dos portugueses. Desde essa época de colonização, foi imposta uma estrutura agrária que fomentou uma elite, cujo poder se baseou no acúmulo de terras e na exploração dos recursos naturais e humanos. Para isso, uma das estratégias utilizadas foi ludibriar os índios para que trabalhassem na extração do pau-brasil, em troca de objetos de pouco valor econômico, como espelhos, facas, miçangas. Mas os indígenas presenciavam a invasão de suas terras, sendo forçados a trabalhar para os colonizadores. Muitos deles não aceitaram a imposição e reagiram contra os invasores, dando início, dessa forma, a um dos primeiros conflitos de resistência à ordem latifundiária nascente. [...] A elite agrária brasileira, ao longo desses quinhentos anos, acumulou suas riquezas por meio da escravidão, da exploração, da violência e morte daqueles que se rebelaram contra a ordem imposta (Silva, 2016, p.56).

Compreender a formação territorial do Brasil com início da colonização é visualizar a violência, contra o território e contra a vida das pessoas. Esses conflitos agrários existem até os dias de hoje e também foram vivenciados pelas mulheres do Pontal do Paranapanema.

A região do Pontal do Paranapanema é localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, Brasil, estimando aproximadamente uma área 1,2 milhão de hectares. Sua formação territorial é caracterizada no que mencionamos acima, originada por intensos conflitos de terra (agrários). O processo histórico das ocupações de terra na região se deu pelo conflito dos projetos de ocupação e uso da terra, revelando dois modos completamente contraditórios. Para Feliciano (2009), a ocupação de terra se dá por

alguma motivação, sobretudo o direito pela propriedade de terra a fim de concentrar uma produção, transformando proveito para uma ou mais pessoas.

Os processos de ocupação mais recentes na região foram realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), “em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto socioterritorial” (Fernandes; Ramalho, 2001, p. 63), esse período caracterizou o Pontal, como uma região de maiores conflitos agrários no Brasil. A primeira ocupação aconteceu na Fazenda Nova Pontal, no município de Rosana, no ano de 1990 (figura 07 e 08).

Figura 7 - Acampamento do MST no Pontal do Paranapanema (1990)

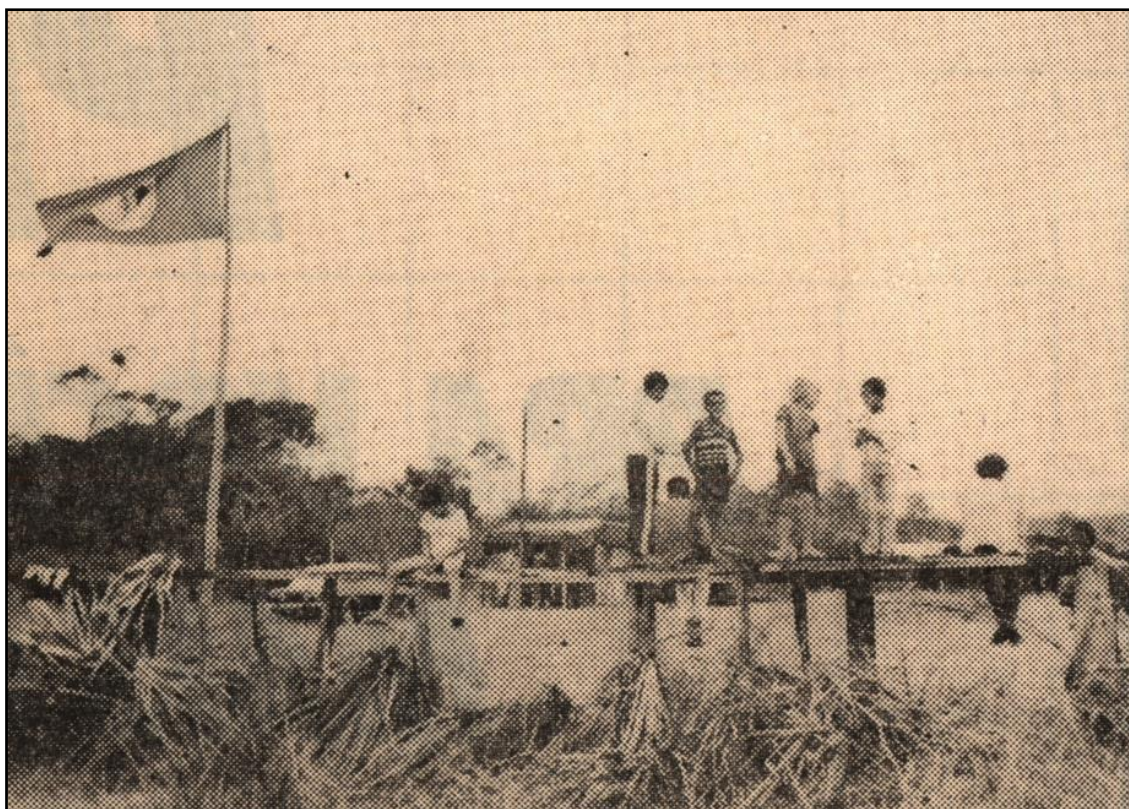


Foto: Jornal O Imparcial (março de 1990), acervo do CEMOSi/UNESP.

Figura 8 - Notícia de um jornal regional sobre a ocupação de terras (1990)



Foto: Jornal O Imparcial (março de 1990), acervo do CEMOSi/UNESP.

A partir dessa ocupação, o MST passou a reconfigurar a região do Pontal do Paranapanema, realizando diversas ocupações e pressionando o Estado pela Reforma Agrária. E foram diferentes formas de processos de luta, desde a ocupação, até manifestos em formas de caminhada (figura 09).

Figura 9 - Notícia de um jornal regional sobre a ocupação de terras (1990)

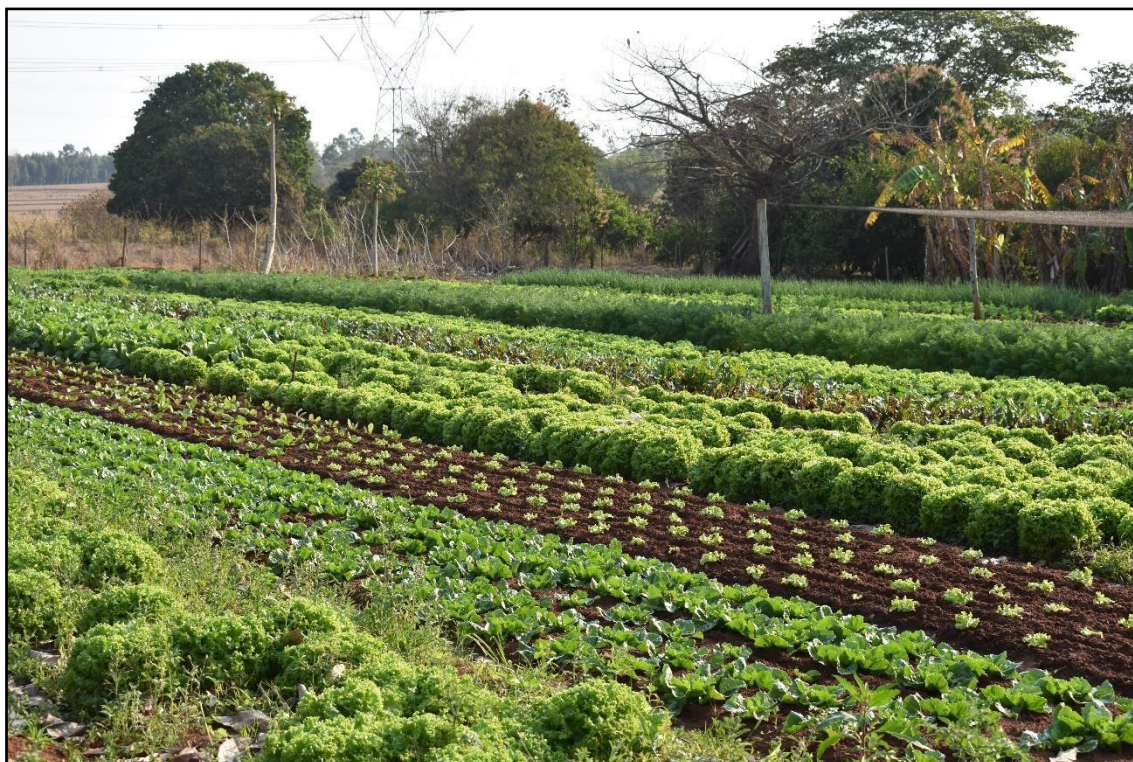


Foto: Jornal O Imparcial (outubro de 1993), acervo do CEMOSi/UNESP.

Por meio do processo de luta pela terra, a organização do MST resultou em um número significativo de hectares, que foi extremamente importante para a implementação de assentamentos que promoveram e promovem o desenvolvimento rural e regional do Pontal do Paranapanema, pois muitas famílias chegaram para morar nos assentamentos. Essas famílias se espacializaram na região e parte delas está organizada em cooperativas, associações e/outras organizações que continuam lutando, mas a luta agora é pelos direitos básicos em seus assentamentos, como os direitos a políticas públicas, escolas de Educação no Campo, saúde pública de qualidade e espaços de lazer. As fotografias selecionadas em trabalhos de campo, demonstram como nossas afirmações são materializadas.

Na figura 10, podemos visualizar uma produção de hortaliças que são entregues para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa institucionalizado no Governo Lula, em que no mínimo 30% do que as crianças e adolescentes consomem de alimentos nas escolas seja entregue por famílias camponesas. Essa luta foi muito pautada e protagonizada pelas mulheres que visam ao fortalecimento da reforma agrária e agricultura familiar.

Figura 10 - Produção de alimentos no Assentamento Bom Pastor, Sandovalina (2022)



Fonte: Pesquisa de Campo (Sandovalina), junho de 2022. Acervo de campo.

A figura 11 representa um registro realizado em um trabalho de campo no município de Sandovalina, assentamento Bom Pastor. Com ela, temos a tencionalidade de demonstrar como as mulheres camponesas estão protagonizando trabalhos produtivos que ainda são invisibilizados.

Figura 11 - Mulheres assentadas de Sandovalina na produção de alimentos saudáveis (2022)



Fonte: Pesquisa de Campo (Sandovalina), junho de 2022. Acervo de campo.

Desde a formação territorial do Pontal, muitas transformações sociais, econômicas e políticas aconteceram e grande parte delas é pelo confronto por território entre o agronegócio e o campesinato. Um único território pode ser configurado como reprodução da parte de uma classe trabalhadora, que luta por condições de vida que respeitam a vida e a natureza. Do outro lado um modelo de produção que nega a vida e destrói o meio ambiente.

Atualmente, a região do Pontal do Paranapanema é formada por 117 assentamentos com mais de 7 mil famílias assentadas e as principais atividades produtivas da região e a produção de leite e a produção de alimentos, a primeira, muito se configurou, pois, quando as famílias conseguiam a terra, os principais créditos de financiamento eram destinados a isso.

Convém destacarmos que, atualmente, o Pontal do Paranapanema conta com uma quantidade de terras que poderia ser destinada a mais famílias que lutam pela terra. É o retrocesso da política de reforma agrária no estado de São Paulo diante do Projeto de Lei (PL) 410/2021 e 277/2022⁷, ambos aprovados. O PL 410/2021 é de autoria do ex-governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB), enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) para tramitar em regime de urgência.

Esse PL, como consta no próprio site da ALESP, propõe a alteração da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que trata dos planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, e a Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Em suma, o objetivo inicial proposto era a oferta do Título de Domínio resolúvel dos lotes de reforma agrária em São Paulo.

O PL 277/2022 foi aprovado no dia 29 de junho de 2022 e assinado pelo ex-governador Rodrigo Garcia, a nova lei permite que as terras públicas do estado de São Paulo, as terras devolutas, sejam repassadas aos grandes fazendeiros e proprietários. São dois projetos de lei que marcam um retrocesso gigantesco no estado e afeta diretamente o Pontal do Paranapanema.

Esses últimos acontecimentos de disputas por território no Pontal do Paranapanema demonstram massivamente como é necessária uma transformação social, através de um modelo de desenvolvimento socioeconômico mais igualitário e justo e, para as trabalhadoras e trabalhadores, isso se efetiva principalmente pela Reforma Agrária Popular.

3.2 As simbologias da luta pela terra: resistências e enfrentamentos

Dentre as transformações que citamos acima, tratamos a partir deste momento aquelas que são objetivo da nossa dissertação, as que foram e ainda são emancipadas pelas mulheres camponesas. Compreender a história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema pela memória das mulheres é visualizar como desde sempre existiram sujeitos que foram silenciados e invisibilizados por seu gênero.

Posto isso, iremos traçar uma linha do tempo das principais simbologias das mulheres do Pontal do Paranapanema. No ano de 1997, com a prisão de companheiros

⁷ \Cf. <https://mst.org.br/2022/06/29/assembleia-legislativa-de-sp-vota-pl-que-privatizara-1-milhao-de-hectares-de-terras-publicas/>

e, sobretudo, da companheira Diolinda Souza, as mulheres que estavam acampadas como forma de enfrentamento e resistência organizam uma ação pela liberdade da companheira e dos companheiros presos. Para isso, elas buscaram algo que simbolizasse e marcasse o dia da ação como memória da luta das mulheres nesse período de conflito e ocupações, além disso, precisava de um símbolo que remetesse a bandeira vermelha, no caso vermelho, e algo para proteção das companheiras.

[...] algo que simbolizasse a nossa luta, a bandeira do movimento... como também uma forma de proteção, cobrir o rosto... então era algo que simbolizasse a luta da classe trabalhadora que sempre se utiliza do vermelho... então a gente construiu essa ideia dos lenços (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Os lenços, então, têm uma formação política trazida pela companheira Niura, que pela sua formação em assistência social trazia o debate mais teórico sobre as pautas das mulheres. Eles foram feitos na casa da Miriam Farias, em Teodoro Sampaio, e foram distribuídos⁸ nos acampamentos da região para que pudessem ser confeccionados e trançados. Ao final, cada acampamento tinha um trançado que simbolizava o grupo de mulheres que ali formavam.

[...] e quando juntou todas as mulheres no fórum reconhecia determinado acampamento devido ao trançado da franja do lenço ... e ficou a coisa mais linda, uns vinham com mais trançados, outros vinham menos trançados, outro só veio desfiado, outro veio amarrado. E então cada lenço veio com uma personalidade do grupo de mulheres que tinha feito eles né (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Então, os lenços vermelhos foram utilizados no fórum de Pirapozinho, São Paulo, no qual era a Comarca que julgava os processos da região do Pontal do Paranapanema. Hoje, o lenço vermelho se materializou em um símbolo importante da luta das mulheres na década de 1990. Com o resultado dessas primeiras manifestações auto-organizativas, as mulheres começaram a perceber a importância que isso tinha e passaram a fazer outras formas de protestos para marcar combativamente suas lutas, bem como demonstramos nas fontes de jornais abaixo (figuras 12, 13 e 14):

⁸ Com o relato em nossas entrevistas, a distribuição dos lotes era feita por funcionários do ITESP e os militantes do MST. Além disso, a ordem de escolha era realizada por meio de sorteio.

Figura 12 - Notícia sobre o I Encontro Regional das Mulheres Assentadas (2000)

O IMPARCIAL

sexta-feira, 4 de agosto de 2000 **ciudades** B ► 5

PONTAL DO PARANAPANEMA

Mulheres de assentamentos reúnem-se

Durante dois dias, em Euclides da Cunha, as mulheres assentadas do Pontal, discutem temas como saúde e política

Inicia hoje (4) às 9h, o I Encontro Regional das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema, na Escola de Qualificação Profissional, em Euclides da Cunha. Durante dois dias, as mulheres assentadas dos municípios Euclides da Cunha e Primavera, discutirão temas como política, saúde nos assentamentos, benefícios rurais.

Cerca de 150 mulheres dos assentamentos de Euclides e Primavera devem comparecer ao Encontro, que é organizado pela Associação das Mulheres Assentadas do Pontal. A abertura, será às 9h, com composição da mesa, conforme a programação do evento, por prefeitos e primeiras damas.

Às 10h, o tema "Programa de Saúde Pública", será abordado o tema "Conjuntura da Política Atual", por Niura Maria Câmara Antunes. Às 11h, Dirce Marito Afonso, da Divisão Regional de Saúde (DIR) de Presidente Prudente, abordará o tema: "Programa de Saúde Pública".

Serão abordados ainda os temas: "Programa de Saúde para Assentamentos; "Benefícios rurais" (por representantes do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS) e debate entre os coordenadores de Saúde dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio, completam a programação no primeiro dia do Encontro Regional.

CRÉDITO- Amanhã (5), às 9h30, após a composição da mesa, por representantes da Fundação Itesp, será apresentada peça teatral com jovens do assentamento; às 10h, representantes do Itesp falam sobre créditos e agricultura familiar e às 11h30, a assistente social do Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), Lourdes Azedo, falará sobre "organização e articulação das mulheres assentadas". Às 13h30 haverá avaliação do encontro; às 14h30 encaminhamos as definições dos dois dias do evento e às 15h30, encerramento.

Previsão é comparecer mais de 150 assentadas

Foto: arquivo



A condição das mulheres e dos assentamentos em Euclides e Primavera, serão temas de debates hoje e amanhã no Pontal

Foto: Jornal O Imparcial (agosto de 2000), acervo do CEMOSi/UNESP. Acervo de campo.

Figura 13 - Notícia sobre ocupação de terras organizada por mulheres (1995)

■ CONFLITO FUNDIÁRIO

Mulheres invadem fazenda

150 integrantes do MST escolhem Dia Internacional da Mulher para protestar contra pri

Fotos Marcelo Hide




Invasão da fazenda São Domingos, em Sandovalina, começou ao amanhecer. Mulheres utilizaram três tratores, um caminhão e derrubaram mais de 30 metros de cerca. Elas passaram o dia arando e preparando a terra para o plantio

DE

O nte
lho
do
rais Sem-
zenda São
davalina,
panema.
Dia Intern
não foi à
assentame
Bento, S
acampam
e Santa R
meira inv
feminina
A inva
protesto
der femi
Diolinda
descaso d
cação co
pamento
As mu
giram e n
res, um
ram mais
ca da Faz
Depois e
tro local,
da Usin
aram,
ram e pl
durante d
As
acampad
moveram
sembléia
de um at
em prote
tra a de
da prisã
tiva de
do MST
nha Jún
que está
Alves de
pio, Clay
Barbosa
mês. O

Foto: Jornal O Imparcial (setembro de 1995), acervo do CEMOSi/UNESP. Acervo de campo.

Figura 14 - Notícia sobre ocupação de terras organizada por mulheres (1995)

Ricardo Torquato
DE PRESIDENTE PRUDENTE

Ontem, cerca de 150 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra invadiram a Fazenda São Domingos, em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema. A escolha da data — Dia Internacional da Mulher — não foi à toa. Elas vieram dos assentamentos da Fazenda São Bento, Santa Clara e dos acampamentos de Sandovalina e Santa Rita para fazer a primeira invasão exclusivamente feminina do MST.

A invasão é uma forma de protesto contra a prisão da líder feminina do movimento, Diolinda Alves de Souza, e do descaso da Secretaria da Educação com a escola do acampamento de Sandovalina.

As mulheres sem-terra dirigiram e manobram três tratores, um caminhão e derrubaram mais de 30 metros de cerca da Fazenda São Domingos. Depois elas se dirigiram a outro local, ao lado dos barracões da Usina, onde araram, gradearam e plantaram durante o dia.

Às 17h, os acampados promoveram uma assembléia seguida de um ato público em protesto contra a decretação da prisão preventiva de 6 líderes do MST no Pontal: José Rainha Júnior e Márcio Barreto, que estão foragidos, Diolinda Alves de Souza, Felinto Procópio, Claudemir Cano e Laércio Barbosa, presos há mais de um mês. O ato teve a participação de uma caravana de Brasília e outra de São Paulo.

A sem-terra Neide Mariano, 27, disse que as mulheres pretendem plantar milho, xuxu, feijão de corda e abóbora na fazenda São Domingos. Ela ressalta que esta é a primeira invasão desde a prisão dos quatro líderes do MST.

Resistência machista — A maior resistência à invasão não veio da Polícia Militar, Civil ou seguranças da fazenda. Ela veio dos trabalhadores sem-terra do sexo masculino. Presionadas pelos maridos, contrários a invasão, algumas mulheres chegaram a correr quando a participação foi cobrada pelas líderes.

“Eles apostaram que não juntaríamos nem dez mulheres para fazer a invasão”, desabafou Neide. Outros teriam dito que invasão seria serviço para macho. Desconfiados, grande número de homens preferiu acompanhar e dar proteção às mulheres, mas nenhum participou da invasão. Segundo Neide, “o machismo não é exclusividade do homem da cidade.”

Gilson Messias, 24, acampado no Santa Rita, acompanhou a mulher, Ângela Maria Lima, 20, na invasão. “Vim dar uma força para minha mulher. Lá do acampamento todo mundo veio, pois temos que juntar forças e não deixar de acompanhar senão a luta desanima”.

Nas faixas que as mulheres usaram na invasão as sem-terra destacaram que sem a presença da mulher a luta fica dividida.

Durante a invasão, alguns homens sem-terra assumiram as funções geralmente desempenhadas pelas mulheres. Este é o caso de Edson de Almeida, 27, que cuidou das crianças durante todo o dia.

Mesmo com marido preso, a mulher de Laércio, Valdeci Francischetti, 37, participou do manifesto das mulheres sem-terra no período da tarde. Durante a manhã, ela não invadiu porque foi levar o filho Laércio Júnior ao médico. Ele estava com aftas na boca.

Escola — As líderes pretendem denunciar a precariedade da escola no acampamento de Sandovalina. Segundo Neide Mariano, os sem-terra pretendem fazer uma sala de aula de lona para abrigar as aulas dos alunos até a 4ª série. Os estudantes de outras séries ficarão sem aulas até que o governo do estado libere os barracões da Usina Hidrelétrica de Taquarucu para uso escolar.

Fátima Siqueira, 24, disse que “se de hoje para amanhã não tiver nenhuma decisão, o MST vai levantar uma sala de aula de lona para abrigar os 72 alunos das séries iniciais”.

Segundo Fátima, da situação da escola surgiu a idéia de fazer uma manifestação no dia da mulher. Depois a manifestação evoluiu para uma invasão. “Esta invasão é uma homenagem às mulheres da cidade e do campo”, completou.

Diolinda serve como modelo para as mulheres acampadas. “Ela é um exemplo de coragem para todas as mulheres do Brasil”, opinou Fátima. Outra sem-terra, Maria de Fátima de Souza, 35, disse que vê com tristeza a manutenção da prisão de Diolinda, “mas no dia da mulher nós não vamos esmorecer, queremos de volta a nossa amiga e companheira”. “Ela é o símbolo de luta das mulheres reprimidas pela sociedade”, completou Neide Mariano.

“Machismo não é exclusividade do homem da cidade”

Foto: Jornal O Imparcial, acervo do CEMOSi/UNESP. Acervo de campo.

Há de se considerar como essa organização delas é extremamente importante para consciência de gênero e formação política, a manchete “Invadem fazenda” é carregada de preconceito e uma visão deturpada que são carregados até os dias de hoje, porém, essas informações são muito importantes para começarmos a compreender temporalmente as primeiras atividades enquanto auto-organização delas. “Mulheres de assentamentos reúnem-se”, “machismo não é exclusividade do homem da cidade”, são temas muito importantes, sobretudo, naquela época como pautas feministas ainda eram muito pequenas, mas o que demonstra como as mulheres lutavam por uma terra, mas dentro dessa luta, lutavam contra a opressão de gênero.

Outro momento da tentativa de criminalização da luta, importante na organização das mulheres, foi quando os companheiros que estavam na frente das lutas foram todos presos e as mulheres tiveram que assumir as tarefas mais decisivas e organizativas da luta, não que elas não participavam, mas a configuração dentro da organização do movimento não as considerava como sujeitos de decisão.

Em manifestação contra as prisões, foi feito um acampamento só de mulheres em torno do fórum de Teodoro Sampaio, no ano de 2004, por conta dos companheiros criminalizados. Toda manhã elas caminhavam até o fórum e faziam manifestação gritando palavras de ordem para libertação dos companheiros presos. Os jornais da época eram os principais meios de divulgação desses processos de luta, porém muitos deles eram carregados de preconceitos, fazendo com que a população tivesse um olhar de “ódio” e desinformação sobre os militantes (figuras 15).

Figura 15 - Notícia sobre prisão política de Deolinda Alves em Teodoro Sampaio (1995)

SÃO PAULO (AE) - Entidades civis brasileiras, ligadas à defesa dos direitos humanos, vão denunciar no Exterior a prisão dos dois líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Deolinda Alves de Souza e Márcio Barreto. E vão pedir também a abertura de inquérito para responsabilizar o delegado que ordenou a colocação de algemas em Deolinda.

O anúncio foi feito ontem por Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, depois de visitar Deolinda, na Penitenciária Feminina, em São Paulo. "A forma como foi feita a prisão, com algemas e transporte noturno, é irregular", disse Pinheiro.

"Havia um clima de diálogo e negociação", disse Pinheiro. As entidades querem que governador Mário Covas ajude no diálogo com o judiciário para evitar que outras lideranças do MST sejam presas.

"Vamos enviar relatórios sobre a prisão para a Anistia Internacional e a Human Rights Watch", afirmou Pinheiro. A visita à penitenciária foi acompanhado por representantes da Comissão Teotônio Vilela, Comissão Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Pinheiro criticou o Judiciário por "prender trabalhadores sem-terra e não fazer o mesmo com fazendeiros que contratam jaguncos nas áreas de conflito agrário". O juiz Luís Augusto Siqueira, da Vara de Cartas Precatórias, marcou o interrogatório de Deolinda e Barreto para amanhã, às 13 horas. Pela manhã, integrantes do MST fizeram manifestação na frente da penitenciária pedindo a libertação dos líderes presos.



Acima, a foto que mostra Deolinda sendo algemada em Prudente e que despertou protestos no país; à direita, Mineirinho, um dos que não compareceram ao interrogatório ontem



Acusados não comparecem a interrogatório

José Artur Gonçalves
DE PRESIDENTE PRUDENTE

Os onze líderes sem-terra que estão sendo processados por formação de bando armado e quadrilha não compareceram à audiência que estava marcada para ontem, às 13h, no Fórum de Presidente Prudente. Outros quatro líderes também estão sendo processados, mas dois estão presos e outros dois escondidos.

Os sem-terra seriam interrogados pelo juiz de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo. Eles não receberam o mandado de citação e intimação para o interrogatório.

Márcio Barreto e Deolinda Alves de Souza, que estão presos no Carandiru, serão ouvidos em São Paulo depois de amanhã, dia 8. Beraldo enviou a

carta precatória, ontem a tarde, ao juiz Luiz Augusto de Siqueira, Corregedor do Setor de Cartas Precatórias Criminais.

Nova intimação será feita para os onze sem-terra através de carta precatória, enviada ao Fórum de Teodoro Sampaio pelo juiz de Pirapozinho. Caso eles não recebam o documento, a citação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado.

Segundo Beraldo, a nova audiência, que ainda não foi marcada, será realizada ainda neste mês. Caso os sem-terra não compareçam, o processo correrá a revelia, ou seja, sem o depoimento dos in-

tegrantes do MST.

Os sem-terra deliberaram que não iriam à audiência. Eles têm medo de que o juiz tenha decretado suas prisões preventivas também. Beraldo afirmou que as prisões preventivas não

foram decretadas.

Os integrantes do MST que estão no processo criminal são José Rainha Júnior, Deolinda Alves de Souza, Laércio Barbosa, Walter Gomes, Márcio Barreto, José Eduardo d

Eles não compareceram com medo de novas prisões

Moraes, Jônas de Andrade Justino, Creusa Maria Turato, Claudemir Marques, Manoel Neres dos Santos, Felinto Proença, David Pereira da Silva, Zélio Luz da Silva.

Foto: Jornal O Imparcial (outubro de 1995), acervo do CEMOSi/UNESP. Acervo de campo.

Figura 16 - Mulheres acampadas em protesto aos companheiros presos



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo da entrevistada, 1995.

A figura 17 representa uma marcha organizada e realizada por elas cujo trajeto saía do aeroporto de Presidente Prudente. A marcha simbolizou um protesto em relação aos militantes presos.

[...] a gente veio de ônibus até o aeroporto, dormimos numa área de pastagem, que foi negociado com o dono do terreno. A gente pousou lá, dormiu lá, a gente fez um acampamento a noite ... e de manhazinha a gente saiu do acampamento em marcha do aeroporto até a igreja quando Dom José recebeu a gente ... foram todas as mulheres de roupa branca segurando uma rosa vermelha ... e o Dom José recebeu a gente dentro da igreja, fez uma celebração! (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Esse momento ficou marcado na memória das mulheres e na história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, além de ser inspiração para outras mulheres em seu processo formativo de luta. Essa luta e organização das mulheres possibilitou a contextualização das mulheres na luta pela terra e na luta pela igualdade de gênero. É por isso que tratamos e trataremos neste texto a luta dentro da luta, reafirmando a todo o momento que, na memória e na história do Pontal, as mulheres lutam pela terra, mas dentro dessa luta existe a luta pelo fim do machismo e de todas as formas de opressão. A marcha e protestos das mulheres foram significativos para possíveis decisões judiciais (figura 16).

Figura 17 - Prisão de líderes do MST (1995)

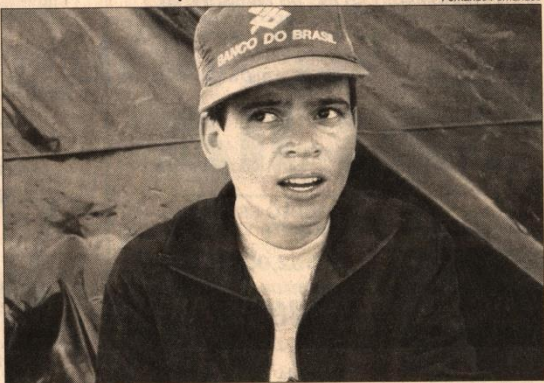
Juiz pode revogar prisões de líderes

Adernil de Souza
DE PRESIDENTE PRUDENTE

A advogada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Meire Orlandini, 40, disse ontem ao **Oeste Notícias** que aguarda, para a próxima terça ou quarta-feira, a decisão do juiz Darci Lopes Beraldo sobre a revogação das prisões de líderes do movimento. Diolinda Alves de Souza e Márcio Barreto estão presos no Casa de Detenção do Carandiru, na Capital, enquanto que José Rainha Júnior e Laércio Barbosa estão foragidos.

Meire disse que entregou pessoalmente ao juiz o pedido de revogação das prisões preventivas dos líderes do MST no último dia 6, no fórum de Presidente Prudente. O pedido de prisões preventivas dos líderes do MST foi feito pelo delegado Marco Antônio Fogolin, de Sandovali-

Fernando Fernandes



Diolinda Alves de Souza continua presa em São Paulo

na, e acatado pelo promotor Paulo Sérgio Ribeiro da Silva. Outros nove membros do movimento respondem ao processo em liberdade. Eles são acusados de formação de quadrilha, crime de dano e furto.

Receio – A advogada disse que Rainha encontra-se escondido na região e não se apresenta à Justiça com receio de ser preso. Ela afirmou que justificou seu pedido de revogação das prisões a várias autoridades, que estiveram no Pontal na semana passada – entre elas, o governador Mário Covas (PSDB), o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Francisco Graziano, e o secretário de estado da Justiça, Belisário dos Santos Júnior.

Segundo a advogada, a conjuntura atual mudou e os os sem-terra prometeram uma trégua nas ocupações. “Estou com muita esperança”, disse.

De acordo com Meire Orlandini, Diolinda tem recebido muitas visitas na prisão. “Ela está muito tranqüila, o problema é o João Paulo (filho de Diolinda, de três anos). O José Rainha não tem condições de ver o menino, e quem está tomando conta dele é uma sobrinha de Diolinda, de nome Meire”, disse a advogada.

Foto: Jornal O Imparcial (novembro de 1995), acervo do CEMOSi/UNESP. Acervo de campo.

Além de que, a auto-organização das mulheres possibilita a configuração de territórios e isso fica evidente no relato que trazemos pautando que o enfrentamento ao machismo, ao patriarcado e à homofobia não são tarefas exclusivas das mulheres, demanda que todas e todos arregacem a mangas para superação dessas opressões. É necessário superar as opressões de gênero e superar o capitalismo.

Dentro da formação territorial do Pontal do Paranapanema emancipado pelas mulheres, é bastante forte quando trabalhamos a memória do lenço vermelho e das rosas brancas, como esses momentos são carregados de luta e auto-organização das mulheres. É expressiva a luta contra a violência do capital caracterizado pelo agronegócio e contra as violências e opressões de gênero. Neste sentido:

[...] a violência contra as mulheres e a violência do capital tem base comum, nos colocando na construção do debate de feminismo a partir das especificidades e diversidades do campo, na perspectiva da consolidação do Feminismo Camponês Popular com Identidade e Revolucionário. Mais do que uma elaboração teórica esta é uma construção de luta e enfrentamento, que parte da realidade material de cada camponesa (Novais *et al.*, 2022, p. 18).

A luta pela Reforma Agrária Popular no Pontal do Paranapanema é pautada numa reestruturação do espaço agrário para o reconhecimento do território com bases na agricultura familiar, garantindo os direitos necessários para as famílias.

É a construção de territórios livres de todas as formas de violências consolidando-se em assentamentos rurais que permitem a reprodução do campesinato. Além disso, é uma interação dialética entre diferentes espaços físicos e na construção coletiva das famílias tendo a luta pela conquista da terra como a mediação dessa interação.

3.3 Costurando o lenço vermelho: A luta pela terra na voz e memória das mulheres camponesas

Entender e analisar trajetórias é compreender a construção da materialidade através da memória com as representações do passado, é uma representação espacial e temporal. “A coleta das narrativas dos sujeitos da pesquisa sobre sua trajetória, para a partir dela analisar as escolhas efetuadas no percurso e compreender as relações criadas e recriadas com o espaço, os indivíduos e os grupos com os quais se relaciona a cada momento” (Silva, 2004, p.18).

Quando nos propusemos a analisar e compreender a contribuição e inserção das mulheres na luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema através da importância da memória e das trajetórias nas lutas do campo, partimos da ideia de que além dos conflitos por terra, vividos pela classe trabalhadora do campo e da cidade, também há os conflitos em relação ao gênero, pois a teórica nos indica a invisibilidade das mulheres nas dimensões sociais que estruturam a sociedade. Com nossas análises de campo, podemos perceber uma relação forte com a teoria.

A luta pela terra e pelo território é de todas e todos que compreendem a importância de uma transformação social, são de homens e mulheres, jovens, crianças, idosas e idosos, pessoas LGBTQIA+ e a diversidade étnico-racial, é uma classe trabalhadora organizada em heterogeneidade e conscientes de uma sociedade que os marginaliza e explora todos os dias para avanço destruidor do capitalismo.

Temos, portanto concluído que a organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores, e é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores de uma mesma realidade e de um mesmo passado, forjando na luta a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais despertaram do seu casulo, se reconheceram enquanto integrantes de uma luta, e engajados na busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua

história e da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história (Valenciano; Thomaz Junior, 2011, p. 4).

Porém, alguns sujeitos enfrentam uma luta dentro da luta, ou seja, além dos conflitos de sua classe enfrentam os conflitos em relação ao seu gênero, raça e orientação sexual. E, mesmo exercendo um importante e ativo papel na luta, são esquecidos e invisibilizados.

Portanto, historicamente esses sujeitos sempre foram oprimidos nas dimensões da sociedade e o capitalismo as reforçam e reafirmam cotidianamente, no caso das mulheres, por exemplo, tem seus corpos violentados todos os dias, e quando afirmamos isso compreendemos que a violência vai além da agressão física e sexual, mas também de caráter moral, econômico, psicológico e nas diversas estruturas de invisibilizá-las.

A questão da violência e invisibilidade contra as mulheres significa compreender que elas ocorrem nas diversas realidades sociais, porém são condicionadas a sofrer ainda mais opressão se essas mulheres forem negras e pobres. Além disso, essas relações partem de um conjunto de sociedade e também por grande parte das vítimas que são aprisionadas pelo patriarcado.

Na vida cotidiana, as relações de opressão e invisibilidade de gênero e a imposição de papéis construídos socialmente são reforçadas principalmente pela divisão sexual do trabalho, em que as mulheres desempenham duplas, triplas e até quádruplas jornadas de trabalho.

Esteve (2017) também destaca que a mulher dentro dos assentamentos é um sujeito privado, como consequência da atribuição do trabalho reprodutivo a elas, enquanto os homens são sujeitos públicos que estabelecem relações muito mais incisivas com a comunidade, o trabalho assalariado, participação em associações etc.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que há uma atribuição dos papéis e que, nos mesmos espaços de trabalho, homens e mulheres possuem responsabilidades diferentes que atendem ao interesse do grupo social dominante que foram historicamente construídos.

São nessas condições que as mulheres realizam as diversas jornadas de trabalho e quando ela passa a participar da luta mais uma jornada lhe é imposta, o que fortalece nossas reflexões de que as mulheres possuem uma luta dentro da sua luta. A consciência de classe faz com que ela reconheça sua identidade de trabalhadora, porém carrega consigo diversas formas de opressão que as leva a atuarem e se organizarem em

sua consciência de gênero, podemos assim dizer que elas possuem também duplas e até triplas jornadas de luta.

Como já pontuamos, o processo histórico das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema se deu por intensos conflitos de classe. Os conflitos mais recentes que configuram o território em assentamentos de terra se estabeleceram pelas ocupações de terras configuradas nos acampamentos. Para Feliciano (2009), a ocupação de terra se dá por alguma motivação, sobretudo o direito pela propriedade de terra a fim de concentrar uma produção transformando proveito para uma ou mais pessoas.

Por meio do processo de luta pela terra configurado em acampamentos, a organização do MST resultou em um número significativo de hectares que foi extremamente importante para a territorialização de assentamentos que provêm a socio-reprodução das famílias camponesas.

Outro desdobramento importante no contexto da dinâmica agrária que estamos presenciando no Pontal é o processo de resistência através da permanência na terra, em que, após superar o primeiro momento de luta pela terra no acampamento resultando na conquista do lote, a família camponesa passa pelo processo de resistência para a permanência na terra aumentando o trabalho familiar baseado em relações não capitalistas (Fernandes; Ramalho, 2001).

As mulheres camponesas da região do Pontal do Paranapanema têm na memória percursos e travessias que constroem e reconstróem a luta pela terra na região. A barraca de lona, o enfrentamento com fazendeiros e policiais, o barulho do tiro, a violência, a conquista da terra, a angústia que ecoa no peito e a alegria de esperar são os elementos marcantes que fazem um balanço entre passado e presente.

As páginas escritas remontam vários pedaços que construíram o território do Pontal do Paranapanema enquanto terra daqueles que sonham, mas o sentimento, os mínimos detalhes, a aflição e o alívio, a dor e a alegria permanecem apenas na memória daqueles que conheceram e nela viveram (Silva, 2004). E ainda:

Memória que não é apenas um relato dolorido de perdas e violências sofridas em um passado que não volta mais. Ao contrário. O passado revive ao ser lembrado, é como se o morto ganhasse vida. Mas ainda. Nenhum projeto presente pode ser elaborado sem conhecimento do passado. Partir do presente, com os olhos voltados para o passado, mas em direção ao futuro, é brilhante definição da história de Walter Benjamin. Nenhum projeto se sustenta sem conhecimento do passado. Na dialética entre presente, passado e futuro estão elementos necessários para qualquer ação transformadora da realidade social (SILVA, 2004, p. 31-32).

Pouco se fala das mulheres na luta enquanto mulheres na luta, frase que parece redundante ou confusa, mas que em nossas travessias de pesquisas podemos perceber na materialidade como isso se manifesta. Quando afirmamos isso, estabelecemos uma reflexão de que quando se fala de mulher na luta pela terra e posteriormente na luta na terra, fala-se de um sujeito com consciência de classe que se limite apenas a sua classe, mas a potência das mulheres ultrapassa esses muros estruturais e imersão as transversalidades e interseccionalidades da classe.

A luta pela terra na região do Pontal, como mencionado em capítulo anterior, é marcada por intensos conflitos de classe, mas também de gênero, raça e orientação sexual, demonstrando claramente as contradições de classe. Essas contradições existem estruturalmente e são reforçadas e potencializadas pelo capitalismo. O capitalismo violenta todos os dias os corpos, a terra e os sonhos da classe trabalhadora. E nessa condição afirmamos que dentre as explorações postas pelas mazelas do capital alguns sujeitos são mais explorados que os outros nas relações de produção e reprodução decorrentes da dominação patriarcal, racista e machista. Neste sentido:

Através da ocupação de latifúndios e terras devolutas, a estrutura organizada do espaço se transforma. Entram em cena novas formas de gestão do território: os acampamentos e assentamentos rurais. Como sabemos, a produção e reprodução do espaço estruturam-se através de determinadas relações de poder decisivas, sendo o gênero uma delas. Podemos afirmar que o lugar acampamento concentra relações de gênero, relações de poder socialmente construídas, diferenciadas do lugar do assentamento. Essa relação diferenciada possui dimensão espacial. A localização dos lugares “masculinos” e “femininos” dentro destas organizações espaciais expressa os espaços de sociabilização apropriados e produzidos por cada gênero. Constatamos assim que a divisão funcional do espaço, nestes lugares, toma conotações de um gênero (Garcia, 2004, p. 180).

As feministas marxistas têm uma especificidade na leitura da reprodução social, enquanto Marx refere aos processos da reprodução social da totalidade do modo de produção capitalista. Essas atividades são essenciais e fundamentais para que a população seja mantida, atividades necessárias para o trabalhador trabalhar. A reprodução social nesse sentido ocorre dentro do espaço doméstico privado e acaba sendo invisibilizado e não é remunerado. E geralmente ele é atribuído às mulheres, sendo a raiz da opressão das mulheres.

Nas ocupações de terra na região da década de 1990, as mulheres sempre estiveram na(s) organização(ões) da(s) luta(s) apontando sua potência no envolvimento

de um projeto político, formativo e popular de uma sociedade sem as correntes do capital e das suas diversas opressões. Mas, em todos os aspectos, as mulheres possuem duplas, triplas jornadas de trabalho e de luta, porque, além da luta pela terra, elas tinham e têm a luta pelo fim das opressões de gênero. Elas possuem pouca ou quase nada de visibilidade, são deslegitimizadas enquanto ajuda ou reforço na luta.

[...] as mulheres encaminham a importância da organização delas. Entre estar na luta e estar nas direções havia uma grande distância e as mulheres tiveram que fazer uma segunda ocupação: a das instâncias (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Neste sentido, as mulheres foram vendo a necessidade de configurar novos territórios que vão além da conquista da terra e da reprodução social do campesinato. A Reforma Agrária Popular tem bases na perspectiva de uma reforma agrária que não se limita apenas à distribuição de terras, mas a um projeto político social que compreende todas as dimensões de condições dignas de vida para a classe trabalhadora no campo, como saúde, educação, agroecologia, superação das opressões de gênero, raça e identidade de gênero. Assim, é uma proposta concreta de transformação social.

3.4 A luta dentro da luta: qual lugar da mulher na luta?

Conseguimos até aqui fazer uma relação entre a teoria e a realidade das mulheres nos processos da luta pela terra. Nesse sentido, propomos uma reflexão de qual é o papel da mulher nesses processos de luta. É apenas um suporte dos homens? Alguém que está para realizar tarefas que ninguém quer realizar? Apenas para cumprir seu papel de consciência de classe?

Como já pontuamos, a luta pela terra é de todas e todos da classe trabalhadora e também já ficou bem esclarecido que alguns sujeitos sofrem mais que outros. No processo da luta pela terra, existem dois momentos que são cruciais para a configuração territorial e socioespaciais, o acampamento e o assentamento. Além disso, esses dois momentos modificam as relações sociais entre os sujeitos de luta.

Segundo Garcia (2004):

A ocupação é, portanto, um processo socioespacial e político complexo, uma ferramenta de luta e resistência contemporânea da classe trabalhadora. Em última instância são os trabalhadores desafiando o Estado, o qual continua sem apresentar vontade política

para a formulação de uma Reforma Agrária massiva no país e sim políticas desconexas que têm como finalidade atenuar os processos de expropriação e exploração da classe trabalhadora (Garcia, 2004, p.65).

Podemos assim dizer que o acampamento é o primeiro processo de formação política em que os trabalhadores sem-terra imergem durante a luta e se formam sujeitos conscientes e críticos frente às desigualdades sociais, sobretudo, o direito às terras para sua reprodução social. Nesse processo, há a participação de mulheres, homens, jovens, crianças, idosas e idosos e isso fica evidente nas assembleias realizadas diariamente para as discussões das pautas mais latentes no período.

A organização de um acampamento faz com que os sujeitos se mantenham próximos uns dos outros e as relações sociais são mais fortes nesse momento. A configuração espacial dos acampamentos é feita através dos barracos de lona que são praticamente um ao lado do outro. Outra estrutura muito importante é o barracão coletivo, feito também de lona, pois é nele em que as decisões e formações são realizadas e também vemos toda família participando, mesmo que, quem coordene esse espaço geralmente são os homens, não priorizando a participação das mulheres e as lutas específicas delas. Mas não são somente elas que não são priorizadas, as crianças, jovens, idosas e idosos geralmente não têm participação política nessa coordenação.

Nos acampamentos tem lugar o processo de formação política que busca colocar homens e mulheres em movimento. A constante interação dos habitantes nestes lugares é facilitada pela sua organização espacial, sendo que as famílias residem em barracos próximos uns dos outros.

As atividades de socialização política realizam-se no acampamento sem diferenciação de gênero nem idade. São espaços de confraternização, onde se compartilham as experiências de vida por meio das quais se trabalha na conscientização da condição de expropriados e explorados, fortalecendo a construção da sua identidade sem-terra (Garcia, 2004, p.69-71).

Segundo Caldart (2004), os acampamentos geralmente são construídos na área que pretende formar seus territórios, os assentamentos, ou às margens das rodovias. Quem determina essa configuração espacial são os próprios sujeitos, seguindo estratégias e demandas de cada realidade. Entretanto, o objetivo é o mesmo: pressionar o Estado e enfrentar a burguesia agrária.

Falando especificamente das ocupações de terra do Pontal do Paranapanema na década de 1990, configuraram uma nova gestão do território e foi marcado, como já

citamos, por intensos conflitos gerando muitas violências contra as acampadas e os acampados.

As mulheres se somam massivamente nesse processo de luta, a maior referência de luta e potência política mencionada pelas entrevistadas foi a Diolinda Souza. Quando realizamos nossas entrevistas, era expressivo o quanto ela foi lembrada e o quanto formou outras mulheres para o enfrentamento político ao capitalismo e as opressões. Essa formação foi tão importante que as mulheres acampadas perceberam a importância de um espaço somente delas, primeiramente, chamado de grupo de mulheres, para discutir pautas específicas sobre elas e realizar uma pressão aos homens para também ocuparem lugares de decisões e coordenações.

Miriam Farias (*in memoriam*), militante do movimento e atual integrante do setor de saúde e gênero foi vítima de um tiro em um dos confrontos entre sem-terra e jagunços durante a ocupação da Fazenda São Domingos em 23 de fevereiro de 1997. Em novembro de 1996, Diolinda Alves, uma das principais dirigentes do movimento é presa e encaminhada para cadeia feminina de Álvares Machado. Neste período de ascensão das manifestações, ocupações e resistências do MST, um grupo de mulheres, todas militantes, organizaram um ato no dia internacional das mulheres, em 1997, em protesto contra a violência desencadeada contra as mulheres do movimento. Participaram desta manifestação aproximadamente 150 mulheres de assentamentos e acampamentos da região (Valenciano; Thomaz Junior, 2011, p.18).

A partir desse momento, o grupo de mulheres passou a receber mais mulheres para somar às reuniões, levando a possuir um caráter muito formativo, pois as mulheres se viam inspiradas ao serem ouvidas durante as assembleias gerais realizadas no barracão coletivo. Porém, a pauta prioritária no acampamento é a conquista da terra levando, muitas vezes, as demandas das mulheres a não serem priorizadas.

Nesse processo do acampamento na região do Pontal, temos as expressivas e ativas organizações das mulheres, principalmente na referência da Diolinda. A mídia local na época era muito personalista e sempre trazia as manchetes de notícias em nome da Diolinda e José Rainha, que sim, eram importantes militantes que formaram outros tantos na luta, porém, dentro da metodologia do movimento isso não era bem assim, muitas mulheres e homens eram extremamente importantes na formação política e coordenações de luta.

O assentamento rural é outra configuração territorial que modifica as relações socioespaciais e sociais. Os assentamentos são a materialidade de luta política pela terra.

Espera-se que a formação política e coletiva feita no acampamento seja fundamental para a vida em cooperação dentro dos assentamentos, pois uma das pautas do movimento, é que a luta não se limita apenas à conquista da terra, existem outras condições e dimensões políticas, econômicas e sociais que são fundamentais para a reprodução social das famílias assentadas.

A organização espacial dos assentamentos se estabelece através dos sorteios divididos através dos hectares de terra conquistados, as relações sociais e coletivas que havia no acampamento agora mudam, pois de um lote para outro existe uma distância considerável que limita a convivência em comunidade como antes. As vidas coletiva e pública das famílias agora passam a ser novos espaços, como igrejas, cooperativas, sedes e espaços de reuniões e decisões dos assentamentos.

Com essa diferenciação espacial entre acampamentos e assentamentos, há uma mudança nas relações das famílias, ou seja, estas se organizam agora nas atribuições da propriedade privada, e isso significa que as opressões de gênero, em grande parte das vezes, se tornam mais efervescentes.

As mulheres, por exemplo, passam a ser sujeitos mais privados, pois as demandas se tornam maiores e tudo que já pontuamos acima torna-se ainda mais expressivo no dia a dia. E, além disso, para participar da vida pública em comunidade consideravelmente parte das vezes é necessário ter permissão do homem, seja ela marido, pai, irmãos e/ou tios.

As mulheres militantes que participaram das formações nos acampamentos dobram sua jornada de trabalho e sentem que não conseguem mais participar dos espaços organizados por elas, pelo excesso na rotina e a negativa da permissão dos maridos.

Quando se conquista terra, as trabalhadoras e os trabalhadores imergem em outros processos de luta, agora o de reprodução social. A falta de crédito, de políticas públicas configura um cenário de pobreza rural nos assentamentos. No início dos anos 2000, momento em que os primeiros assentamentos passam a territorializar no Pontal, as linhas de créditos disponíveis eram para construção das casas e do gado de leite.

Já as lutas das mulheres também passaram a ser outras, pois estar apenas nas direções não eram suficientes frente ao aumento das opressões e violência das mulheres. Além disso, como afirma a FAO (2016), as mulheres não só têm menos acesso à terra do que os homens, como também, muitas vezes, só detêm direitos secundários à propriedade, ou seja, são titulares de tais direitos através dos homens de sua família.

Assim, elas podem perder os direitos de posse da terra em caso de divórcio, viuvez ou migração de seus maridos. Para Garcia (2004):

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a posse da terra. O acesso à propriedade tem implicações de gênero decisivas para as trabalhadoras, em relação à divisão sexual do trabalho, na organização em unidades familiares de produção (GARCIA, 2004, p.80).

Com isso, o grupo de mulheres não atendia mais as demandas das mulheres, e organizadas pressionaram o movimento para criação de um coletivo dentro das instâncias organizativas para que suas pautas fossem debatidas e atendidas. De acordo com Valenciano e Thomaz Jr. (2011, p.19):

[...] sentiu-se a necessidade de introduzir essa discussão, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores. E ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção na estrutura organizativa. Como podemos notar na fala que é introduzida logo em seguida, existia e ainda existe uma resistência muito grande dentro do MST com relação às discussões de gênero, consideradas às vezes uma perda de tempo, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões que são levadas a cabo pelo MST. No entanto, é possível detectar os avanços que surgiram da introdução desta discussão. Os Coletivos de Gênero, fruto da introdução dessa discussão, organizados dentro dos Estados e articulados em nível regional, vem construindo avanços no que tange ao desenvolvimento destas colocações.

A mudança de grupo de mulheres para o Coletivo de Gênero ocorreu no final da década de 1990, para que houvesse a participação de homens, assim como outros setores e coletivos do movimento, pois é fundamental discutir opressão de gênero e machismo com a presença dos homens, visto que é uma proposta metodológica e formativa em busca de uma transformação social.

O coletivo de Gênero só passa a ser um setor dentro do MST no início dos anos 2000, passando a ter uma formação mais teórica sobre as discussões feministas e esse caráter formativo das mulheres e as ações das mulheres no Pontal do Paranapanema passam a inspirar outras companheiras de luta de outros territórios. E a base que fortalece o debate do Coletivo de Gênero é que “a violência do capital consolida a violência de gênero”, ou seja, enfrentar o capital também é um enfrentamento contra as estruturas opressivas da sociedade. Neste sentido, coloca-se em construção o debate feminista a partir das especificidades e diversidades do campo na perspectiva da consolidação do Feminismo Camponês e Popular com Identidade e Revolucionário.

Mais do que uma elaboração teórica esta é uma construção de luta e enfrentamento, que parte da realidade material e camponesa (Novais *et al.*, 2022, p. 58-59).

Entre essa relação da teoria e realidade, nossa proposta metodológica é evidenciar a importância das mulheres no processo da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema. Por isso, organizamos o que chamamos de Cartografando as Travessias e Memórias das mulheres que estiveram e ainda estão à frente das lutas no território (figura 18).

Figura 18 - Cartografando as travessias e memórias na Luta pela Terra – Rejiane Silva



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só”
(Francisco, El Hombre)!*

A história da Rejiane na luta pela terra teve início no ano de 1996 através da Pastoral da Juventude e trabalho de base do MST realizado no mesmo ano. Em 1996, o MST faz uma ocupação na fazenda do juiz “*Machadinho*”⁹ e com os barracos de lona iniciam um processo de um acampamento para fazer trabalho de base para massificar com a periferia de Prudente.

Uma das reuniões é feita na casa dela, momento em que conhece militantes do MST e passa a fazer uma interlocução com a Pastoral da Juventude, que baseada na Teologia da Libertação já fazia debates sobre luta pela terra. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram uma contribuição muito importante na alimentação das famílias acampadas e sua mão tinha forte atuação na Pastoral Familiar que também contribuiu para o seu fortalecimento no movimento e na luta pela terra.

Com os trabalhos de base, ela foi se envolvendo ainda mais com a organicidade do movimento até que foi convidada a participar da COCAMP enquanto secretária regional do movimento. Esse período teve uma potencialidade para fortalecimento da sua consciência política e, principalmente, de iniciar o processo da luta pela terra.

Seu envolvimento passou a ser tão intenso e político que a direção regional do movimento a indicou para fazer um curso de tecnóloga em cooperativas (TAC – Técnico em Administração de Empresas) na região Sul, o ITERRA. O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) era uma escola autogestada, ou seja, cada turma formava uma cooperativa e assumia toda gestão da escola. Era um processo de formação que relacionava teoria e prática.

Nesse sentido, as turmas se tratavam como empresas e as relações deveriam ser feitas como empresas através de memorandos, documentos, etc., de forma formalizada e burocrática. Mesmo com essa metodologia de teoria e prática, o curso tinha uma formação mais técnica e, na terceira etapa de estudos, ele entra em transição para uma formação com bases mais políticas.

Na finalização do curso, Rejiane engravidou e encontrou muitas dificuldades em permanecer no curso, e a principal delas foi a falta de estrutura social e política da

⁹ Fazenda Sul Mineira, do juiz José Machado Dias (Machadinho), no ano de 2004, em Presidente Epitácio.

escola em acolher as jovens mães. Era um desafio a ela conciliar o início da maternidade com a finalização do curso. Porém, ela conseguiu finalizá-lo, em 1999.

Já no início de 2000, foi convidada a fazer parte da secretaria estadual do movimento, permanecendo até 2005. Essas primeiras linhas acima fazem um resumo descritivo de como foi a travessia e entrada da Rejiane no MST e, conseqüentemente, na luta pela terra. Hoje, ela é uma mulher assentada no assentamento Fusquinha, Teodoro Sampaio (SP). Toda essa trajetória formou a consciência de classe e gênero que ela tem atualmente.

Suas primeiras inserções mais diretas em ocupações e coletivos de discussão ocorreram no ano de 1997, mesmo ano em que conhece a luta pela terra e passa a dirigir espaços do MST. A ocupação foi no Fórum de Pirapozinho para exigir a libertação dos companheiros e companheiras que estavam presos nos conflitos mais efervescentes da década de 1990. Os companheiros homens estavam em sua grande maioria presos e então as mulheres passaram a ter mais decisões e organização, até então era o chamado “grupo de mulheres”.

As mulheres já tinham uma referência muito forte na Diolinda, que teve um papel muito importante na formação política de gênero das mulheres acampadas no período. Pensando nas estratégias de ocupações, houve a ideia de confeccionar o **lenço vermelho**, porque elas precisavam de um simbolismo da luta.

Havia outra militante que se chamava Niura, que também teve importante papel na formação das mulheres nos debates mais teóricos sobre feminismo e gênero, muito por sua formação em assistência social. Neste sentido, ela faz um resgate do pano vermelho, que é um simbolismo histórico dos movimentos sociais por conta do comunismo. Segundo os relatos dela, na Europa as mulheres usaram o pano vermelho numa manifestação quando seus companheiros e filhos estavam presos e isso aflorou a ideia das ocupações no fórum.

A Miriam comprou as fraldas para fazer os lenços, que foram pintadas na casa de sua mãe e distribuídas nos acampamentos para desfiar. Cada um fez diferente, cada acampamento tinha uma forma de lenço diferente, trançado, macramê. No fórum, foi utilizado para proteger o rosto e simbolizar a luta das mulheres camponesas.

Ela relata também que, nas vésperas do 8 de março de 1997, as mulheres tiveram outra organicidade e fizeram uma ocupação somente delas na São Domingos, local onde ocorreu a violência contra Miriam Farias. Porém, nessa ocupação ela não esteve presente.

No período em que estava no ITERRA, não teve participação ativa nas ocupações e formações na região do Pontal, porém logo quando retornou participou da ocupação em Teodoro Sampaio. Quando conquistaram e entraram no lote, havia um único pé de Mandacaru que estava chamuscado (uma parte verde e a outra parte queimada por conta da violência cometida pelos jagunços da fazenda de incendiar o acampamento). E aí veio a dúvida de onde construir a casa. Durante a construção da casa, foi feito um barraco para a família morar em frente a um pé de caju. Ficaram no barraco cerca de 4 anos até a finalização da construção da casa, pois nesse momento houve uma paralização do projeto PSH rural, pois alegaram que já estavam recebendo o INCRA para construção da casa.

A primeira atividade produtiva do lote foi a cadeia produtiva do leite, pois, segundo ela, o Pontal do Paranapanema é uma região grande na produção do leite, e isso acarreta também nos créditos rurais que determinam que as famílias somente produzam leite, ou seja, o único financiamento era destinado ao leite. Hoje, a família vive da produção de leite e o gado de corte.

Essas são as principais formas organizativas do movimento no processo da luta pela terra na região do Paranapanema, as ocupações de terra, os conflitos, o barraco de lona e o enfrentamento político e social pelo desejo da terra. Mas outras necessidades de lutas são necessárias para a transformação social, a Reforma Agrária Popular não se limita apenas à conquista do lote, como tratamos anteriormente, mas são necessárias políticas públicas de produção para sociorreprodução das famílias no campo, é necessário educação e saúde de qualidade, enfrentar a fome e a pobreza no campo e na cidade. E, além dessas lutas travadas contra o capitalismo, também contra a opressão de gênero.

Rejane é combativa na luta contra o machismo não apenas no movimento ou na luta pela terra, é combativa contra o machismo que estrutura nossa sociedade e teve importante atuação no grupo das mulheres inicialmente e até a formalização do coletivo de gênero.

Quando ela entrou no movimento da organização das mulheres, momento em que elas se reuniam para tratar de demandas específicas das mulheres, eram os primeiros passos de uma formação mais política e consolidada. Como bem mencionamos, as mulheres nos acampamentos possuem mais o caráter organizativo e público, muito pela organização do espaço no acampamento favorecer tais feitos. Isso permitiu que elas discutissem mais sobre os enfrentamentos de gênero. E foi somente no

ano de 2000 que o grupo de mulheres foi consolidado enquanto um coletivo organizativo do MST. E, em 2002, no Encontro Nacional do MST, as mulheres reivindicaram que o coletivo fosse reconhecido enquanto Setor de Gênero.

Mas e depois da conquista do lote, quais são as novas batalhas que as mulheres iriam enfrentar? Ela teve uma fala muito importante acerca dessa pergunta, pois sente que uma das contradições do movimento é não priorizar o debate de gênero nas atuações mais importantes dentro e fora de movimentos sociais.

[...] a gente que tá identificando que o movimento também é um pouco disso. Depois que resolver a luta pela terra, depois que todo mundo tiver assentado, depois que todo mundo tiver comida, depois que todo mundo tiver casa depois depois a gente discute isso. E nesse processo vamos ficar com as mulheres que não dão trabalho né ... vocês ocupam esse cargo aqui, fazem essa atividade aqui, mas aquelas que batem na mesma tecla, essas são complicadas, não dá pra trabalhar com elas ... fica falando de feminismo, o movimento não é feminista. Mas agora nós somos, sem feminismo não há socialismo! (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

É neste sentido que conseguimos relacionar essa realidade com a teoria que aqui abordamos teoricamente, da invisibilidade das mulheres nas dimensões sociais. Ela sente que uma das principais lutas das mulheres enquanto classe e gênero é a fonte de renda. A renda e a pobreza são dimensões que potencializam desigualdades sociais e a opressão de gênero. A dependência econômica aos maridos, em grande parte das vezes, impede que as mulheres participem de encontros, reuniões e até mesmo as prive de possuir suas coisas necessárias. “A luta das mulheres agora é outra, a terra foi conquistada, mas agora como gerar renda?” (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Segundo SOF (2014, s/p),

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade das mulheres de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e serviços públicos.

Neste sentido, a renda vai além do financeiro, é um processo formativo que os movimentos têm encarado em suas pautas para liberdade moral das mulheres. Vamos supor um caso hipotético para compreensão de como isso se dá na realidade. Suponhamos que uma mulher que vive um relacionamento abusivo dentro de um

assentamento, por exemplo, e nesse relacionamento a mulher depende da permissão do seu marido para todas as suas atividades, no caso de participar de reuniões e encontros de mulheres, no qual muitas vezes o marido tem o conhecimento dos debates que serão feitos. Será que ela teria a liberdade de poder participar? São casos hipotéticos que são mais reais do que imaginamos.

Além disso, as características da propriedade privada sustentam essas formas de opressões, ainda segundo SOF (2014, s/p):

Os governos e os que formulam políticas econômicas não consideram que as mulheres têm pleno direito ao trabalho remunerado. Partem do pressuposto de que as pessoas vivem em famílias tradicionais (pai, mãe e filhos). Neste modelo, o pai assegura o sustento da família com seus ganhos e a mãe, depois de haver feito todo o trabalho doméstico, pode trabalhar por algum dinheiro “extra” que servirá de ajuda. Isto está muito longe da realidade. Ao contrário do que diz a visão dominante de que são os homens os únicos provedores de suas famílias e comunidades, muitas mulheres sustentam sozinhas suas famílias ou compartilham o sustento com seu companheiro ou outras pessoas adultas. [...] Para que todas as mulheres tenham autonomia econômica temos que construir uma sociedade na qual o trabalho - em todas suas formas - seja reconhecido e valorizado. Hoje, as riquezas produzidas através do trabalho humano, se concentram nas mãos dos possuidores do capital (donos de bancos, empresários, etc.) por meio de lucros. Nós reivindicamos a inversão desta lógica e que essas riquezas sejam utilizadas para a remuneração do trabalho.

Neste sentido, uma das primeiras demandas do Setor de Gênero, então, foi justamente a renda e a independência das mulheres dentro dos assentamentos e pensando nisso foram construídos projetos de hortas medicinais, mas mesmo assim a participação das mulheres era pouca e a destinação dos recursos era outra. Uma das estratégias das mulheres que tiveram na sua formação no acampamento, por exemplo, era fazer debates de temas importantes como a violência doméstica através, justamente, da garantia de renda. A garantia de renda era o grande tema para se adentrar em temas mais delicados como esse.

Em sua fala e sua trajetória, ela acredita que o movimento hoje enquanto projeto político popular precisa ultrapassar os discursos da luta pela terra e ocupações, que são exatamente importantes, e questionar as estruturas opressivas da sociedade em relação a gênero, raça e identidade de gênero. No início da formação política das mulheres, elas exigiam estar nos espaços de organização e decisões, hoje elas querem ir além disso, e o movimento precisa incorporar esses debates. “*Em briga de marido e*

mulher ninguém mete a colher” (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

Além de todas essas questões, a violência é a mais alarmante, a violência física, moral, econômica e sexual. Houve momentos de companheiras serem violentadas e o movimento não ter condições de trabalhar essa problemática. Entre suas trajetórias e memórias de luta ela simboliza a importância do 1º Encontro Nacional das Mulheres, realizado em Brasília no ano de 2020, e nesse encontro as mulheres do estado de São Paulo sentiram a emergência de criar uma rede de combate à violência. Neste sentido, enfatizamos que nesses espaços organizativos das mulheres é que as ideias se consolidam e a revolução se espera. “*Nós mulheres da luta pela terra não somos cotas, somos partes do movimento*” (Rejiane Silva, entrevista realizada presencialmente em dezembro de 2021).

No contexto atual, as mulheres do Pontal do Paranapanema são referências para outras mulheres. O 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado entre os dias 5 e 9 de março de 2020, em Brasília, contou com a participação de diversas mulheres militantes do MST nacionalmente, reunindo diversos territórios com as diferenças culturais e regionais para trocas de experiências, o reconhecimento e fortalecimento da luta das mulheres do campo. Neste sentido, de trocas as mulheres do Pontal do Paranapanema foram reconhecidas como referência por sua organização e destemor para luta (figura 19).

Figura 19 - 1997: Marcha Nacional do MST (Sorocaba, São Paulo)



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Quando eu morrer, que me enterrem na
Beira do chapadão
Contente com minha terra
Cansado de tanta guerra
Crescido de coração
Tôo” (Chico Buarque apud Guimarães Rosa)!*

Foi uma das primeiras atividades maiores em que houve a participação de militantes do MST. Teve grande mobilização de homens, mulheres de diversas idades. A marcha ocorreu um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997. A marcha Nacional teve como lema Emprego, Justiça e Reforma Agrária.

A primeira fotografia no croqui, da esquerda para direita, as e os militantes andam enfileirados gritando palavras de ordem do movimento, essa é uma das metodologias do movimento sem-terra. Ao centro da foto está Rejiane Silva e sua amiga, que eram do coletivo de saúde no momento da marcha. Ao lado, fotografias dos militantes no percurso das ruas e a faixa na qual carrega o lema e objetivo da marcha.

A marcha foi muito importante para a formação militante da Rejiane, pois, além dos objetivos propostos, as experiências e análises de conjuntura realizadas durante os dias da marcha tiveram caráter formativo e de reflexão. Cabe lembrar que o objetivo da marcha era chegar até Brasília como forma de protesto ao que ocorrera em Eldorado.

Figura 20 - 1997: Primeiro emprego na COCAMP e Acampamento em Eneida (SP)



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Quem tá cansado dê licença do caminho
Quem acredita dê as mãos e vamos embora
Pois quem tropeça no primeiro desatino
E pouca força na construção dessa história” (Zé Pinto)!*

A primeira fotografia da figura 20 é a Rejane Silva na COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema), seu trabalho era em uma salinha montada em Presidente Prudente, no qual se dividia em secretária do movimento e das atividades administrativas da COCAMP.

Rejane nos contou que ficou nessa tarefa por cerca de um ano. *“Eu praticamente morava lá, ia pra minha casa só pra trocar de roupa” (Rejane Silva).* Depois, foi designada para outras tarefas de organicidade do movimento e para o curso de TAC, ITERRA.

O trabalho na COCAMP foi um dos momentos mais formativos em que Rejane teve a consciência da luta pela terra. Percebe-se que para ela estamos em constante transformação da consciência e, como já foi dito, a imersão de uma jovem

urbana adentrar as lonas de um barraco nas ocupações de terra foi através da Pastoral da Juventude, tendo suas ideologias formadas através da Teologia da Libertação.

A segunda fotografia é de uma ocupação que ocorreu no município de Eneida em janeiro de 1997. Na foto estão seus amigos da Pastoral da Juventude (PJ). A PJ é ligada a uma vertente da igreja católica da Teologia da Libertação, contendo práticas e discursos sociais desenvolvidos a favor do MST.

Figura 21 - 1999: ITERRA finalização do curso e assembleia de curso



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina” (Francisco, El hombre)!*

O ITERRA é o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, localizado no Rio Grande do Sul. Quando Rejane se ausenta do trabalho na COCAMP, ela é indicada pelo movimento para realizar um curso de TAC Técnico em Administração de Cooperativas no ITERRA. Rejane entrou no ITERRA no início de

1998 e ficou até os anos 2000 período no qual engravidou, e ficou até o final com muita luta (figura 21).

Ela relata que o curso não tinha estrutura para mulheres grávidas e já sofreu violência moral e verbal em relação a isso – “*quem mandou procriar*”, “*ou a luta ou o filho*”. Ela conta que o período do curso foi de muito aprendizado e de formação técnica e política, permitindo que ela atuasse alguns anos no setor de produção do MST.

Figura 22 - 2000: Ocupação de terra em Teodoro Sampaio (a construção dos barracos de lona)



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Braço erguido ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos esta pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores! (Zé Pinto)”!*

Essa fotografia materializa uma ocupação de terra em Teodoro Sampaio no ano 2000. Elas representam o momento da montagem dos barracos de lona por famílias haitianas que passaram pela região nesse período. Ela retrata que esse período foi de muita violência entre os jagunços e as famílias acampadas (figura 22).

Teodoro Sampaio foi um dos principais territórios de representação da luta pela Terra no Pontal do Paranapanema, a cidade ainda foi considerada como sendo “capital

da Reforma Agrária”. Dessa ocupação de terra se territorializou o assentamento no qual ela e sua família residem hoje.

Figura 23 - 2005: entrada no lote e construção do barraco (município de Teodoro Sampaio, assentamento Fusquinha)



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

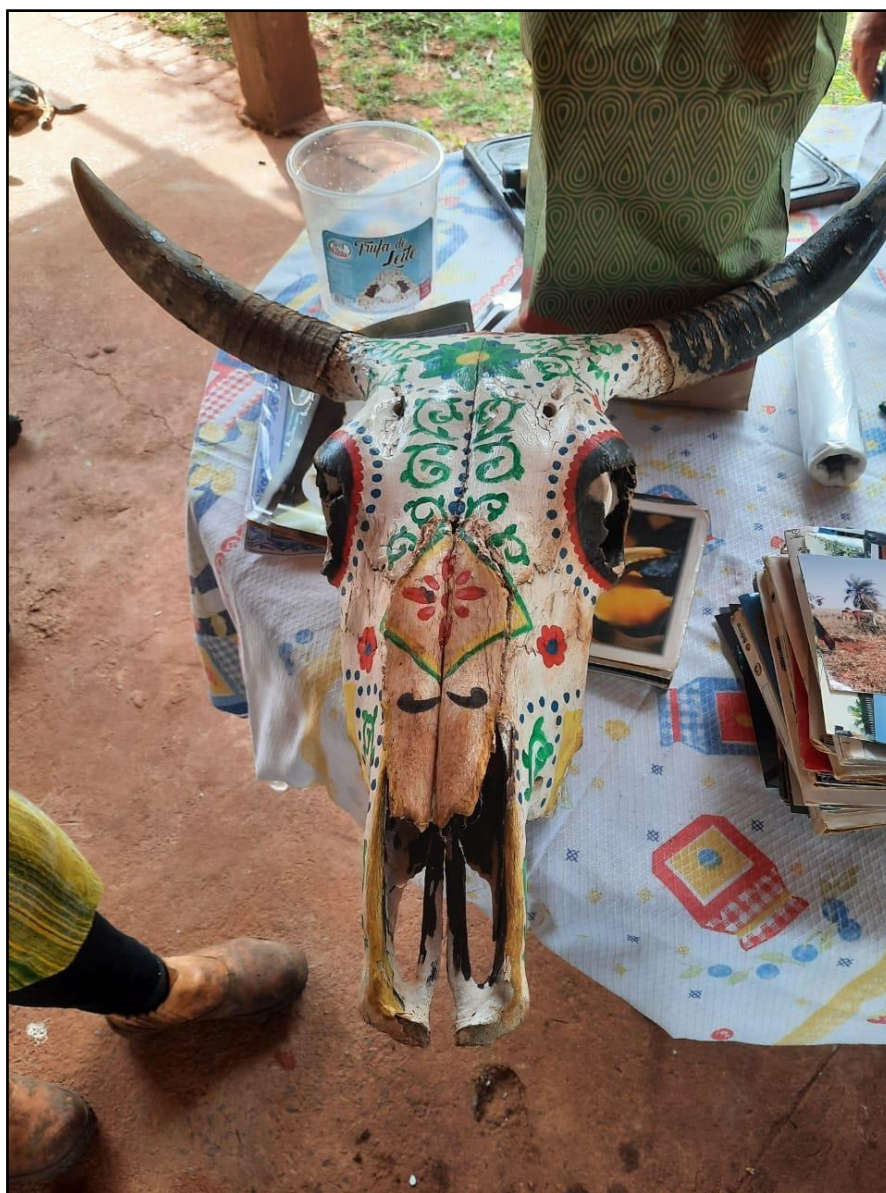
*“Nossa força resgatada pela chama
Da esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre operária e camponesa
Nossa estrela enfim triunfará” (Zé Pinto)!*

“Entramos no lote e não tinha nada, apenas um pé de mandacaru chamuscado por conta da violência dos jagunços na época do acampamento”, relata a entrevistada. O momento da conquista do lote é a maior alegria na memória de quem nos conta, a materialização da luta finalmente chega e o esperar de uma nova vida começa. Porém, novas lutas começam a trilhar a vida da classe trabalhadora (figura 23).

Para construir a casa da família, conseguiu crédito rural, mas isso levaria um tempo até finalizar, nesse sentindo foi feito um barraco para a família morar em frente a um pé de caju. Ficaram no barraco cerca de 4 anos até a finalização da construção da casa. As crianças ficaram na casa da avó e do avô para que pudessem estudar. Foram anos difíceis dentro do barraco, mas com a certeza de que a casinha logo ficaria pronta e a vida pudesse melhorar.

Durante esse período, foi cedido à família o crédito para investimento do gado de leite e é nisso que a família trabalha até hoje. Isso ficou tão marcado que a primeira vaquinha de leite ficou eternizada até hoje (figura 24).

Figura 24 - Memória da “Pretinha”, primeira vaca de leite



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

A pretinha foi a primeira vaca de leite da família. Rejane nos conta que tinha muito amor envolvido por ela e que a renda do leite dela ajudou muito a família. Quando ela morreu resolveram eternizar ela com essa customização no crânio, que fica em exposição na sala da casa.

Figura 25 - 2003: Romaria da Terra



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Pai nosso, dos pobres marginalizados
Pai nosso, dos mártires, dos torturados
Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida
Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida
Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão
Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão” (Cirineu Kuhn)!*

Romaria da Terra e das Águas foi realizada no município de Rosana e, segundo o padre que organizou, Fernando Doren, a escolha do Pontal para essa celebração foi a desigualdade de distribuição de terras na região e os conflitos de terra que estavam efervescentes na época (figura 25).

As romarias têm um sentido simbólico, acham sua fonte na própria marcha da humanidade. Sempre houve lugares que despertaram fascínio sobre as pessoas e para os quais as pessoas foram e vão à busca de algo para suas vidas.

Figura 26 - 2003: Primeiro Encontro da Juventude do Campo e da Cidade



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Resistir! Indignar!
É meu dever
É meu querer lutar
Todo dia eu levanto
Querendo me transformar
Em uma nova pessoa
Pra realidade mudar” (Bruna Gavino)*

As imagens nas fotografias representam a juventude organizada no Primeiro Encontro da Juventude do Campo e da Cidade e o tema que norteou foi “Que Pontal temos e que Pontal queremos?” O encontro realizado em 2003 contou com uma diversidade de jovens que fizeram do tema um espaço formativo na discussão das pautas da juventude. Além dos espaços formativos, houve um espaço cultural (figura 26).

Figura 27 - 2005: Construção da casa



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais” (Alceu Valença)”!*

Essa fotografia é o registro da finalização da casa, faltavam os últimos reparos para que finalmente a família pudesse entrar dentro da sua casinha. A imagem traz bastante emoção para Rejiane e sua família, ela simboliza toda a luta que a família percorreu para finalmente conseguir finalizá-la (figura 27).

Atualmente, a casa está em reforma, pois estão realizando sonhos que fizeram parte de todos esses anos, que é aumentar a cozinha e construir uma piscina. Todo esse sonho é através da luta e isso demonstra uma desigualdade social extrema de que a classe trabalhadora só consegue realizar, às vezes, o mínimo através de luta, e a luta cansa e desanima. O mínimo de moradia, terra, condições básicas de se viver e alimentar deveriam ser igual para todas e todos.

Mas é importante deixar nesse registro o orgulho e a emoção que a família da Rejiane tem em ter essa terra e essa casa.

Figura 28 - 2007: Congresso Nacional do MST



Fonte: Pesquisa de Campo (Teodoro Sampaio), junho de 2022. Acervo de campo.

*“Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular” (Zé Pinto)!*

O 5º Congresso Nacional do MST ocorreu de 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília, e o tema foi “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”. Durante o encontro, as participantes e os participantes ficam acampados no ginásio, onde acontecia o evento e durante os cinco dias realizavam debates sobre a questão agrária no

Brasil e nos territórios. O espaço do Congresso estabelece relações importantes entre quem participa, pois traz a diversidade de realidades que existem no território brasileiro, além de ser um espaço formativo e reflexivo (figura 28).

Essas memórias e trajetórias individuais interagem com a configuração do território do Pontal do Paranapanema. Quando reunimos essas memórias e trajetórias no contexto da região, percebemos a necessidade de entender a realidade de cada território e dos sujeitos que os constroem e interagem com eles cotidianamente. A região do Pontal do Paranapanema é ampla e geograficamente muito grande, e a individualidade de cada um pode ser considerada diferente, porém coletivamente essas trajetórias remontam o que conhecemos hoje. A característica dos indivíduos é cultural e se torna inspiração para outras pessoas, por exemplo, a luta pela terra é a mesma em todos os sentidos, entretanto o contexto da década de 1990 é diferente dos dias atuais.

CAPÍTULO 4

“Mulheres pela vida semeando resistência, contra a fome e as violências¹⁰: Por qual território elas lutam?

Os territórios da emancipação da mulher camponesa construídos e protagonizados por elas carregam consigo a resistência de sujeitos historicamente silenciados pela sua posição de gênero e classe. Eles vão além da materialidade, da conquista da terra, é uma aliança política de classe que sofre diretamente as opressões de desigualdades de gênero, do patriarcado e do racismo.

Ao partir do pressuposto do território da mulher camponesa, interpretamos que as dimensões de produção e reprodução das mulheres passam por conflitos, dentre eles a luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular, pela educação pública de qualidade, pelo investimento no Sistema Único de Saúde, pela produção de alimentos, pela agroecologia, pela efetivação de políticas públicas (instauradas no território da terra). É fato que a organização e materialização do território são marcadas pelo compromisso social da sua classe enquanto sujeito histórico e os conflitos de gênero existentes na estrutura da sociedade, que se expressam por meio da opressão e dominação. Diante disso, destacamos que:

A resistência das mulheres rurais se mantém viva a partir das lutas concretas, dos processos de formação e da participação política nos movimentos populares, diante dos ataques do sistema capitalista, patriarcal e racista, que as torna invisíveis diariamente, apesar do papel fundamental que desempenham na alimentação, na luta contra a fome e na subsistência na vida dos povos do mundo (MST, 2015).

É importante destacar que a base da construção dos territórios de vida é a organização coletiva do campesinato e, sobretudo, das mulheres camponesas. A organização das mulheres camponesas iniciou-se por volta de 1979, pouco tempo depois da popularização do feminismo no Brasil. Os primeiros encontros com pautas voltadas aos interesses das mulheres do campo foram realizados no início da década de 1970 nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com grupos de mulheres que se organizavam através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos encontros, elas levavam

¹⁰ Lema da Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, MST, 2021.

pautas com problemas nos quais precisavam discutir porque as afetavam diretamente. Contudo, a principal estrutura de organização no campo era o Sindicato Rural.

[...] na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveram duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluído licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres rurais (Refati *et al.*, 2017, p.87).

Outra data importante foi a caravana liderada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Ela ocorreu em 1986 com cerca de cem mil mulheres camponesas que se destinaram à Brasília para reivindicar programas e benefícios destinados à mulher do campo. No ano de 1988, aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, Distrito Federal, onde as mulheres fizeram um forte lobby¹¹, visando à inclusão de seus direitos na Constituição. Algumas conquistas de imediato foram o direito das mulheres do campo à reforma agrária, direitos iguais a homens e mulheres na legislação do trabalho, bem como direito à previdência social.

Posteriormente à Constituição de 1988, as mulheres continuaram exigindo direitos e, em 1990, o movimento de mulheres do campo e o movimento feminista articularam-se formando, em 2004, um grande movimento denominado de Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC) e o compromisso com o Feminismo Camponês e Popular. O termo **camponesa** ficou definido por contemplar a heterogeneidade das mulheres que representam o campesinato, as agricultoras, as assalariadas rurais, pescadoras e extrativistas, e a associação das atividades de subsistência e comercialização do trabalho familiar (Boni; Bosett, 2003), revelando mais uma vez as distintas organizações de territórios.

Na década de 1990, no interior dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), abrem-se discussões às questões de gênero principalmente pelo aumento das mulheres nas lideranças e participações no movimento, assumindo uma nova postura em relação às mulheres camponesas. Para o Movimento de Mulheres Camponesas:

Ressaltamos o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo desde sua origem e na atualidade; identificando a reprodução das relações patriarcais e machistas na

¹¹ Lobby político é uma reivindicação de direitos feitos democraticamente para atender demandas a um determinado grupo em questão. Cf. <https://www.significados.com.br/lobby/>.

família e nas comunidades camponesas, as quais invisibilizam, negam e inferiorizam o trabalho da mulher camponesa, o conhecimento delas, sobrecarregam com os trabalhos domésticos e praticam as diversas formas de violência contra as mulheres. Por isso, nós camponesas lutamos para que estas relações sejam rediscutidas e superadas, desta forma, o Projeto de Agricultura Camponesa e agroecológica vem ressignificar a compreensão de campesinato, colocando para o debate as relações de gênero dentro desta fração da classe trabalhadora, imprimindo uma perspectiva feminista sobre a categoria do campesinato (MMC, 2018, p. 12-13).

Esses acontecimentos foram bastante expressivos para a configuração de novas organizações de territórios do campesinato e na emancipação das mulheres camponesas. É evidente que nossa análise de conjuntura identifica que o Estado é opressor, ele é violento com os territórios. Os governos neoliberais e suas políticas de desenvolvimento favorecem o agronegócio e a expansão do capitalismo no campo.

Neste sentido, na práxis da formação desses territórios, é importante trazermos para discussão fatos que simbolizam as práticas desses conflitos. Um acontecimento bastante marcante foi a ocupação das mulheres camponesas na FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda., da Suzano Papel e Celulose, no município de Itapetininga, em São Paulo. A ação ocorreu com o objetivo de denunciar danos à saúde e ao ambiente causados pelos transgênicos, reafirmando um papel contra o capitalismo e a favor da vida (figura 28).

Figura 29 - Ação de luta das mulheres camponesas (2016)



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2016.

Outros exemplos de organização são os encontros do setor de gênero das regionais do MST. Em nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de participar de um desses encontros na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo). Esse contato com elas foi enriquecedor para nossa pesquisa e para comprovar o quanto uma organização coletiva é importante. Esses espaços proporcionam troca de diálogos e experiências entre as mulheres assentadas, mediada pela simbologia da mística carregada de elementos que representam a identidade delas enquanto mulheres camponesas.

Destacamos que nesses espaços também há disputas, pois as mulheres líderes sofrem opressões e silenciamentos no interior dos movimentos sociais. Esteve (2017) destaca que as mulheres dentro dos assentamentos são sujeitos privados, isto é, as atividades de produção e reprodução que são desenvolvidas por elas estão na esfera privada: o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e família, e o cuidado com a saúde da família. Enquanto os homens das famílias são os sujeitos públicos que estabelecem relações muito mais incisivas com a comunidade, o trabalho assalariado, a participação em associações, nos movimentos sociais etc.

Esse processo de dominação das mulheres é muito antigo e o desenvolvimento do capitalismo só intensifica as opressões. O capitalismo não só explora o território,

mas determina as formas que as relações sociais devem se constituir explorando mulheres, sejam elas do campo, sejam da cidade.

Outra dimensão do território que consideramos importante para emancipação das mulheres é a produção de alimentos pela agroecologia. A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação do campesinato, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e a promoção de mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O agronegócio é caracterizado pela exploração dos territórios e o desenvolvimento do capitalismo no campo, a agricultura nesse modelo de produção é responsável pelo consumo em grande escala de agrotóxicos que adoecem a fauna, a flora, a saúde humana e animal. A agroecologia vai contra tudo isso, pois ela respeita a vida, o meio ambiente e o modo de vida dos sujeitos. É nesse sentido que o Movimento das Mulheres Camponesas afirma:

[...] na agroecologia tem diversidade, tem a agricultura, as pequenas agroindústrias, a pesca artesanal, extrativismo, artesanato, e muitas outras coisas em harmonia com a natureza. Nós camponesas desenvolvemos atividades agrícolas desde a produção de sementes crioulas até grãos para comercializar, juntamente com a família, trabalhamos com a venda direta aos trabalhadores(as) da cidade em feiras ou através de programas institucionais de compra de alimentos. É nessas experiências ligadas a produção, em que muitas vezes precisamos “disputar” espaço com o marido e os filhos para ampliação da produção agroecológica para toda a Unidade de Produção. Mesmo quando filhos e marido não aceitam a agroecologia, as mulheres constroem barreiras vegetais e aos poucos vão construindo em espaço maior de autonomia na produção (MMC, 2018, p.25).

A agroecologia e as relações sociais que ela desenvolve transformam os modos de vida, ela visibiliza o trabalho da mulher e garante uma alimentação saudável para a sociedade. Além disso, são principalmente as mulheres que se envolvem com a agroecologia. Estudos produzidos pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) apresentam a importância da auto-organização das mulheres que protagonizam na linha de frente das esferas produtivas, ocupando espaços em feiras livres, em cooperativas, associações, em políticas de comercialização etc. (SOF, 2018).

Em março de 2020, organizadas nacionalmente, as mulheres camponesas se reuniram em Brasília no I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. O encontro reuniu uma diversidade de produção de alimentos, doces, artesanatos e símbolos das regiões do Brasil produzidos e organizados exclusivamente por elas, apresentando a resistência e emancipação em seus variados territórios. Esse encontro foi muito significativo para as mulheres camponesas, pois elas estiveram organizadas em âmbito nacional para discutir e afirmar a luta contra o capital e as opressões de gênero.

Essa invisibilidade da mulher é marcada pelo machismo e o capitalismo só sustenta essas opressões de gêneros. E é por isso que as mulheres camponesas pautam um território livre das amarras do capital e do patriarcado e buscam a materialização de territórios emancipadores, de resistência e de igualdade.

Quando nos propusemos a entender e demonstrar a práxis do território das mulheres camponesas, partimos dessa realidade e esse conjunto de práticas sociais desenvolvidos por elas para configuração de territórios de vida, popular e emancipador. Lembrando que essa organicidade é seguida por um projeto político de transformação social guiado pela ideologia de classe e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres camponesas do Pontal do Paranapanema têm um compromisso reafirmado com a transformação social da sociedade. Elas lutam por uma sociedade justa, igualitária e por todos os direitos sociais garantidos. Elas estão auto-organizadas se mobilizando com práticas que lutam contra o capitalismo e todas as formas de opressão de gênero, classe e raça.

Há de se considerar que não podemos romantizar essa luta, pois ela é árdua e cansativa. Quando analisamos e compreendemos a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema, percebemos um “desequilíbrio” entre homens e mulheres, tanto por conta da invisibilização das mulheres, como pela dupla jornada da luta delas, o que constamos e chamamos da luta dentro da luta.

Compreendemos na construção do território das mulheres camponesas um processo de luta pela libertação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. É a materialização do reconhecimento da mulher que possui vínculos com a terra para transformação social.

O conceito de território na sua essência possuiu uma diversidade de significados e abordagens, mas quando um pesquisador ou pesquisadora se compromete a colocar como centralidade em sua pesquisa é necessária uma definição que melhor compreenda a realidade dos sujeitos. E quando o simplificamos apenas como espaço de governança estamos silenciando os distintos territórios que concebem o espaço geográfico.

É um compromisso contra o capitalismo, contra as opressões, as violências, as políticas neoliberais, o patriarcado e o racismo, vendo nessas dimensões uma estratégia de resistência e enfretamento para se emancipar no território em disputa. E a defesa do território, não somente para elas, mas para toda a classe trabalhadora do campo e da cidade sem distinção de gênero, classe e cor.

A agroecologia também aparece como uma dimensão concreta que garante a emancipação do campesinato e das mulheres camponesas em seus territórios. É um modelo de vida que garante trabalho digno às famílias do campo e a Soberania Alimentar da sociedade. As mulheres camponesas têm papel fundamental nesse processo e na produção agroecológica, visto que elas são os principais sujeitos que defendem a manutenção da agroecologia.

A cartografia da memória permitiu com que compreendêssemos como se estabeleceu a trajetória das mulheres camponesas através das relações de gênero permitindo com as trajetórias narradas analisar as relações que foram estabelecidas com a coletividade do contexto social, econômico e político da época. Ficou evidente que a desigualdade e opressão de gênero são reforçadas pelo capitalismo, que violenta a terra e os corpos das mulheres.

Também compreendemos que a realidade e o territórios não são homogêneos e as formas que o capitalismo age também é diferente. No caso do capital caracterizado pelo agronegócio, ele expulsa e subordina as trabalhadoras e os trabalhadores do campo ao mesmo tempo em que intensifica as opressões de gênero, invisibilizando e negando direito às mulheres. E neste sentido, a principal forma de opressão de gênero, além da violência na sua forma física e psicológica, também se materializa na forma moral e financeira, pois visualizamos que a divisão sexual do trabalho, seja ela nas instâncias do movimento ou nas relações de trabalho privadas e reprodutivas, coloca as mulheres em condições de duplas, triplas e até quádruplas jornadas de trabalho.

Além de tudo isso, a luta delas não é reconhecida, com isso, do ponto de vista capitalista e patriarcal, tornam essa dimensão social estruturante na sociedade e somente a superação dessa tríade combatida conjuntamente pode efetivamente acabar com essa condição de violência e opressão. Com isso, finalizamos o texto com as palavras de Elizabeth Teixeira, mulher, camponesa, líder das Ligas Camponesas: “enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses” (Teixeira, 2017).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

ALVES, G. **Trabalho e Cinema**: O mundo do trabalho através do cinema. 1. ed. Bauru/ SP: Canal Editora, 2014.

ARAÚJO, N S; NASCIMENTO, D M C. Mapeamento participativo e sua importância na identidade territorial de Barro Vermelho, Santo Amaro – Bahia. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 9, n. 13, p. 51-63, 1 out. 2019.

BARBOSA, J. **Força das mulheres na produção de alimentos saudáveis se expressa em mostra de produtos**. Página do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/10/forca-das-mulheres-na-producao-de-alimentos-saudaveis-se-expressa-em-mostra-de-produtos/>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BATISTA, S C. CONSTRUINDO UMA CARTOGRAFIA CAMPONESA. **Para Onde!?**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil, p. 63-73, 2014.

BRANDÃO, C.R., BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v.6, n 1, p. 51-62, jan/dez 2007.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos. **MAPA/SPA**, Brasília, v.5, p. 108, 2007.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

ENGELMANN, S. I. A mulher camponesa e a luta por trabalho e dignidade na agricultura. In: **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/07/25/a-mulher-camponesa-e-a-luta-por-trabalho-e-dignidade-na-agricultura.html>>. Acesso em: 1 out. 2019.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Mulheres camponesas na América Latina e Caribe têm menos acesso a crédito que homens**. Publicado em: 18/07/2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-mulheres-camponesas-na-america-latina-e-caribe-tem-menos-acesso-a-credito-que-homens/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

FEDERICI, S. **O ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta Feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. 390 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Território em disputas**. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FRANCISCO, M. L. O. de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, p. 27-36, 2011.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008.

HECK, F. M. **No abate de frangos e suínos: o descarte do trabalho**. 1 ed. Curitiba: Prismas, 2017.

ITESP, **Fundação Instituto de Terras**. Disponível em: <<https://www.itesp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LÔBO, E. S. A questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARQUES, M. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (Org.). **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003, p.183-199.

MARTINS, C. N. Pepino: produção triplicada. **Revista Cultivar Hortalças e Frutas**, Pelotas, n. 24, 2004. Disponível em: <<https://revistacultivar.com.br/revistas/hortalicas-e-frutas/24>>. Acesso em: 25 maio 2020.

MCDOWELL, L. **Género, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Solidariedade em tempos de crise é um ato necessário de rebeldia**. Mai/2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/03/solidariedade-em-tempos-de-crise-e-um-ato-de-rebeldia-necessaria/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

NOVAIS, A. R., et al. **Cultivar Afetos, derrotar as violências: as mulheres do campo e a construção de novas sociabilidades**. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 87 p.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias: Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, [s. l.], 2009.

PACHECO, M. E. L. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. Disponível em: <file:///C:/Users/Especialização/Downloads/A_Questao_genero_agroecologia%20(1).pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

PAULA, L. A. C. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente, 2020, 392p.

RAPOZO, B M S. **Transformação no espaço agrário do Sertão do Pajeú**: a participação das mulheres no processo de transição agroecológica em quintais de (re)produção da vida. 2018. 155 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Programa de Pós-Graduação, João Pessoa/PB, 2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Expressões, 2013.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In:_. História das mulheres. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-64.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n. 3, 2009.

SOF. Sempre Viva Organização Feminista. **Mulheres do Campo Construindo Autonomia Experiências de Comercialização**. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho(re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **R. Pol. Públ.**, Número Especial, São Luís, p. 331-337, novembro 2016.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. O camponês e o trabalho: Analisando a importância do excedente social. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v. 11, n.1, junho de 2010, p. 64-76.

RAMÓN, M. D. Las diferencias que crea el lugar: una mirada crítica a la hegemonía angloamericana en geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 58, v. 2, p. 307-319. 2012.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/Geografia Feminista – O que é isto? In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, p. 105-120, 1998.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria; LAN, Diana. Estudios de geografía del género en América Latina: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 49, p. 99-108, 2007.

VALENCIANO, R. C.; THOMAZ JUNIOR, A. (2011). O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.792>. Acesso em: 25 set. 2019.

ANEXO I - ENTREVISTA - REGIANE

ENTREVISTA - REGIANE

Maria: Queria que você falasse que... os momentos lá que a gente comentou sobre a ocupação das mulheres no fórum e aquela que é a trajetória do lenço vermelho, né? Começa nessa ocupação e do... do... dom lá que recebeu vocês.

Regiane: Ah, sim... aquele... Então, acho eu não tenho muita... muita certeza se é 96, se é 97, mas eu acho que é final de 96, que tava presa a Diolinda, o Márcio Barreto, o Claudio Cano e o Laércio e até a Diolinda tava presa lá em Álvares Machado, na cadeia de Álvares Machado. Aí as mulheres pra... e os outros dirigentes estavam com um pedido de prisão, né? Aí pra... foi 97 porque a gente, eu não participei da atividade porque eu tava no Iterra foi em outubro de 97, final de outubro de 97. As mulheres, então, planejaram uma atividade que envolvia a construção de um lenço vermelho, que serviria tanto como parte assim.. lembrança da nossa luta, como algo que remetesse à bandeira do movimento, como também uma forma de proteção, né? de cobrir o rosto, essas coisas por conta de identificação das lideranças, né? Que é uma tática que sempre se utiliza, a polícia sempre usa, né? Identifica as pessoas que fala mais, que organiza mais as pessoas pra poder culpar, né? Desmobilizar elas e... e processar. Então, era tanto uma forma de remeter a luta do movimento, à bandeira, as lutas e tudo... todo esse processo de luta da classe trabalhadora que sempre se utiliza do vermelho, como também uma forma de proteção, aí a gente construiu essa ideia dos lenços. Os lenços foram feitas... foram feitos nos acampamentos do movimento, né? Foi.. na verdade, os lenços todos a gente fez aqui o Teodoro na casa da Mirian (?) a gente distribuiu eles pra ser desfiado e trançado nos acampamento. Então, cada acampamento terminou trançando os lenços de um jeito e quando juntou todas as mulheres lá na ocupação do fórum, a gente identificava as companheiras de... de determinado acampamento devido o trançado do... da franja do lenço e foi a coisa mais linda, uns vinha com mais trançado, outros vinha menos traçado ou só veio desfiado, ou só veio amarrado. Então, cada lenço tinha sua personalidade de acordo com o grupo de mulheres que tinha feito ele e a gente usou esses lenço, então, na ocupação do fórum em... em Pirapózinho, porque na época a comarca de...de... de criminal, né? Que... que julgava os processos e fazia todos os processos da região chamada Pontal do paranapanema que é essa região de mirante pra cá, naquela época, era né? Região de Mirante até Rosana, era... era Pirapózinho, não tinha comarca ainda aqui, né? Em

Teodoro Sampaio, então, era lá em Pirapó. Ocupou o fórum de Pirapó e foi uma ocupação que tem... tem registro nos jornais, acho que até no Nera, no Nera não, onde fica o Ian, lá no Ian tem registro da ocupação, uma vez nós tava, eu estava procurando, agora pra atividade do encontro das mulheres, eu tava procurando e a gente achou lá no Cemosi, tem lá. Então, teve esse primeiro momento lá em 97 e depois a gente teve outro momentos de criminalização dos companheiros em que as companheiras, então, sobraram as companheiras, né? As companhias ficaram, e aí a gente que foi organizando a luta que foi um acampamento que a gente fez aqui próximo ao fórum de Teodoro Sampaio, um acampamento só de mulheres, que foi 2004 ou 2005...2004 ou 2005... não tenho certeza, que a Maria, era o período que a Maria estava fazendo... Maria Espanhola, ela estava fazendo o doutorado dela. E a gente ocupou o fórum porque tinha 11 companheiros criminalizados e, na verdade, não chegou a ocupar o fórum, entrar no fórum, a gente fez um acampamento grande de mulheres ali entorno do fórum, e toda manhã a gente ia até... caminhava num quarteirão assim, né? Saía do acampamento e ia até ela na frente do fórum, fazia manifestação, voltava pro acampamento de novo. E, depois, no final, mais pro final do ano, a gente fez uma marcha que saiu do aeroporto Presidente Prudente lá, a gente veio de ônibus até o aeroporto, dormimos numa área ali em frente do... daquela ponte que tem no final da coronel Marcondes, não tem um pontilhão lá? Ali tem um spa de um lado e do outro lado tem um terreno baldio, né? Na época aquele terreno baldio não tinha cerca, agora eles botaram um alambrado lá. E aí, a gente negociou com o dono daquele terreno e a gente pousou lá, dormiu lá, fez um acampamento lá a noite, e aí a noite a gente saiu da... de manhazinha a gente saiu daquele acampamento, fez uma marcha dali do aeroporto até a entrar... até a a igreja quando Dom José recebeu a gente, a gente foi tudo, todas as mulheres de roupa branca, segurando uma rosa vermelha. Dom José recebeu a gente dentro da igreja, fez uma celebração com a missa, né?

Maria: E a as ocupações aqui começaram em que período?

Regiane: Aqui no pontal do Paranapanema foi em 1994, né? Foi a primeira ocupação de terra lá na nova do pontal, que depois só se transformou em assentamento em 97, né? Então, porque o primeiro assentamento do movimento foi o Che Guevara, né?

Maria: E como que as mulheres se organizavam nesse período?

Regiane: No começo? É, então, desse começo, assim, eu não tava aqui porque eu só cheguei na Região em 97, mas o que a gente tem de relato nesse... nesse começo é que a gente era coletivo de mulheres, né? Que aconteceu.. acontecia muito igual a nível

nacional, né? Foi por conta da organização da das próprias necessidades das companheiras em ter as suas discussões propostas, né? Coisas do cotidiano das mulheres, o fato de... de não participar, não ter uma participação ou, melhor, ter uma participação muito ativa na luta quando tá no acampamento e, depois, quando vem pro assentamento se retrai porque vai cuidar casa, dos filhos nãñã, né? E também dentro do acampamento é muito, tem aquela... muito coordenadora... é coordenadora de grupo, é coordenadora disso, coordenadora daquilo, mas na hora da decisão não decidia muito, né? Quem terminava decidindo eram os companheiros da frente de março, disso, daquilo. Então, a gente começa aqui muito como um coletivo de mulheres, pra discutir coisas propriamente do... cotidiano das companheiras, como se organizar, como ter uma... como se organizar dentro dos assentamentos, a prioridade maior na época era isso, organizar as mulheres depois que vai pro assentamento porque a gente perdia muito vínculo, né? Porque as companheiras terminam saindo do espaço público que é o acampamento e vai pro espaço privado que é seu lote, né? Então, tinha muito isso. Quando eu cheguei já no movimento, já no início 97 que eu participei das primeiras conversas do coletivo de mulheres, né? Até na, era até na cocamp, na sede da cocamp antiga, né? No escritório, era muito isso que se debatia na época, Diolinda tava na coordenação do coletivo junto com a Miriam, com a Niura que era uma companheira de Prudente, né?

Maria: A Niura cês não têm mais contato com ela?

Regiane: Não tem mais contato com ela, a Niura, ela teve, depois que o Zé Rainha saiu do movimento, ela saiu junto, né? com o Zé Rainha, né? Foi junto, que o... o... o marido dela, o Celso, era Deus no céu e Zé Rainha na terra. Então, eles saíram junto com o Zé rainha e o Zé Rainha andou pelo Rio de Janeiro, se não me engano e a Niura me parece que foi trabalhar no Rio de Janeiro um período. Os filhos dela se formaram, os dois filhos dela se formaram em medicina, e eles foram pro Rio de Janeiro e ela foi trabalhar no Rio Janeiro, essa foi a última vez que eu soube qualquer coisa dela.

Maria: E você dessa... dessa ocupação, desta ocupação lá que o Dom recebeu vocês, que você disse que só tavam as mulheres e os companheiros tavam foragidos ou presos, e quando eles voltaram? Como que foi pra eles? Já que vocês ficaram completamente à frente dessas... das ocupações, né? da luta pela terra

Regiane: Como sempre, né? voltamos ao lugar que é próprio das companheiras, né? Segundo plano [risadas]... as decisões voltaram novamente para os companheiros. Não sei se isso é uma coisa muito consciente, Maria, não sei sei... mas termina, não sei

como é que se dá esse processo, mas parece que a gente vai recuando, eles vão vindo e a gente vai indo, não sei como é que se dá isso, mas a gente voltou a ser o que a gente era sempre, né? Em segundo plano, não sei se é uma coisa... não sei.

Maria: Acho que é estrutural, né?

Regiane: É... é, parece que aquele lugar não é seu, né?

Maria: É, tem um... não sei se você, se já já ouviu falar de uma síndrome, esqueci como que fala, acho que é síndrome da forasteira, uma coisa assim,

Regiane: Ah, sim... eu já ouvi falar.

Maria: Que é tipo assim, por mais que você tenha que estar nesse espaço, você não se sente confortável em estar.

Regiane: Parece que não é o seu lugar, que você não pertence àquele espaço. E parece que que você vai... não é consciente, não é uma coisa consciente, né? Parece que eles voltaram e a gente foi voltando pro nosso lugar, não foi uma coisa que mandaram a gente voltar pro nosso lugar e eles assumiram novamente, não, uma coisa que... que você não vai sentindo, de repente... de repente tá tudo de novo do mesmo jeito que era antes, por mais que você queira, discuta, debata sobre isso, na hora parece que é mais...

Maria: Ah, lembrei, é síndrome da impostora. É e, assim, a gente... vamo demarcar dois momentos, o momento da luta pela terra, né? Que tem as especificidades da luta de conseguir a terra e depois tem a luta a partir do momento que você consegue a terra que aí chega outros... outras dimensões e você sabe... gostaria que você dissesse quais seriam essas?

Regiane: As dimensões depois?

Maria: Isso, quais são as lutas depois que você consegue a terra?

Regiane: Específico das mulheres nesse caso?

Maria: Isso.

Regiane: Que... que eu percebo assim a situação das companheiras nesse jeito que eu tava falando, quando a gente tá no acampamento, que ali as mulheres são mais ativas, a gente sempre falou sobre isso, todas as vezes que a gente se reunia pra.. pra conversar sobre as companheiras e tudo, a gente sempre falava isso, no acampamento as mulheres eram mais ativas, as mulheres estão a frente do setor de saúde, as mulheres estão à frente das coordenações de grupo, né? Que meu acampamento aqui, a maioria da... das da coordenações de grupo era de mulheres, e mulheres muito fortes, sabe? Mulheres que peitavam, que ia pra frente, que, né? Que tinha palavra, que... mas quando foi pro assentamento, foi pra dentro de casa, né? E... e não é diferente com a

gente militante também, né? Quando você... quando você tá atuando no cotidiano da luta ali, você tá coordenando um setor, coordenando... você lá naquele espaço você é, né? Você é ativo, você tem voz, mas quando você vem pra dentro do seu espaço, do seu lote, aí já é... já tem outros papéis, né? Você percebe outros papéis, você... e, por mais que, você acho que...que tem que ser diferente, é uma luta, né? De você conseguir mudar isso, né? E o que eu percebo, assim, que é de de coisas de diferente, eu não consigo dimensionar assim que exatamente você quer com essa pergunta assim de quais as lutas que eu percebo...

Maria: isso, por exemplo...

Regiane: Dentro do assentamento?

Maria: Isso, nos espaços da militância, nos espaços do assentamento, o que as mulheres enfrentam?

Regiane: Aquilo que a gente enfrenta na sociedade, as mulheres voltam pro seu espaço dentro do lote, dentro da sua casa e aí não tem mais gosto. Quando você vai ,olha... por exemplo, exemplo claro disso: quando a gente vai fazer uma reunião, que agora eu até já deixei de participar também, mas quando a gente vai fazer uma reunião com os assentados, que seja do Itesp, que o Itesp. Porque, na verdade, agora dentro do assentamento quem mais convoca reunião é o Itesp. Então, quando você vai me participar de uma reunião do Itesp, você percebe que lá nessas reuniões, nesse espaço, quem mais fala os homens e, quando alguma mulher fala, é a mesma forma que a gente vê quando tá numa reunião da direção, por exemplo, entende? Deixa por menos, né? Um companheiro fala, repete, aquilo que você falou parece que não valeu naquela hora, mas daqui a pouco o companheiro repete tudo que você falou e aí o dele é comentado, é validado, mesma coisa, né? Mesmo jeito. A última vez que eu fui numa reunião aqui, que eu até falei “nunca mais eu vou”, porque eu passar a raiva, já... “já não basta passar raiva, passar raiva aqui também!” Exatamente isso, você... o cara manda “fica quieta aí que você já falou demais, você não precisa ficar falando, cê já falou demais”, enquanto isso, dele a palavra, só ele, só ele tem a palavra e ele mandou calar a boca “fica quieta, fica quieta que cê já falou demais, você já falou demais, fica quieta”, e ele continuou falando e falando, falando, só ele falou, a reunião todinha só ele falou, a única vez que eu pedi, que eu peguei a palavra e falei, ele mandou eu ficar quieta que eu já tinha falado demais Eu falei "por respeito a sua idade e, pelo fato de eu conhecer você há muito tempo, eu não vou dizer pra você o que você merece escutar”, depois ele ainda

pediu desculpa e tal, mas pediu desculpa aqui na frente da minha casa, né? Na reunião, né?

Maria: Na frente das pessoas, ele te invalidou.

Regiane: E aí as outras mulheres, porque, assim, se é fulano, que é militante tal, que fala não sei aonde, foi mandada calar a boca, como que eu vou falar? Como que eu vou falar? Não tem, não tem o que falar, não tem como falar, pra que que eu vou falar, né? Quando você desmerece uma, as outras todas também se sentem desmerecidas, né? E invalidada e com medo de falar também porque vai ser ridicularizada, porque vai ser, né? E aí as pessoas, também, às vezes não tem a agilidade de dar a resposta na hora, né? De falar assim “ó, pela sua idade porque eu te conheço há muito tempo, né? Eu vou te.. vou, não vou falar o que o senhor merece escutar, mas o senhor me respeita, que, né? Nós dois somos adultos e temos o mesmo direito de palavra, né?” e as outras outras mulheres não vai falar isso, né? Nem pra ele, nem pra ninguém, não vai falar, não fala pro marido, vai falar pro cara?

Então, é muito difícil, né? E aí, fora todos esses detalhinhos, ainda tem o detalhe de ter que de... de lutar dentro da sua própria casa, né? Com seu companheiro que às vezes, né? Que a gente sabe de muitas situações de opressão, né? não... não... não vou dizer, assim, de violência porque eu acho que é... pelo menos aqui, eu não percebi nenhuma situação de violência, mas a opressão, de não deixar a pessoa se... falar o que pensa ou dizer o que, né? Ainda existe muito, né? E aí tem a questão da dependência econômica, né? Que a maioria também não fala porque depende economicamente, né? Que é um fator que oprime mais do que qualquer coisa, né?

[risos} vou delatar você aqui, né?

Então, é complicado, são várias as questões dentro dos assentamentos, embora o tempo aqui parece que ande mais devagar, mas as coisas aqui, realmente, anda devagar. Se lá a gente tá discutindo. Me lembro, você tava naquele seminário que a Kelly veio? Acho que no último seminário que teve lá no... não sei se foi do trabalho, que Kelly ali veio e trouxe a discussão do feminismo e tal, e eu pensando “nossa..” tinha terminado de sair do hospital, né? Eu tava ficando mais aqui no assentamento. Eu fiquei pensando “Nossa, é uma discussão tão grande, né? Tão, gigante, tem umas companheiras nossas que tão tão avançadas na discussão” mas aí a gente pensa na nossa militância ainda não chegou nesse nível, se a nossa militância estadual não chegou ainda, boa parte das companheiras não chegou a isso, se as direções regionais, boas partes das companheiras e dos companheiros não chegou à isso? Quem dirá nos assentamentos, né? A gente não

espera, é óbvio que a gente não espera que todo mundo tenha o mesmo entendimento, né? No mesmo grau de entendimento, mas são umas discussões que tão tão longe, né? Estão cada dia mais.

Maria: Acho que é um processo de formação muito grande ainda pela frente.

Regiane: Por exemplo, você me faz umas perguntas que eu já escutei de outras companheiras lá.... a Renata, Renata Vasconcellos?

Maria: Não conheço.

Regiane: Acho que não... o Anderson que é do período da Renata, é Renata Vasconcellos, foi orientanda do Thomaz ela, que trabalhava com essa questão que feminismo que, se não me engano, acho que ela tem um registro dessa questão do lenço vermelho. É...ela fazia essas mesmas perguntas que hoje você fez com relação à questão de interna do movimento assim e, no período da Renata, era a mesma situação de agora, de quatro companheiros na direção só, entendeu? Quer dizer, a Renata é de 2003/2004, então, nós tamos em 2022, vinte anos, entendeu? Vinte anos e a gente avançou o quê? O que que a gente avançou? E essa discussão já vinha de pelo menos vinte anos antes, pelo menos, uns dez anos e aí, assim, tem um período que vai, teve um período que a gente chegou a ter oito companheiros da direção, por mais até Cidinha, Regiane, eu, a Marisa, a mulher do Roberson, a mulher do Cledson, a Dona Neide, a Miriam, oito companheiras, foi um período que a gente chegou a ter oito companheiras na direção, na direção de trinta, oito companheiras, foi assim boom, né? E eu tô falando dessas oito companheiras que era as companheiras que se posicionavam, tem outras companheiras, por exemplo, hoje a direção do movimento é composta com quase paridade, né? São trinta companheiros tem quase paridade na direção, né? Acho que tem 12 ou 11 companheiras, né? Então, tá quase, né? Um companheiro, uma companheira e... mas quais são as companheiras que se posicionam, que fala, que, né?

Maria: E que são, minimamente, respeitadas, né?

Regiane: Também, porque tem muito isso, né? Tem, se a gente for pensar... todos e não sei, viu? Se vai chegar um dia que a gente vai conseguir... ó eu já ficando velha, imagina, um dia nós vai conseguir, não é possível.

Maria: Você acha que de que forma? É uma pergunta difícil, né?

Regiane: É, é difícil, porque ó, igual eu falo dessa questão do...do opressor e do oprimido, né? Todo oprimido tem um opressor [só barriga ? querendo sair, né? Ficar grande, né?] E o trabalho do teatro do oprimido, muito isso, né? Opressor cresce, fica grandão, Luciano é um excelente opressor, cê é um excelente oprimido, mas quando

você quer ser um opressor, você é um excelente opressor. E...porque todo mundo tem isso dentro de si, todo mundo tem... tem isso dentro de si, né? Então, eu acho que quando a gente conhecer nosso opressor, a gente se vê oprimido, mas a gente conhecer o nosso opressor, e dominar ele, daí eu acho que a gente senta numa mesa, aí é muito utópico isso, não é? Mas eu acho que só assim, porque se for... porque eu não sei como é que a gente faz, por isso que eu acho que o teatro do oprimido é muito perigoso dentro do movimento, porque a teoria do Boal, né? Uma pena que a gente só descobre essas coisas quando as pessoas já tão indo, né? Boal foi tão tão cedo pra gente, que a gente já descobriu ele, ele já foi embora, né? Mas e eu acho que tem outras teorias também e eu acho que também tem outras... outras... outras possibilidades de... de... fisioterapias, de de terapias, né? Pra gente dominar o opressor da gente, porque eu acho que só assim que a gente consegue sentar numa mesa com os companheiros e eles poder entender, né? Que é passar por isso, né? Pelas situações que as mulheres passam, pelas situações que os negros passam, pelas situações que os homossexuais passam, entende? Porque eu não sei se vai... porque os nossos, os nossos companheiros são companheiros, eles são de esquerda, eles são, eles tão, eles querem, eles... eu não acho que eles queiram nos oprimir, mas eu não sei o que acontece que de repente eles oprimem, entende?

Maria: Sim...

Regiane: Essa coisa da estrutura, né? Que força eles, não sei se a palavra seria forçar eles, mas que cobra deles, que faz com que eles ajam dessa forma, porque não dá pra pensar que é uma coisa consciente, o cara chegar e, né?

Maria: Eles foram educados.

Regiane: É... educados dessa forma e a sociedade toda é assim e cobra deles isso e faz com que eu me sinta uma impostora quando eu estou no lugar deles, ó “no lugar deles”, entendeu? Mas que eu tô naquele espaço, eu me sinto a não pertencente, então é toda essa estrutura, né? Toda essa estrutura, essa sociedade que foi construída desse jeito, que faz a gente pensar desse jeito, faz a gente agir assim, e eu acho que tem a ver com...com esse opressor, com esse oprimido que todo mundo tem.

Maria: Sim, e a gente percebe, por exemplo, um lugar onde tem um homem branco, porque também tem toda a questão da raça, né? da... da orientação sexual que aí são outras interseccionalidades que vai lá, mas que eles conseguem, eu acho que é igual que o que a gente tá falando, eles são educados, então, eles conseguem se posicionar sempre, sabe? E são ouvidos.

Regiane: são, sempre

Maria: São ouvidos, né? Dentro da sala de aula, por exemplo, a gente vê que os alunos respeitam o professor, que é homem, que é branco, que é o homem alto, agora eu, por exemplo, que sou professora pequeninha, não respeitam e os professores já falaram que é por conta disso, né?

Regiane: O fato de você ser nova, também tem esse detalhe, você é mulher, nova, pequeninha, aí já era, fia. É como se não fosse seu espaço, né?

Maria: É, é exatamente esse síndrome da impostora que a gente, a gente sabe que precisa tá, mas a gente não se sente confortável de falar, de se posicionar e quando a gente se posiciona a gente apanha, né?

Regiane: E têm algumas companheiras que...que gostam de valer, de ser validada por um companheiro.

Maria: É, exatamente.

Regiane: Se utiliza dessa validação, né? Isso é uma das minhas maiores preocupações... foi nunca precisar do Luciano pra validar a minha fala, né? Então, sempre tentei construir o mais distante possível do dele, e daí ele sempre também tentou fazer isso porque as pessoas sempre diziam que é Marido da Regiane, né? Como ele era de fora, era o marido da Regiane, que é difícil, né? Ou qualquer outro companheiro também, né? Tem umas companheiras nossa que se apoiam em determinados dirigentes, né? Que também é... e é complicado, é dolorido, é triste, mas eu gosto.

Maria: É uma luta de classe, de gênero, né? Que a gente enfrenta.

Regiane: E o duro é que internamente a gente não pode nem, a gente não percebe nem muito essa luta da de classe. Bem, por exemplo, dentro da organização como o movimento, não tem como você falar que existe uma luta de classe porque não existe rico e pobre, todos nós somos pobre, né? Mas essa luta de classe, ela aparece na na organização da sociedade, né? Aquilo que daí já não é mais quem tem o dinheiro, mas quem tem o conhecimento, né? Quem tem informação, quem tem o conhecimento, quem tem... que não sei se é, pode ser... que se chama de luta de classe, mas parece validado desse jeito, né? E nossa...

Maria: E enquanto classe trabalhadora, quais que são as principais dificuldades na terra? Na luta na terra?

Regiane: Que já é assentado?

Maria: É.

Regiane: É o fato de você não ter crédito? De você não ter acesso ao financiamento, né? De você não ter os os mecanismos pra você trabalhar a terra, trator. Tudo cê depender, né? da prefeitura, você fica a mercê da prefeitura, né? Se plantar, por exemplo, se a gente vai plantar em setembro, você tem que recolher o óleo em julho e ficar todo dia indo na prefeitura pra que, quando chegar em setembro, eles venha fazer sua terra, porque também é muita gente, né? Pensa... é muita gente, não dá nem pra você cobrar muito, né? São mil e poucas famílias assentadas aqui em Teodoro Sampaio, né? São 15 assentamentos, né? Dá um pouco mais de 1500 famílias, acho... 1700 famílias assentadas aqui.

Parte 1 - 0 → 45;00 min.

Regiane: E a gente tava acampado na sede do assentamento, na sede do assentamento, na sede da fazenda, né? Que na época era fazenda. A gente foi lá pra pra sede, ocupou, eles tacaro fogo da beira do Rio pra cá, pegou o fogo em tudo. O capim tava enorme, tava muito alto o capim, pegou fogo na fazenda inteirinha, tudo.

Diógenes: Mas era dele a fazenda?

Regiane: Não, o fazendeiro aqui já tinha entregado pro Itesp, e o Itesp já tava enrolando pra fazer o assentamento, já tinha um ano e pouquinho que a fazenda tava entregue, que já tinha pago e o fazendeiro...e o Itesp nada, nada, nada, nada, nada. A gente entrou pra dentro da fazenda falando “ué, se vocês não vão cortar, a gente vai cortar”, a gente já tinha cortado o padre Josima, ia cortar o daqui também, né? Vamo cortar ali. Daí, que que o Jagunço de lá fez? Além de ficar tirando a noite inteira, tacaro fogo.

Entrevistado 2: E agora é assentado aqui.

Regiane: É, e o chefe da jagunçada é assentado aqui, o Itesp faz essas coisas com a gente, né? faz esses negócio. Aí, tacaro fogo e, quando a gente... quando cortou os lote e tal, aí caiu, sorteou e nós veio pra cá, tinha um único pé de mandacaru grandão ali chamuscado assim, tinha queimado uma parte dele.

[comunicações paralelas]

Diógenes: Aí só... aí não sobreviveu o Mandacaru?

Regiane: Então, aí ele tava...

Entrevistado 2: Foi do raio, né?

Regiane: Não, foi da tempestade de... na tempestade de... teve uma tempestade forte, destelhou nossa casa e, na... na mesma tempestade, ela teve pedra, aí quebrou ele e... e picou tudinho assim, a parte que ficou, ainda ficou toda picada, aí ele meio que apodreceu. Ele era um talão assim e lá em cima ele tinha uma copinha, né? E, do lado

assim dele assim, tinha a marca, cicatriz do incêndio, do fogo. Então, ele tinha ficado com uma parte verde e uma parte tinha pego o caule assim... tinha, tinha arrancado, já tava a madeira, né? Essa parte verde dele tinha tudo queimado e aí essa madeira era queimada, era chamuscada de fogo. Daí, a gente falou “onde vamos fazer a casa? Onde vamos fazer a casa? Vamo fazer a casa ali na frente do mandacaru”.

Entrevistadora 2 : No mandacaru chamuscado

Entrevistado 2: Quem deu a ideia? Eu, vou fazer aonde? Vou fazer aonde?” Nós” agora apareceu, mas... [risadas] cava!

Diógenes: Cava... aí cava, quinze dia... “ah, eu acho melhor fazer de trás da casa essa piscina, vamo tampar?”. O pai uma vez inventou de fazer piscina lá em casa, né? Mais pequena assim pros neto, aí mandou a prefeitura ir cavar porque a gente tinha combinado o que? Todos os irmãos: “vamos ajudar, né?”

Entrevistado 2: Seu comentário é uma crítica ou o que? [risadas]

Diógenes: Não, pequena porque era não era muito grande, o que era... não... um pouco maior desse daqui, dessa...

Entrevistado 2: Essa daí tem 80 centímetros

Diógenes: Acho que é do tamanho desse piso aqui o que ele ia fazer, aí mandou a prefeitura cavar porque a gente tinha combinado entre os irmãos, cada um dá um pouco, né? De dinheiro, a gente faz a de cimento pra ficar melhorzinha, tal... aí foi, mandou cavar e ele ficou esperando esses fi dele dá o dinheiro pra poder comprar, ficou cinco/seis meses o buraco no quintal aberto lá e ele com raiva, aí teve um dia que ele pegou a carregadeira assim da... do [inaudível] e falou assim “Entra aqui, tampa esse buraco aqui” e não falou pra ninguém. Aí fizemo um almoço um domingo lá em casa e falou “oxi, pai, porque que tampou o buraco da piscina?” Ele falou assim “ah, quando vocês me der dinheiro, eu abro de novo porque eu tô esperando até hoje”, aí desistiu, foi e aí ele ficou bravo porque mexeu no quintal inteiro assim, né?

Regiane: E esse buraco ali ó que eu não tô aguentando mais, desde que a gente mudou, no começo do ano retrasado eu falei “quer saber de uma coisa, junta esses dois buracos. Tira a terra daí, tio, junta os dois buraco, porque ele vai fazer o lago dos peixe agora bem grande”, “Não, a semana que vem a gente já começa a botar a soda pra poder encher de água”,desistiu do lago porque agora ele vai construir a piscina.

Entrevistadora 2: Enquanto tava construindo a casa, cês tava dando um barraco... fizeram um barraco aqui? Nessa sombrona?

Regiane: É, aqui na frente desse pé de caju ali tinha uma árvore enorme. Quando... o Luciano fala assim... quando eu cheguei aqui falava “ah, sorteou, sorteou” porque como eu ficava na secretaria do Mst, eu não tava no dia do sorteio, né? Tinha duas criancinha e a secretaria do MST pra cuidar, aí não vim no sorteio, quem veio foi o Luciano. Aí “ah, vamo lá ver onde que é o lote”, aí as marcação do Itesp, né? O seu lote do senhor é daqui, aqui, aí botou ele lá na porta da... na beira ali da mata onde tá a marcação, né? “O seu lote é daqui até lá na beira da estrada”, ele disse que olhou, olhou e não viu nada, o capim muito alto, a única coisa que ele conseguia ver era a copa de uma árvore que tinha aqui, a árvore era enorme, mas lá da estrada ele diz só conseguia ver aquele negocinho no meio do capim, que era capim colônia que tinha aqui, né? O colônia fica muito alto, né? Aí “vamo fazer o nosso barraco lá” aí veio, limpou, a gente começou a construir o barraco no final de semana, aí era nesse... nesse... barraco, ali onde tem esses dois pés de jaca, onde tá as rede, o barraco era ali e a árvore era aqui na frente. Então, a sombra da... da árvore que o barraco ficava embaixo da sombra da árvore. A gente ficou no barraco acho que uns três? dois pra três anos, enquanto saiu o dinheiro, que daí a gente entrou nesse projeto nacional, aí esse projeto teve um problema e teve que paralisar, paralisou os recursos, ficou quase um ano parado.

Entrevistadora 2: Como chamava o projeto?

Regiane: PSH rural. Porque como a gente recebia uma parte do dinheiro do... do Incra, né? Do Itesp, né? Do Incra, uma parte do dinheiro do PSH Rural, eles diziam que a gente tava recebendo duplicidade de recurso, porque os dois recursos vinha da mesma fonte que era o governo federal, mas todos os recursos vêm de uma única fonte que é o governo federal. Aí, não, eles diziam que tava recebendo os recursos de uma única fonte para o mesmo propósito que era a construção de uma casa, até eles entenderem que, na verdade, era um projeto piloto, que daí foi essa argumentação, ficou... ficou um ano parado, ficou um ano as casas tudo pela metade esperando o resto dinheiro pra terminar de subir e colocar o teto e as abertura e tudo mais. E aí eu sei que nesse tempo todo a gente ficou uns três anos aqui dentro morando no barraco de lona...

Entrevistadora 2: Com as crianças pequena...

Regiane: É, só que aí as crianças quando a gente veio pro assentamento, as crianças já não ficaram mais com a gente.

Maria: Ficou na sua mãe?

Regiane: Minha mãe “é, vocês que escolheram essa vida, lalala lalala”, “elas oode ficar aqui um pouco até vocês se acertarem” ficou lá, aí quando a gente mudou pra casa elas

vieram, ficaram um ano aqui. Aí a Maria começou a ir pra escola “ah, mas é muito sacrificante...” porque na época, realmente, era triste, as crianças saíam quatro horas da manhã aqui.

Entrevistadora 2: Não tinha a escola ali ainda?

Regiane: Não, era naquela escola, só que a linha do ônibus era muito grande, era um ônibus pra fazer todos os assentamentos, demorava três pra quatro horas, era muito... hoje já é duas horas, e eu já acho um horror porque é demais uma criança ficar duas horas dentro de um ônibus andando pra tudo quanto é lugar, batendo... cê que é adulto, eu...cê fica moído, quando cê chega na escola, a vontade sua é de deitar sim, descansar uma hora, a criança tem que ir pra dentro a sala de aula, tem criança que tem ânimo pra estudar.

Diógenes: Por mais energia que uma criança tenha, não dá

Regiane: É... muito sacrificante, e aí a Maria Carolina não queria ir pra escola, chorava “não...”. Aí minha mãe falava “a escola é ali do lado”.

Entrevistadora 2: E que aconteceu com a árvore grandona?

Regiane: É que na tempestade ela foi quebrando, porque essas árvores, a gente chama de salgueiro, mas na verdade não é um salgueiro, né? Ela parece um salgueiro, né? Essa árvore aqui ó, essa uma árvore, só que e ela é de... como é cerrado, né? Árvore de cerrado ela solta casca e como ela já tava muito velha, ela quebrava fácil, essas árvores quebram fácil, mas ela mais velha, ela quebra mais ainda. Então, foi quebrando, e quebrando e quebrando, daí um dia ela caiu toda ali, apodreceu, e tinha um... um cupim nela por dentro, assim, aí ela apodreceu, é...

Entrevistadora 2: Por quanto tempo você foi da secretaria do MST?

Regiane: Eu fui de 2000 até 2005, cinco anos, 2005/2006.

Entrevistadora 2: E antes disso cê tinha tarefa onde?

Regiane: Eu... eu era do setor de produção do movimento, eu fazia o técnico de administração de cooperativa, igual no TAC do sul.

Diógenes: Naquele mesmo que o Claudcir, que o pessoal? Foi da mesma turma?

Regiane: Não, eu sou uma turma depois do Claudcir, o Claudcir é turma quatro, eu sou turma cinco.

Diógenes: E o TAC ainda tá firme lá, né?

Regiane: Acho que deve estar na décima nona turma.

Diógenes: É, o Lucas, o menino da brigada, ele faz esse TAC, ele tá na turma atual agora. Tem... tá firme lá.

Regiane: Só que agora é completamente diferente. Assim, a minha turma já é uma já é a turma de transição, a turma do Claudedir é a última turma no método de cooperativas, de... porquê como que era o Iterra antes? ele era uma escola autogestada, né? As turmas que iam pra lá assumia todo a gestão da escola e aí cada turma era uma cooperativa e, dentro da escola, se tratavam como empresas. Então, eu era de uma turma, você era de outra, e as nossas relações tinham que ser sempre como se fosse empresa, né? Por memorando, por documentos, tudo formalizado. As relações se davam de forma completamente formalizada, e a turma do Claudedir foi a última desse método assim total, né? Começou e terminou assim, a minha turma foi a quinta, na terceira etapa começou o método de transição pra o que o Iterra é hoje, só que, na verdade, foi melhorando, né? Mas a minha turma nós montamos uma cooperativa, nós é... do Claudedir é a terceira turma, né? Não é a quarta, é a terceira, a quarta turma que foi a última, é quando eu cheguei, quando nós chegamos lá nós pegamos a formatura do Claudedir. Acho nós participando da formatura, da primeira... primeira etapa nossa foi a formatura dele, nós fomos a empresa que serviu na formatura, nós fomos contratados como garçons, a turma quatro contratou a turma cinco pra seus garçons na formatura, quem tava gerindo a formatura era... quem foi a empresa contratada pra fazer a formatura foi a turma quatro, nós fomos os serviçais, nós servimos na formatura deles. E aí, depois, a gente fez a formatura da turma quatro, né? Na terceira... na terceira etapa nossa foi a formatura da turma quatro e daí nós contratamos a turma do técnico de administração, não.. não era, de administração de assentamentos. Daí foi a primeira turma de técnico de administração de assentamento (TAA) que eu acho que nem tem mais hoje. Na verdade, era formação de militante, né? Só pra poder ficar uma coisa legalizada, né? Aí pra ter recursos, inclusive, aí colocaram “técnicos de administração de assentamentos”, mas era uma coisa mais... mais... a formação era mais política, diferente do técnico de administração de cooperativa que era uma formação mais técnica, né? Pra administrar as cooperativas, então, a gente tinha aulas teóricas de administração, cooperativismo. E aí, assim, quando eu fiquei grávida, aí o MST falou “ó, você a direção... você podia assumir aqui a secretaria”, já fazia tempo que queria abrir uma secretaria, na verdade, tinha uma secretaria que era em Euclides da Cunha e quem era secretária lá, era a Cristina, que era namorada do Zé Nair. Daí, queria uma secretaria regional, aí abriu a secretaria em Teodoro, criou uma secretaria regional, foi a secretaria de mais longo tempo que teve aqui.

Entrevistadora 2: Você participou de toda a criação do setor de gênero aqui, não foi? Ou do início.

Regiane: Na verdade, quando eu cheguei aqui em noventa e sete, o setor de gênero já... não era setor de gênero, né? Era... era por mulheres, porque é... que gênero nasce em 2000 e alguma coisa, né? Que a gente passar a dizer, dizer setor de gênero, antes era setor de mulheres, a gente só... pareci que a gente só tratava...parecia os assuntos que a gente tratava era só de mulher, né? Quando o movimento define que a gente vai passar a ter essas relações pra tá como um... que os homens também têm que discutir como é essa situação da mulher, né? E aí passa pra... troca pra setor de gênero, mas... e aí a gente tenta fazer essa coisa de setor de gênero ter homens, né? Que é um dos maiores...

Entrevistadora 2: Desde o início já tinha essa ideia já?

Regiane: Todos os setores eram composto, as coordenações dos setores foi definido que, a partir do congresso nacional de 2000, que todos os setores seriam com...

Entrevistadora 2: Com paridade?

Regiane: Com paridade, coordenados com paridade, né? Um homem e uma mulher. E aí não poderia diferente, o setor de gênero não ter um homem também, né? E os meninos não gostavam muito dessa ideia não, não gosta até hoje né? Eu acho que não gosta até hoje, né? Hoje eu acho que já tá mais, já é mais aliviado, né?

Entrevistadora 2: Mas você sempre fez parte do... de quando era grupo de mulheres, aí virou setor, você sempre fez parte do...

Regiane: Sim, desde que eu vim pro MST, eu sempre participei das reuniões.

Entrevistadora 2: A gente tava conversando com a Marisa ontem, ela conta que as mulheres aqui na década de noventa inteira ela fala mas, principalmente, ali noventa e cinco/ noventa e sete que era quando a coisa tava o fervor, que tinha muito militante preso, as mulheres assumiam muito é... tarefas de direção, de coordenação porque os companheiros tavam presos, né? E realizava muitas ocupações, ainda tinha aquele simbolismo do lenço vermelho, você participou desse, desse processo?

Regiane: Do lenço vermelho, sim. Foi assim ó: 96 houve as ocupações de terra ali naquela região que vai ali pra Sandovalina, Santa Irene, houve o conflito que machucou a Edina, né? Que ela caiu do trator e quebrou a perna, houve a ocupação da São Domingos no final de 97... no início de 97 onde nesse machucou a Mirian e os outros companheiro da São Domingos, né? E, nesse processo, saiu as prisões, né? Na verdade, assim, 94, 95,96 o movimento vinha numa ascendência de ocupações e aí que começou a haver as prisões e foi preso o Márcio, o Laércio, o Cláudio Cano e a Diolinda, né?

Quando prenderam a Diolinda, o neném da Diolinda era o João Paulo, se formou em medicina agora, né? Era bebê, né? Tinha uns dois, três aninhos, acho que nem isso não tinha, nem três anos, fazendo dois anos e ela... eles prenderam ela e ela foi proibida de ter acesso à todo mundo, né? E o bebezinho pequeno e tal. E a Diolinda na época, né? Não dá pra negar o papel que ela teve na construção do que as mulheres no movimento, a participação das mulheres no movimento, né? Ela era muito aguerrida nisso, né? Ela sempre se colocou na frente, né? E isso ajudou que outras mulheres também fossem se colocando, né? Porque, infelizmente, um movimento como nosso, de camponês, o machismo é muito aparente, né? Hoje ainda é, imagina em 90, né? E numa região como a nossa, né? Que... completamente... a gente estava falando de coronelismo, né? Isso se dá em todos, não é só dos ricos, dos pobres, mas dentro das famílias, né? Do pai pros filhos, do marido pra esposa, né? Essa coisa de que eu mando e vocês obedecem, né? Isso se dá assim. Então, a Diolinda teve um papel muito grande de ajudar pra que as outras companheiras também se posicionassem, né? Se colocasse e dissesse “nós também fazemos parte do movimento aqui”. E, quando ela foi presa, foi um baque pras mulheres né? E nessa, na verdade, quando ela tava presa, foi no final de 96, eu ainda não tava no movimento, foi no início de 97, quando foi feita a ocupação da... do fórum de Pirapó pra exigir a libertação dos companheiros e tudo mais, que a gente construiu a ideia do lenço vermelho, que precisava de um simbolismo, né? E a gente tinha uma militante aqui no pontal, a Niura, e as pessoas não gostam muito falar dela também porque...

Entrevistadora 2: A Marisa falou dela ontem, assistente social, né?

Regiane: Assistente social... porque ela ficou, nesse processo todo, ela ficou do lado do Zé Rainha aí e tal, né? [inaudível] o movimento e ela e o Marido dela, e o Celso achava o Zé Rainha um novo Encarnado, enfim. Mas ela também deu uma contribuição muito grande pras mulheres, essa ideia de... de feminismo, essa coisa da discussão, né? Mais feminista, vem com a Niura, com a Niura, entende? Quando eu e a Lara, outra companheira que veio pro movimento, desse grupo da Pejota, que veio pro movimento, quando a gente chegou encontrou a Niura falando de feminismo, num movimento social que não tinha essa... essa... esse negócio do feminismo, né? E, inclusive, muitas mulheres do movimento olhavam pra gente e falavam “vocês são ETs” [inaudível] feminismo, “feminismo não funciona pra gente”, “movimento camponês não é feminista!”, então, vamos por partes, né? Quando a gente encontrou Niura, a gente ficou “nossa... bom, né?” um terreno fértil pra, pra... depois a gente percebeu que um pouco

mais... mais profundo. Mas a Niura que trouxe, resgatou essa coisa do pano vermelho aqui porque o pano, o pano vermelho é uma coisa que tá na história dos movimentos há muitos anos, né? Nossa bandeira é vermelha até uma coisa do comunismo e tal, e aí a gente... em algum lugar na Europa, eu não, não me lembro mais da história, da história que a Niura contou assim, não tem mais. Mas, em algum lugar na Europa, as mulheres, num momento, eu não sei se foi na Rússia, se foi na Alemanha, não sei, eu não lembro mais, as mulheres usaram um pano vermelho também numa manifestação por seus companheiros, quando seus companheiros estavam presos, elas fizeram uma mar[inaudível] e usaram panos vermelhos pra identificar isso, seus companheiros e seus filhos. E ela contou essa história e falou “ó, a gente podia usar o simbolismo pra... na nossa manifestação, na nossa ocupação lá no fórum, decidiram que ia ocupar, tinha recém acontecido a ocupação só de mulheres no... nas vésperas do oito de março, tinha recente acontecido a ocupação só de mulheres, que foi no São Domingos, né? Que a Mirian tinha sofrido...

Entrevistadora 2: A ocupação foi feita lá por conta do que aconteceu com a Mirian?

Regiane: É, a Mirian... não, não por conta do que tinha acontecido com a Miriam, a Miriam foi uma vítima da... da ocupação.

Entrevistadora 2: Do conflito, né?

Regiane: Daí, a gente precisava fazer, nós decidimos fazer uma atividade do oito de março, aí a gente decidiu que ia fazer na São Domingos porque, né? Tinha acontecido tudo isso, “vamo fazer na São Domingos”, a ocupação do São Domingos, um ocupação planejada e feita só por mulheres, e aí, logo em seguida, a gente ia fazer o... uma ocupação no fórum, né? A gente tinha decidido que ia fazer uma ocupação no fórum, daí como a gente vai usar o simbolismo do pano vermelho, a Niura tinha contado essa história, então, vamos utilizar o simbolismo do pano vermelho. Aí a gente... a Miriam comprou as fralda, né? Primeiras, primeiras, primeiros lenços que a gente teve foi de tecido de fralda, que foi o mesmo tecido que a gente usa agora, tecido de fraldas, e a gente pintou lá na casa da mãe da Mirian, que era ali no Teodoro, ali perto da praça, da dona Rita, da praça da prefeitura, e a gente distribuiu uma quantidade de de tecidos já cortado no tamanho de lenço pra os acampamentos e pro... pras mulheres desfia, e aí, no meio desse processo de desfiar, algumas começou a trançar, mas fez um macramê, ficou como identificação de cada acampamento, a forma de um um lenço. Que ficou tão, ficou muito bonito essa história, e aí a gente usou um lenço na ocupação do fórum, e as mulheres usavam pra proteger o rosto e também como forma de simbolismos, e

aquele simbolismo nasceu ali e ficou, todas as outras manifestações que a gente for fazer no decorrer daqueles anos, acho que foi uns três quatro anos, as mulheres do pontal, toda vez que ia fazer isso, levava os seus lenços e a gente ainda fez mais duas vezes lenço.

Entrevistadora 2: E por que que se perdeu assim?

Regiane: É porque no início outras coisas foram surgindo, né? Na verdade, a gente foi fazendo outras batalhas, né? Tudo internamente era uma batalha. Aí, a gente foi... foi fechando com outras outras ideias, né? A gente começou a pensar mais numa forma de contribuir com as mulheres, nos assentamentos, pra ter renda, porque uma das grandes preocupações das mulheres nos assentamentos é como ter renda, né? Porque nessa.. nesse processo de machismo e coisa, quem decide o dinheiro, quem decide é o marido, né? O que vai fazer E as mulheres nunca têm dinheiro pra fazer nada, né? Até pra fazer os lenços, a gente tem que pedir, né? “Empresta aí, dá aí um dinheirinho pra eu contribuir”, né? E aí, a gente... temos que contribuir nessa coisa da geração de renda, o que que a gente vai fazer aqui no pontal pra as mulheres terem renda? Vamos pensar, então, nos [inaudível] medicinais, né? Hortas medicinais, vamos fazer as hortas medicinais, e aí a gente começou a focar nessa história das hortas medicinais e fomo abandonando um pouco essa história do lenço. Quando foi agora, no encontro das mulheres, primeiro trinta anos.

Entrevistadora 2: Eu fui!

Regiane: É, eu lembro, trinta anos e a gente fez um primeiro encontro nacional de mulheres sem terra agora, depois de trinta anos, né? Então, pro cê ver como algumas coisas não são tão urgentes, né? Pra... pra organização, me parece, vai deixando, né? E daí a gente precisava resgatar, existe algum... das questões que as companheiras foram trazendo a nível nacional, né? Existe algum simbolismo, algo que identifica as mulheres da região, tal. Aí que a gente pensou “existe, aqui existe sim”, a gente tem os lenços vermelho, nós fomos as únicas que fizemos lenço vermelho aqui pra simbolizar alguma coisa das mulheres, né? Naquele momento em que a gente tava sofrendo com companheiros preso, a Diolinda presa, e tudo isso e a gente tava buscando que a sociedade visse a gente, nós criamos esse simbolismo que identificava as mulheres do pontal. Vamos resgatar isso... e aí a gente...

Entrevistadora 2: E nessa época que as mulheres do pontal era uma das únicas que tinham esse simbolismo, não é? Eu lembro de comentar no...

Regiane: Aqui, a nível nacional nós fomos as únicas que teve algum tipo de simbolismo que identificava alguma coisa assim.

Entrevistadora 2: Eu lembro também de comentarem muito também no encontro, que as mulheres do pontal, aqui, tinha uma importância muito grande na organização das mulheres do Mst nacionalmente, porque essa ocupação do fórum, também em outras ocupações que aconteciam aqui, acabava repercutindo, e aí estimulava organização de outras mulheres e ocupações, né?

Regiane: Eu penso, hoje, infelizmente ou felizmente, infelizmente não porque faz parte da história, não dá pra negar, mas o fato de a Diolinda tá aqui no pontal favoreceu muito também, entendeu? Porque a gente não pode negar o fator histórico, o Mst... Zé rainha e Diolinda, eles têm muito isso.

Entrevistadora 2: A Diolinda era companheira do Rainha?

Regiane: Companheira do Zé Rainha. Na verdade... então, na verdade, eles continuam dizendo que são companheiros. Na verdade, assim, quando eu cheguei aqui, em 96/97, já não era, né? Que o Zé Rainha, acho, tinha umas trezentas companheiras, mas, formalmente, era o casal Zé Rainha e Diolinda, João Paulo, o bebezinho deles e, depois, foi quando a Maria nasceu, logo depois que a Maria nasceu, a Diolinda ficou grávida da Sofia que é a bebezinha deles, que é filha, os dois são filhos do Zé Rainha. Então, eles mantêm, mantêm isso como uma instituição, casal Zé Rainha e Diolinda, mas eles não são assim... todo mundo sabe que não são, tanto que o Zé nem mora mais.

Entrevistadora 2: E você participou dessa articulação da ocupação do fórum quando a Diolinda tava presa?

Regiane: Então, eu tava no sul nessa época.

Entrevistadora 2: Você ainda não tava no movimento?

Regiane: Não, já tava no movimento, mas eu tava no sul.

Entrevistadora 2: Ah, cê tava no sul?

Regiane 2: Quando houve a ocupação, eu já tava lá

Diógenes: Cê lembra mais ou menos quantas mulheres que participaram desse...

Regiane: Foram 150 mulheres

Diógenes: Foram de Pirapó?

Regiane: De Pirapó.

Entrevistadora 2: Todas com lenço?

Regiane: Todas com lenço.

Entrevistadora 2: Que ano que foi?

Regiane: Final de 96/97, entre 96 e 97.

Entrevistadora 2: E a repercussão na prisão dela, teve? Essa ocupação repercutiu assim?

Regiane: Sim, depois... “porque que as mulheres estavam?” Foi na matéria jornal, nos jornais regionais, Jornais nacionais, a ocupação do fórum em função da prisão dos companheiros do MST e, principalmente, da companheira Diolinda, né?

Entrevistadora 2: E como que você acha que tá a articulação das mulheres hoje assim? Em vista de como foi nesse período, final da década de 90, início dos anos 2000.

Regiane: Como que eu acho que tá hoje?

Entrevistadora 2: É... preserva algum desses processos? Dessas formas de organização? Dessas...

Regiane: Eu acredito que sim, né? Eu acho que é... sabe aquela história que a gente tava falando lá “ah, feminismo”, eu acho que hoje a gente tem um caráter de discutir pra além só do nosso movimento, né? O MST tomou uma dimensão hoje que não dá pra ser só a gente ficar discutindo questão da luta pela terra, das relações internas do movimento, e eu acho que o tamanho do MST hoje, faz com que muitas dessas pautas que, até então, daquela época a gente nem sonhava em discutir, enquanto companheiras, hoje se discute, né? Porque antes a gente queria só fazer parte, tomar parte nas decisões ali do... do movimento em si ali, né? E hoje a gente, né? Quer discutir outras coisas, né? Então, eu acho que...

Entrevistadora 2: Essa questão da geração de renda ainda é presente, né? Pras mulheres, a Marisa falou bastante disso, inclusive da importância das associações, né? Nesse processo.

Regiane: E... e existe uma coisa, existe uma coisa também que eu sempre fiquei, daí é uma preocupação minha, né? Sempre fiquei muito preocupada, porque assim, existe um... uma parte nossa, e aí é meninos e meninas que estão numa discussão muito grande, né? E toda a nossa base não tem dimensão dessa discussão, né? Que... que é essa ideia, movimento tem uma dimensão tão grande que, por exemplo, se você for perguntar pro nosso companheiro vizinho aqui, que defende o MST com unhas e dentes, mas ele não... não sabe a dimensão, o tamanho, sabe que o movimento é grande, mas não sabe o que nós estamos discutindo a nível nacional, né? Não sabe onde o movimento participa, onde as lideranças participam. E existe um grupo de mulheres, que tá numa discussão muito grande e a maioria de nós ainda não atingiu essa discussão, né? E... e às vezes pra algumas companheiras me parece que discutir geração de renda

dos... das mulheres assentada, é uma coisa irrisória, mas não é pra grande maioria das mulheres é ainda o necessário, né? Que é a mesma coisa que discutir, por exemplo, a geração de... de como melhorar a geração de renda dos assentamentos. Pro setor de produção do movimento é muito claro isso, né? “Ah, temos que melhorar a renda dos assentados, temos que fazer luta por crédito, por isso e por aquilo”, mas quando você fala de... de específico da mulher, parece que cê tá falando um absurdo, né? Porque... mas estamos discutindo crédito e “como assim algo só específico pras mulheres?” Mas não é, né?

Entrevistadora 2: É nessa ideia de geração de renda da família, né?

Regiane: É, fica muito nessa ideia de geração de renda da família. Só que a mulher não tem controle do dinheiro, do dinheiro que entra.

Entrevistadora 2: Essa decisão fica restrita aos homens.

Regiane: Sempre fica restrita à eles, né? e aí, discutir geração de renda das mulheres, é super importante. E um dos caminhos que a gente tinha sempre pensando aqui era naquilo que a mulher tem mais facilidade, aquilo que ela faz no cotidiano dela, que é mexer com a horta e as ervas, né?

Entrevistadora 2: Fitoterápicos, ervas medicinais.

Regiane: Que é aquilo que tá no dia a dia ali, né? E a gente achou que... que isso era algo que tinha que focar, né? Eu acho que esses... depois que eu fiz a cirurgia, eu fiquei mais afastada, né? Já tem... desde de 2018 que eu não... e daí veio a pandemia, tudo e a gente ficou muito afastado. Então, eu não sei como que tá isso agora, como é que é? Como é a ação das companheiras no dia a dia, eu vi alguma coisa agora, é que também a pandemia limitou pra todo mundo, né? Sim, mas eu sei que tem uns grupos que tá atuando... grupos de mulheres que tá atuando, tão fazendo pão, sei que tem algumas mulheres que tá fazendo sabonetes, mas tá tudo muito individualizado ainda, né? Mas a ideia é, eu acho que quando essa pandemia der uma relaxada...

Entrevistadora 2: Mas teve, chegou a ter algum projeto nessa época logo depois do... que teve a articulação das ocupações, do fórum, os lenços. Ceis foram discutir mais ainda, chegou a conseguir organizar algum projeto?

Regiane: Nós tivemos aqui acho que dois outros três projetos, em 2004, 2005, 2006, 2007.

Entrevistadora 2: Cê lembra quais são?

Regiane: Nós tivemos um projeto de... todos eles eram voltados pra fitoterápicos, pra produção de hortas medicinais, a gente teve duas hortas medicinais aqui no nossa

assentamento, nós tivemos, acho que quinze hortas medicinais, né? No pontal todo com recurso pra implementar horta com todos esses...

Entrevistadora 2: Que foi 2003/ 2005, por aí?

Regiane: De 2004, 2005, 2006, 2007, 2008... até 2007 nós tivemos um projeto com a caritá, caritas não, com as séries. Um projeto com um recurso que veio do Ministério do MMA, né? O Ministério do Meio Ambiente, que até a gente recebeu a ministra aqui no Che Guevara, a Marina. Era um projeto que tinha hortas medicinais e sementes crioulas junto, né? Daí já não era um projeto só das mulheres, era um projeto que tinha sementes crioulas e as hortas medicinais. Então, para os meninos semente crioula, que daí era milho, mandioca, eram quatro sementes, quatro tipos de produtos diferentes: milho, mandioca, feijão, esqueci o outro... milho, mandioca, feijão... esqueci, e as hortas medicinais.

Entrevistadora 2: E aí esse... esses projetos foi tudo com consolidação da organização das mulheres? Aí já era o setor.

Regiane: Aí já era setor de gênero, já era o setor de gênero, da regional do Pontal.

Entrevistadora 2: Aqui você fez as hortas? A horta medicinal?

Regiane: Nós fizemo um horta aqui no nosso assentamento, teve duas hortas, uma aqui e uma lá na sede.

Diógenes: E esses projetos também com uma participação bem efetiva da Miriam, né? Não só, mas ela também pelo setor de mulher, mas também porque ela tem uma afinidade com o tema, muito grande, né?

Regiane: É, e a Miriam, a gente fez um projeto aqui, especificamente, em Teodoro Sampaio com a prefeitura de Teodoro pra outras quatro hortas, daí nesse contato da miriam com a prefeitura, o setor de saúde, especificamente, pra produção de ervas medicinais. Um pouco isso que a Coplantas tá fazendo lá em Itapeva, de tentar fazer a farmácia viva e a gente... a gente tentou aqui, mas aqui é muito grande, né?

Entrevistadora 2: Aí não foi pra frente?

Diógenes: Regiane, e pensando, assim, todo esse resgate, né? Do processo de formação do setor de gênero, mas você também atuando por outro setor de produção e tal, como que era essa participação das mulheres dentro dos outros setores, né? Que, principalmente, assim como o setor de produção que é um dos que mais atua, né? Mais amplos dentro do movimento.

Regiane: É pra eu falar a verdade?

Diógenes: É o que gente tá pedindo [risadas]

Regiane: Ah, Diógenes, a gente sente muita dificuldade de participar das tomadas de decisões, participar como... como pra... pra fazer, as portas estão sempre abertas, né? Pra você pegar na massa e fazer, cumprir as tarefas, é exatamente essa palavra, cumprir as tarefas é você tá ali, faz, pra fazer, tem que fazer, mas pra tomar as decisões de... do que fazer, como fazer, a destinação de recursos, aí é outros quinhentos, tanto esses projetos que a gente tá falando, ó, surgia tantos tantas outras... não, não vou negar, que não é necessário, era necessário, mas surgia tantas outras demandas, pra os recursos, que os projetos, em si, de hortas medicinais, foram meio que...

Entrevistado 2: Bem da verdade, o pontal, o MST do pontal, a característica dele ele é frente de massa, né? Ocupação de terra e conquista de assentamento e esse período que a gente viveu desses vários projetos de horta, de semente crioula, é... de séries, de tanque-rede, de valores de projetos assim, né? Parte disso é disputado pra... pra luta, né? É a característica que é muito forte, né?

Regiane: Eu só vou pedir uma coisa, assim, vocês ter muito cuidado com os dados. Uma coisa é... porque, assim, a gente teve recursos que foram destinados pra algumas coisas que foram pra outras coisas, né? Porque a luta exige isso, a gente compreende que a luta exige isso, mas aí isso na na vingança da... do objetivo da coisa, em si, não aconteceu, né? Por exemplo, a gente poderia ter as hortas medicinais funcionando hoje e tal, mas muito dos recursos que era pras hortas, foram destinados pra luta.

Entrevistadora 2: Foram definidas outras prioridades...

Regiane: Foram definidas outras prioridades.

Entrevistado 2: Tem um lance que é o seguinte, o recurso das mulheres, esse vai pra luta, tem que ter claro isso, né? A facilidade de eu tirar um recurso das mulheres da horta, eu tirar um recurso, teoricamente, dos homens, como diz, assim, a semente crioula que não tem tanta mulher envolvida, eu vou tirar da.. da horta que, qualquer horta, tem esse lance, assim, intrínseco, né? Mas tem.

Regiane: Isso fica claro, sempre ficou muito claro isso, que era mais fácil retirar da...

Entrevistado 2: Ah, tem um combustível pra ir fazer uma ocupação em tal lugar, tira da onde?

Entrevistadora 2: Da horta...

Regiane: Do recurso das hortas.

Entrevistado 2: Do projeto das mulheres, né?

Regiane: É, que não falava da horta, né? falava dos projetos das mulheres. Então muito dos recursos...

Entrevistadora 2: Isso era sempre claro assim? Que vocês tavam falando, era...

Diógenes: Não era debatido, mas era entendido que...

Entrevistadora 2: Mas era de conhecimento assim “vamos retirar recurso daqui pra botar lá.”

Diógenes: Ou não chegava a ser debate entre vocês?

Entrevistadora 2: Entre as mulheres que tavam envolvidas no projeto assim...

Regiane: [Risadas] quem gerenciava era os homens.

Entrevistadora 2: Ah, quem gerenciava era os homens... os homens gerenciava todos os recursos? Projetos, inclusive, das mulheres.

Regiane: É, porque o recurso vinha nas associações, né?

Entrevistadora 2: Ah, entendi.

Regiane: Na verdade, porque que se tinha... quando os recursos dos... dos projetos chegou aqui, quem... quem gerenciava a capta era você Lu.

Entrevistado 2: Eu é... vamo devagar...

Regiane: Você saiu...

Entrevistado 2: Meu fígado lateja.

Regiane: É, você saiu e, quem passou a gerenciar a capta, foi a Marisa, mas quem decidia...

Entrevistado 2: Era o Cledson.

Regiane: Entendeu? Independente... porque uma coisa é, assim, porque muito isso, é confiar em quem tá... não tô dizendo que não... não... não... não houve desvio de... de não houve desvio de recurso, não houve má fé em desvio de recurso pra indivíduo, não é isso, é desvio de finalidade que era pra horta, mas foi pra luta, tudo ficou no movimento, tudo ficou no movimento do movimento.

Parte 2 - 51 min → 52:03 min

Entrevistadora 2: Vocês acham que também a ver com essa... ainda tava começando essas discussões de gênero, né? Você mesmo fala, que parte desses grupos primeiro, debate de demanda das próprias mulheres e é um contexto, né? Do machismo.

Regiane: Eu ouvi de um companheiro a seguinte frase no final de uma reunião calórica!

Entrevistado 2: Pera só um pouquinho, Regiane. Aí tinha um outro lance que era assim... então, por exemplo, tinha assim 1.000.000,00 pra fazer tanque (?) no rio Paraná, tinha um valor na conta, o projeto, parara, parara, tudo certinho, aquela coisa

técnica, né? Tudo certinho, mas não tinha a concessão do lago. Tinha o valor, tinha tudo, era só comprar, mas não tinha concessão do lago, comprou os negócio pra quê?

Regiane: Não, tinha a concessão do lago.

Entrevistado 2: Não, mas era uma coisa que tava em processo ainda, aí a ocupação é amanhã ou é o lago? Ocupação amanhã ou é o lago? aí eu tô nessa questão de empecilhos, né?

Regiane: Mas do projeto dos peixe, não tirou nem um real, porque o projeto dos peixe era tudo amarradinho, né? O projeto das mulheres que era mais fácil... aí tirou das mulheres.

Parte 3 - 53 min → 1:05:00 min

Regiane: Foi de uma reunião, daquelas reuniões pesada que deixa você dolorido e magoado, ele saiu bravo comigo, foi pra cima de mim, assim, na porta do carro e falou assim “eu sou machista mesmo, eu nasci machista e eu sou machista mesmo e eu vou continuar sendo machista, porque quando a gente nasce machista, é machista até morrer”, falei “ei...tá bom, né?”

Entrevistadora 2: “Nossa, forte...”

Regiane: Forte e alto e em bom tom e pra muitas pessoas ouvirem a frase e, de um companheiro, assim, que é... que é, assim, formador de opinião, né? Então, é difícil

Entrevistadora 2: É forte demais.

Regiane: Depois é... construir outra narrativa, né? Quando a pessoa que forma a opinião fala isso, né? Como você vai lidar com os outros companheiros quando o cara que, deveria ser é... deveria contribuir pra uma nova, um novo tipo de pensamento, fala isso em alto e bom som pra todo mundo escutar, né? Então, fica difícil você ter outro tipo de... de conversa, né? Com os outros companheiros. Então, aqui, assim, em todos os lugares o processo é acirrado, mas não sei se é porque eu tô aqui, mas eu senti mais.

Entrevistadora 3: E, assim, você falou que os primeiros... essas primeiras organizações das mulheres era geração de renda, né? Pra entrar com as outras pautas e, como essas outras pautas foram se inserindo? Por exemplo, violência doméstica, violência moral, porque agora, recentemente, tá bastante forte, né, Diógenes? Como que é a rede combate à violência? Que é um assunto muito delicado pra tratar, né? Essa coisa de... de que ela é mandada, as mulheres são mandadas pelo maridos, é um assunto delicado pra você tratar numa formação que já vem forte nisso, né? Como vocês foram inserindo isso?

Regiane: Então, eu ó, existem várias passagens. Que eu me lembro, assim, que a gente pode... porque nós mesmo, as militantes mesmo, a gente... nós mesmo sofremos, né? Essa violência, vocês quando meninas, né? Também tem isso na casa de vocês, né? e a gente passou por muitas situações assim, de ver companheiras da militância, direções do movimento, dirigentes do MST sofrer isso, teve uma companheira nossa que foi agredida pelo companheiro também dirigente, num encontro estadual do movimento, entendeu? E aí, assim, e aí a gente pediu o posicionamento da plenária e ninguém se posicionou porque o cara era o cara, entendeu? As pessoas não se posicionaram, “bom, vamos abafar o caso”, abafa o caso, né? Abafa o caso, não vamo levar pra plenária isso, imagina... como que vai, que não vai vai expor o companheiro? Ah, então quer dizer que a companheira ser agredida, sofrer lá dois tapa na cara e um murro, não foi violência? Não foi agressão? Não foi a exposição dela, né? Não foi? Mas ele, né? Levar pra plenária pra ser discutida a atitude dele, é a exposição dele? Então, como é isso? Como é assim? Se pra nós que é da militância, somos da militância, né? Estamos ali discutindo, é difícil, imagina pras mulheres que estão nos assentamentos como é, nos acampamentos quando a gente escutava nos barraco as mulheres sendo agredida, que a gente falava que tinha que levar pra assembleia e o cara tinha que ser expulso do acampamento e eles diziam que não, que não podia aqui, “onde já se viu que... na conversa... de briga de marido mulher ninguém mete a colher”, entendeu? Então, quer dizer, é uma situação muito complicada, e aí assim, essa rede, a rede de combate à violência, ela surge a partir do encontro, né? Do encontro nacional, lá que a gente conseguiu fechar que... lembra do momento em que foi buscar as discussões de... de grupos? A gente sentou em plenária e as mulheres... Cê que tava, né? Maria não foi. Lembra que a gente discutiu na plenária lá? Ela abriu pra fazer uma discussão na plenário e tal, dali surge a ideia da rede de combate, porque é uma coisa que a gente já vinha discutindo há muitos anos, né? E, assim, é louvável, as mulheres de São Paulo, elas puxaram isso à nível nacional, né? Se fala muito da Kelly, nós tínhamos uma companheira do setor antes, a... que foi companheiro do Paulinho, não sei se vocês lembram do Paulinho, acho que não, né? Não é do tempo de vocês, mas é a companheira do do Paulo, caramba... a mulher... sobrenome, ele tem um monte de processo, coitado, ele teve aqui, ele ficou aqui no Pontal, morou um tempo aqui com a gente, mudou pra cá, é... Albuquerque, Paulo Albuquerque, a companheira dele, ela... ela socióloga, não, cientista social, né? Foi Ciências sociais? Ciências sociais, é cientista social, ela fez ciências sociais na Unicamp, e ela fazia parte lá do grupo Pagu, da

Unicamp. Então, ela trouxe, começou muito discutir essas coisas do... das mulheres, do feminismo pra São Paulo e, no período que ela estava aqui atuando com a gente, ela... foi o período que a gente começou a ter esses embates mais feinhos com os meninos da direção, né? E a gente falava muito dessa história de que a gente tinha que criar uma rede pra defender, pra nos defendermos, né? E as mulheres de São Paulo puxou muito isso a nível nacional, a gente participava das... dos encontros, das reuniões na escola nacional, as mulheres sempre falavam “você de São Paulo são nossa nossa luz, né? Porque vocês puxam nas pautas e a gente vai atrás, nós vamos atrás do que vocês puxa, porque aqui vocês têm mais contato, vocês têm, vocês conversam mais, vocês têm mais facilidade de se juntar, quando uma chora, a outra já vem ajuda, tal. Então, vocês são meio que luz pra puxar”. Então, a rede é... eu tenho um pouco essa... esse fio que lá naquele no encontro nacional foi quando a gente, quando o movimenta, as mulheres...

Entrevistadora 2: Consolidou a ideia dessa...

Regiane: Da rede de combate à violência, porque precisava que todas nós entendêssemos que era necessário. Todos os grupos, se não me engano, teve essa história de...

Entrevistadora 2: Mas essa já era uma questão endêmica do movimento? Que nem você fala, assim, que tava presente desde sempre, que é o que eu ia até perguntar, nem preciso falar dessas questões do recurso, que a gente entende mesmo, assim, com relação à definição de prioridade, né? Ainda mais num contexto de conflito mas, também, eu imagino, aí eu queria saber o que você acha, essa questão, da questão de gênero, é... feminismo, eram debates que ainda não estavam assim... eram isolados, ou seja, por exemplo, nesses coletivos de mulheres em algumas regiões, não era algo que era discutido a nível nacional. Você acha que isso também era um fator pra que não se... não se compreendesse, tivesse essa compreensão da importância desses recursos pro desenvolvimento desses coletivos de mulheres? Da geração de renda, de não ser uma concepção, assim, do movimento, né? A questão da mulher, a questão de gênero.

Regiane: Eu acho que machismo mesmo, né? Que... que faz com que os meninos não queiram.

Entrevistadora 2: De não ser discutido a nível nacional... nos encontros nacionais que tinham, havia essa discussão desses mais antigos, assim? Década de 90

Regiane: Eu participei dos encontros a partir de 2000, né? Do congresso nacional de 2000 pra cá, que eu participei de alguns encontros nacionais, de alguns... participei de todos os congressos, né? Mas de encontros nacionais, de alguns encontros nacionais, e

de alguns encontros da coordenação nacional, se eu não me engano, de 2006 pra cá que a gente começou a fazer... 2006/2007 que a gente começou a fazer a assembleia das mulheres Então, é muito recente, né?

Entrevistadora 2: Que, também, é quando na via campesina começa, né?

Regiane: É, começa a fazer a assembleia das mulheres, até... até isso era muito... mesmo que o movimento tenha decidido, a partir de 2000, que a gente ia ser setor de gênero e tal, ainda era muito das mulheres, sabe igual educação que é muito de mulher? Porque o setor de educação também é um problema, né? Que, assim, é muito só mulher, das professoras só pode ser mulher, né? Educador, só é mulher, na saúde, também, só tem mulher.

Entrevistadora 2: Enfermeira..

Regiane: Só mulher, entendeu? Parece que é uma coisa... agora, a produção, não, é uma mulher e 50 homens. Ó, e lembro que no TAC, nós éramos, assim, 36 educandos, 36 educandos na minha turma, éramos em 60, mas aí, na segunda etapa só voltou 36, dos 36, 30 era homem e 6 era mulher. E aí, assim, quando eu fiquei grávida, na minha turma, como vai fazer? Como vai fazer? Uma mulher grávida aqui... entendeu? No Iterra, acho que eu fui a segunda ou terceira mulher só, que tinha ficado grávida, que permaneceu na turma, porque todas ficavam grávidas e não voltavam porque a estrutura do Iterra, como era, assim... de cooperativas e de setor de produção, parecia que era um crime você ter ficado grávida, um porque eram poucas mulheres e outra “que história é essa de procriar? Como assim? Como assim? A gente não procria aqui” [risos] não é, né? Não tem espaço pra isso, a gente tinha que tá fazendo outra coisa, né? É o setor de produção do movimento, onde já se viu, né? Tem que... não tem espaço pra mulher procriar, criar filho e militar, tudo ao mesmo tempo, agora não dá, você escolhe uma coisa ou outra. Era muito isso, entendeu? Então, as meninas saíam e tinham os seus filhos e abandonavam o Iterra, abandonavam a escola, eu também não posso dizer que eu não fiz isso, né? Que eu não voltei pra defender, né? Eu encontrei depois, assim, com a Maria já no colo, né? Lá no Fórum Social Mundial, né? Encontrei o coordenador do curso e ele falou assim “Como que você não voltou? Nós preparou a ciranda infantil? Foi a primeira ciranda infantil do TAC que nós preparou pra receber sua menina e você não volta, como assim?!”

Parte 4 - 1:20:00 min → 1:27:10 min

Entrevistadora 2: Quer dizer, isso tudo que você tá falando, também nutre esse reflexo no movimento, de uma condição que a gente já constata todo uma academia, quanto socialmente nos debates populares, de quanto maior a desigualdade social, maior a subalternidade e violência contra a mulher, inclusive, as iniciativas de coletivo, de criação de associação, as das mulheres é as que mais sofrem nesse contexto porque aí a gente tá nesse contexto de desigualdade e miséria extrema, né? Em que não há essa compreensão e esse debate coletivo na questão de gênero, que nem você fala, ações muitas vezes individuais, né? E aí o que pesa na balança de um contexto econômico desse, né? É não passar fome, e ainda não há compreensão quanto à inserir a mulher nesse debate, também, é condição pra não passar fome. As hortas são muito... desenvolver, as hortas são muito importantes, né? Isso é muito interessante que vocês tão falando.

Regiane: Mas sabe o que que magoa em alguns momentos? É que essa discussão dessa forma chega na mesa das companheiras, mas na hora da decisão, esses mesmos companheiros que debatem isso...

Entrevistado 2: Toda a discussão acontece.

Regiane: São... são os primeiros a gritar e dizer que não, entende? Que há necessidade pra outra coisa. Então, às vezes, parece que também...

Entrevistadora 2: Mesmo agora que já tem esse debate mais avançado ainda tem essa correlação?

Regiane: Ainda tem essa correlação.

Entrevistado 2: Eu acho que o debate, em si, acontece, inclusive, composições masculinas de que “é isso mesmo, por esse caminho” mas a operação, que tá sempre a mão dos homens, a operação tá sempre num grupo de homens, né? Ela não é, ela não corresponde à um discurso... veja, talvez você entenda isso, a discussão tá associada à um planejamento, à uma perspectiva futura, a atitude e a ação tá sempre ligada à uma necessidade local, à necessidade imediata, entende? Ou seja, uma dissociação do planejamento da necessidade imediata. O movimento, aqui no pontal, tem essa característica, ou seja, existe um planejamento teórico, existe uma discussão de planejamento teórico a médio e longo prazo, mas a ação da militância, ela não corresponde a esse planejamento, é sempre conectado com uma necessidade imediata. E aí é onde se perde, onde não consegue, não existe um... entende? Não existe uma conexão nessas duas coisas, elas são duas coisas apartadas e, quando senta, a conversa é a coisa mais linda do mundo, mas aí quando vai pra atitude, o ato em si, prevalece a

característica local, a característica individual, e aí, depois a gente discute, né? É, esse é o argumento, “vamo fazer agora e depois a gente discute”. Então, essa é uma característica.

Regiane: E aí e os meninos sempre lidam, tentam trabalhar com as mulheres dóceis, com as mulheres dóceis isso, né?

Entrevistadora 2: Ah, entendi...

Regiane: Sempre trabalham com as mulheres dóceis.

Entrevistado 2: “Ah, as mulheres dóceis são melhores, as outras são complicadas. As duas já escutaram isso, não escutaram? Pessoal lá é complicado, né?”

Regiane: É, é mas acho no geral, né? Existe algumas explicações que falam, as mulheres não são machistas, né? Elas reproduzem...

Entrevistadora 2: Reproduzem as relações...

Regiane: As relações que elas vive e a gente, aqui, se opta por trabalhar com as mulheres que aceitam reproduzir isso, né? Eu me lembro que uma vez a gente lá em 97/98 falando, umas companhias do movimento foi até Cuba e as mulheres fizeram uma... foram encontrar as mulheres da associação... Associação Cubana de Mulheres, uma coisa assim, tudo... da revolução, né? Aí, alguém perguntou do movimento, né? Alguém do movimento perguntou “mas como é que essas questão das mulheres aqui em cuba, né? Como é que é questão das mulheres na revolução? Como é que foi?” Aí as mulheres foi “Nós estávamos muito preocupada em libertar o país pra ficar nos preocupando com nossos problemas, né? Depois a gente vê isso, depois a gente vê isso, né?” e, depois a gente vê isso, até hoje, né? Tá do jeito que, né? A situação lá... e muito no... no movimento foi muito isso, depois a gente vê isso, né.

Entrevistadora 2: Aí acabou trazendo também essa ideia...

Regiane: Não, as mulheres, as nossas mulheres que foram lá, eram as mulheres mais conscientizadas de que não poderia ser. A gente é que tá identificando que, no movimento, também é... foi um pouco isso. Depois que a gente resolver a questão da luta pela terra, depois que todo mundo estiver assentado, depois que todo mundo tiver comida, depois que todo mundo tiver carro, depois... entendeu? Depois a gente discute isso. E aí, nesse processo, vamo ficar com as mulheres que não dão trabalho, né? Então, vocês ocupam esse cargo aqui, né? Que é... ocupa esse cargo aqui, mas participa desse encontro aqui, fala sobre isso aqui, né? As mais complicadas, aquelas que fica o tempo todo batendo na tecla que a gente tem que discutir, essas daí são complicadas, não dá pra trabalhar com elas, né? Fiquei falando sobre feminismo, o movimento não é

feminista, as mulheres do Mst não são feministas, não, agora nós somos, sem feminismo, não há socialismo, né? A gente precisou passar por um processo de uma infinidade de companheiras serem jogadas na lata do lixo, pra a gente entender que, né? De cansar também, né? As mulheres, a gente cansa, né? Pra ficar falando que a gente olha... a gente precisa ter o nosso espaço, precisa ser respeitada, a gente também faz parte do movimento, não é só por causa das cotas que a gente tá lá, a gente também tem que tem que ser ouvida, né?